



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO**

JACQUELINE MARY SOARES DE OLIVEIRA

**“O PERDÃO QUE ELE ME PEDIU NUNCA ME LIMPOU”
CIRCUITOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
O REGISTRO DE UMA CARTOGRAFIA**

Salvador

2022

JACQUELINE MARY SOARES DE OLIVEIRA

**“O PERDÃO QUE ELE ME PEDIU NUNCA ME LIMPOU”
CIRCUITOS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES:
O REGISTRO DE UMA CARTOGRAFIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos.

Orientação: Profa. Dra. Márcia Santana Tavares.

SALVADOR - BA

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48 Oliveira, Jacqueline Mary Soares de,
O perdão que ele me pediu nunca me limpou” - Circuitos de violência contra as mulheres: o registro de uma cartografia. / Jacqueline Mary Soares de Oliveira. – 2022.
146 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Márcia Santana Tavares
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Violência contra as mulheres – Salvador (Ba). 2. Feminismo. 3. Identidade de gênero. 4. Cartografia. I. Tavares, Márcia Santana. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 305.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



EMITIDO EM 10/05/2022 08:46

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que o(a) aluno(a) **JACQUELINE MARY SOARES DE OLIVEIRA** foi aprovado(a) na DEFESA de TESE em DOUTORADO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO/PPGNEIM - SALVADOR do Curso de DOUTORADO, no dia 25 de Abril de 2022 às 14:00, no(a) Sala Virtual PPGNEIM, UFBA, cuja banca examinadora fora constituída pelos professores:

Doutora MARCIA SANTANA TAVARES

(Presidente)

Doutora JOSIMARA APARECIDA DELGADO BAOUR

(Interna)

Doutora SALETE MARIA DA SILVA

(Interna)

Doutora JEANE SASKYA CAMPOS TAVARES

(Externa à Instituição)

Doutora MARIA ILIDIANA DINIZ

(Externa à Instituição)

A sua TESE intitulou-se:

**"O PERDÃO QUE ELE ME PEDIU NUNCA ME LIMPOU" CIRCUITOS DE VIOLÊNCIA
CONTRA AS MULHERES: O REGISTRO DE UMA CARTOGRAFIA**

Esta declaração não exclui o aluno de efetuar as mudanças sugeridas pela banca nem vale como outorga de grau de DOUTORADO, de acordo com o definido na Resolução 01/2015 CAE.

Salvador, 10 de Maio de 2022.

MARCIA SANTANA TAVARES
COORDENADOR(A) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES,
GÊNERO E FEMINISMO (PPGNEIM)

Às meninas e mulheres

AGRADECIMENTOS

Rosa, minha mãe (*in memoriam*). Pela formação que me deu, por sua existência. Você sempre dizia que queria ver suas filhas DOUTORAS. Estou aqui... na tentativa. Se nada der certo... a possibilidade de dividir com você o tempo que vivemos, já vale o título. Você foi o maior ensinamento.

Paulinha e Victor, minha filha e meu filho – vocês cresceram aprendendo sobre o feminismo. Não foi à toa... quem viveu contextos com violência doméstica sabe do que trata o feminismo. Sejam por nós mulheres... porque sendo, serão por vocês e pelas pessoas que amamos e todas as outras que precisam ter dignidade para viver sem violência.

Gueth e Micheli, a vida me proporcionou a experiência de tê-las. O inteiro, o inverso: as duas... eu no meio. Aí pergunto: o que seria de mim se não tivesse vocês? Nunca brigamos.... Rosa ensinou bem o sentido de sororidade, de irmandade. Agora.... as bebedeiras juntas também são as melhores partes. Obrigada pelo apoio. Micheli cedeu a casa para eu ficar reclusa e transbordar em lágrimas como estou agora, para concluir esta etapa. Gueth cedeu o tempo para ocupar minhas demandas de trabalho e as experiências do que pode valer ou não à pena. Irmãs!!!! Obrigada!

Paulinho... sua compreensão pelo necessário afastamento para concluir esta etapa, demonstra a pessoa que você se tornou. Eu sempre digo que você aprendeu a ser melhor quando se juntou com uma mulher feminista. Disso eu tenho certeza, obrigada por se permitir.

Tatu... meu pai. Acho que tenho algumas mazelas contigo ainda. Vou deixar para resolver na próxima encarnação. Desculpe!!! Não deu para resolver tudo agora. Obrigada pela sua existência e pelo fato de ter que aprender a partir dela.

Mulheres, todas elas que contribuíram e escreveram esta história comigo. Alunas, aprendentes, cartografadas, remetentes – o que sou, hoje, devo muito a vocês. Todos estes anos transitando com vocês, agregando vivências, experiências e memórias me fizeram uma pessoa melhor.

Mulheres vítimas de violência – que nossas discussões, estudos e pesquisas possam um dia libertar todas as mulheres desta experiência que não desejamos a nenhuma.

Nossas crianças – estamos trabalhando para que um dia vocês nunca mais passem pelo que ainda passam.

Às que foram... um dia vamos fazer valer a vida de todas vocês! Muitas se foram e por todas elas precisamos continuar.

Márcia Tavares - Minha orientadora – o que preciso dizer sobre você? Talvez o sentido real, também, do que é a irmandade. Aguarda o nosso tempo... no tempo, ele chega. Você sabe das nossas querelas, do tempo que precisamos para nós. Quando você ligou dizendo que era o setor de cobrança!!!!!! Morriiiii.....mas ressuscitei! Estou aqui. Emano para você muitas coisas boas, quero você sempre bem!

A MIM... eu, definitivamente, preciso agradecer a minha existência! A conjunção de todas estas mulheres me tornou a mulher que sou hoje, com a possibilidade de ofertar um pouco de mim para todas aquelas que por mim passaram. Agradecer pela certeza de que a minha existência valeu à pena para a vida de algumas outras. Não foi em vão!

[...] Respeita as mina
Toda essa produção não se limita a você
Já passou da hora de aprender
Que o corpo é nosso, nossas regras, nosso direito de ser
Sim respeito é bom, bom
Flores também são
Mas não quando são dadas só no dia 08/03
Comemoração não é bem a questão
Dá uma segurada e aprende outra vez
Saio e gasto um dim, sou feliz assim
Me viro, ganho menos e não perco um rolezin
'Cê fica em choque por saber que eu não sou submissa
E quando eu tenho voz 'cê grita "ah lá a feminista!"
Não aguenta pressão, arruma confusão
Para que 'tá feio, irmão!

Não leva na maldade não, não lutamos por inversão
Igualdade é o x da questão, então aumenta o som
Em nome das Marias, Quitérias, da Penha Silva
Empoderadas, revolucionárias, ativistas
Deixem nossas meninas serem super heroínas
Pra que nasça uma Joana d'Arc por dia
Como diria Frida "eu não me Kahlo!"
Junto com o bonde saio pra luta e não me abalo
O grito antes preso na garganta já não me consome
É pra acabar com o machismo, e não pra aniquilar os homens
Quero andar sozinha, porque a escolha é minha
Sem ser desrespeitada e assediada a cada esquina
Que possa soar bem
Correr como uma menina
Jogar como uma menina
Dirigir como menina
Ter a força de uma menina
Se não for por mim, mude por sua mãe ou filha [...]

Kell Smith

CARTAS PARA LOURDES BANDEIRA

Sabe aquelas pessoas que você se mira, deseja seguir trajetória parecida, deseja conhecer, admira no silêncio??? Pois, a gente tem estas pessoas. Eu tive algumas na vida que foram inspirações acadêmicas e de luta contra as desigualdades, inspirações pelos trabalhos que executavam com afinco, dedicação e ideal. Tendo minha mãe Rosa, como persona *Horsconcours*, para qualquer tipo de comparação.

Uma destas mulheres foi você, **Lourdes Bandeira**. Nos trânsitos pelo NEIM, desde a época dos encontros do Observatório da Lei Maria da Penha, eu ficava atenta em você. Que mulher é essa meu Deus!!!! Nunca me aproximei porque eu sou assim, fico na minha, não quero aborrecer com tietagens. Mas enfim.... depois de muitos anos te encontro em uma live (as coisas boas que a pandemia nos deixou), falei da minha pesquisa e você gostou!!!! Uauuuu!!!!

Márcia... Pode chamar Lourdes Bandeira para minha banca? Sim... claro, ótimo!!!

Lourdes, você esteve na minha qualificação. Certeira, técnica, forte, responsável!!!! E você se foi sem concluir a tarefa. Estas cartas são para você. De onde estiver... leia-as!

OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares de. **“O perdão que ele me pediu nunca me limpou” - Circuitos de violência contra as mulheres:** o registro de uma cartografia. 2022. Orientadora: Prof. Dra. Márcia Santana Tavares. 146 f. il. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

RESUMO

O objeto dessa investigação se insere no campo dos estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos. Especificamente no trato sobre a violência contra as mulheres. As práticas sociopolíticas, econômicas e culturais têm sido determinantes para a perpetuação da violência contra as mulheres em várias instâncias da vida social consubstanciado por uma estrutura centrada em padrões patriarcais e colonialistas que acentuam as desigualdades e violações em mulheres negras. Este estudo tem por objetivo apresentar o circuito crítico da violência na vida das mulheres pela sua condição de gênero, considerando a violência como determinante do seu adoecimento. Para tanto, realizou-se um estudo cartográfico num contexto urbano da cidade de Salvador/BA, representado por grupos com uma média de 130 mulheres estudantes do curso de Serviço Social de uma instituição privada, cujo número é variável considerando a disponibilidade de participação das mulheres nos encontros. O processo cartográfico contou com a observação e a escrita de cartas como instrumento de coleta de dados, em que as experiências de cada mulher foram as bases para produção analítica da rota crítica da violência em seus ciclos de vida, demonstrando que o grande vilão da violência contra as mulheres, o patriarcado, é capaz de se modelar às novas demandas do poder do homem, se adaptando às novas realidades impostas pelo ciclo flexível das mudanças sociais.

Palavras-chave: Violência contra as mulheres. Experiência. Cartografia.

OLIVEIRA, Jacqueline Mary Soares de. **“The forgiveness he asked me never cleansed me” - Circuits of violence against women: the record of a cartography.** 2022. Advisor: Márcia Santana Tavares. 146 f. il. Thesis (Doctorate in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism) – Faculty of Philosophy and Human Sciences - Center for Interdisciplinary Studies on Women, Federal University of Bahia, Salvador, 2022

ABSTRACT

The object of this investigation falls within the field of interdisciplinary studies on women, gender and feminism. Specifically in dealing with violence against women. Socio-political, economic and cultural practices have been determinant for the perpetuation of violence against women in various instances of social life, substantiated by a structure centered on patriarchal and colonialist patterns that accentuate inequalities and violations in black women. This study aims to present the critical route of violence in women's lives due to their gender condition, considering violence as a determinant of their illness. To this end, a cartographic study was carried out in an urban context in the city of Salvador/BA, represented by groups with an average of 130 women students of the Social Service course at a private institution, the number is variable considering the availability of participation of women at meetings. The cartographic process relied on the observation and writing of letters as a data collection instrument, in which the experiences of each woman were the bases for the analytical production of the critical route of violence in their life cycles, demonstrating that the great villain of violence against women, patriarchy is able to model itself to the new demands of man's power, adapting to the new realities imposed by the flexible cycle of social changes.

Keywords: Violence against women. Experience. Cartography.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Rizoma | 46 |
| Figura 2: Cartilhas confeccionadas pelo grupo | 65 |
| Figura 3: Pintura em tela sobre condição das mulheres | 65 |
| Figura 4: Confeção de cartazes colaborativos – Movimento de mulheres feministas | 66 |
| Figura 5: Intimação Delegacia de Proteção à mulher..... | 69 |
| Figura 6: Representação do rizoma na cartografia. Elaboração pelas próprias participantes | 71 |
| Figura 7: Rizoma/Raiz exposta | 71 |
| Figura 8: Tabela sobre taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais por sexo e cor/raça. Brasil. 2019..... | 87 |
| Figura 9: Circuito crítico da violência na vida das mulheres..... | 132 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 1: Perfil das discentes de Serviço Social. Unidade de ensino privada. Salvador/Bahia, 2019 | 22 |
| Tabela 2: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor/raça e sexo, grupamentos de nível de instrução. Brasil, 2019 | 23 |
| Tabela 3: Renda domiciliar per capita média por sexo e cor/raça dos/as chefes de família- Brasil e Regiões, 2015..... | 85 |
| Tabela 4: Registros de ocorrências policiais no Estado da Bahia (Lei Maria da Penha: ago. 2019 - ago. 2020)..... | 104 |
| Tabela 5: Perfil das vítimas – Sexo/Faixa etária/Cor-Raça | 107 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

| | |
|---------------|-------------------------------------------------------|
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| SNPM | Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres |
| HCT | Hospital de Custódia e Tratamento |
| CBAS | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais |
| CLT | Consolidação das leis trabalhistas |
| SIM | Sistema de Informações sobre Mortalidade |
| MS | Ministério da Saúde |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| CNDM | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| CRM-BA | Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| EIG | Evangélicas pela Igualdade de Gênero |
| PAISM | Programa de Assistência Integral à Saúde das Mulheres |
| FBSP | Fórum Brasileiro de Segurança Pública |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| ONDH | Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos |
| SINAN | Sistema de Informação de Agravos de Notificação |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CARTA PARA NÓS! | 14 |
| 1 LOCALIZANDO O PLANO CARTOGRÁFICO – NOTAS INTRODUTÓRIAS | 15 |
| 1.1 PLANO EMPÍRICO INTERVENTIVO DA PESQUISA | 19 |
| 1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO..... | 23 |
| 2 PATRIARCADO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE | 27 |
| 2.1 PRIMEIRAS PISTAS DO PATRIARCADO..... | 36 |
| 2.2 OBJETO DO DEVER – O CORPO FEMININO | 38 |
| 3 CARTOGRAFIA –METODOLOGIA DE PESQUISA INTERVENÇÃO | 42 |
| 3.1 POR QUE A CARTOGRAFIA..... | 44 |
| 3.1.1 Cartas para registros da memória | 51 |
| 3.1.2 Sobre experiências | 54 |
| 4 O RIZOMA “QUERIA MUITO FALAR, MAS NÃO CONSIGO” | 58 |
| 5 MECANISMOS DO FUNCIONAMENTO DA ORDEM PATRIARCAL | 72 |
| 5.1 FILOSOFIA E CIÊNCIAS MÉDICAS | 73 |
| 5.2 DIREITO, EDUCAÇÃO –RATIFICANDO O PATRIARCADO BRANCO | 81 |
| 6 RELIGIÃO E FAMÍLIA – PELA “MORAL” PATRIARCAL | 91 |
| 6.1 FAMÍLIA: UMA ROTA CRÍTICA | 105 |
| 6.2 MENINA OU MULHER – VIVÊNCIAS DE DORES | 105 |
| 6.3 MULHERES PARA CAMA, MESA E BANHO – PRAZER, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO..... | 113 |
| 6.4 MATERNIDADE – A VIOLÊNCIA POR TRÁS DO MÃE CENTRISMO | 119 |
| 6.5 A POLÍTICA DA ESTÉTICA | 124 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 128 |
| POR TUDO ISTO, ELAS ESCREVERAM! | 133 |
| REFERÊNCIAS | 136 |

CARTA¹ PARA NÓS!

“Me relacionei durante quase 4 anos, e dentro desse relacionamento, no início, ele parecia o homem perfeito; pouco mais de 1 ano de namoro decidimos ir morar juntos, até aí tudo bem. Ele me levava café da manhã na cama, me esperava voltar do trabalho sempre com um jantar diferente e a cama recheada com bombons de chocolate.

Perto de completarmos 1 ano morando juntos tivemos nossa primeira crise (descobri que ele havia me traído). Mesmo assim, à pedido dele, o perdoei; alguns meses depois, ele voltou a ficar indiferente, frio... e quando transávamos, ao final ele sempre falava que minha vagina era flácida, que tinha um odor desagradável, que meus seios eram flácidos e que eu tinha uma barriga de mulher desleixada, e que tinha transado comigo por obrigação para que eu não procurasse outro homem na rua (me sentia usada e com nojo de mim mesma por ser fedida e flácida como ele dizia).

Sempre esperava a hora de dormir para que pudesse chorar baixinho mesmo ao lado dele, pois, ele virava para o lado da parede e era como se eu não estivesse ali. Passamos dias (ou até meses dessa forma). Foi quando eu ‘fugia’ para não ter relação com ele porque me sentia envergonhada das coisas que ele sempre me falava ao final do sexo.

Quando decidi me separar, fui logo procurar um ginecologista para tratar desse odor e flacidez vaginal que ele falava. Ao chegar ao médico, descobri que o odor era relacionado a uma bactéria que provavelmente eu havia adquirido dele, e que logo cuidei de forma medicamentosa. Quanto à flacidez, fui a dois ginecologista diferentes e os mesmos me relataram que não havia flacidez nenhuma em mim, apesar de ter parido normal. Fiquei um pouco "aliviada"; do odor consegui me livrar completamente, mas quanto ao meu corpo, de forma geral, me sinto insegura em me relacionar, de ficar completamente sem roupa na frente de outra pessoa. Enfim, não imaginava que alguém pudesse ser tão ruim ao ponto, pois, durante e depois dele, tenho crises de ansiedade terríveis, e ao olhar meu corpo no espelho só me vem as lembranças do que ele sempre me dizia, apesar que eu procuro sempre estar bem e aceitar meu corpo com todas as cicatrizes que ele carrega”.

¹ Sobre a carta: preservei o texto da forma como foi escrita.

1 LOCALIZANDO O PLANO CARTOGRÁFICO – NOTAS INTRODUTÓRIAS

As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas. (Fala de Marielle Franco em 16/03/2018, ao receber flores de um vereador no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio).

Nas últimas décadas, muitas discussões acerca da condição das mulheres vêm sendo alavancadas em diversas áreas do conhecimento, movimentos sociais, espaços de produção teórica feminista com incisivas provocações políticas, na busca de alternativas para a mudança de paradigmas sobre o papel da mulher na sociedade. Discute-se direitos sexuais e reprodutivos, relações afetivas, inserção no mercado de trabalho, participação nos espaços políticos, questões étnico-raciais e colonialidades, identidades e percepções sobre o corpo, entre outras pautas importantes para a garantia de direitos e cidadania das mulheres. No bojo destes debates, a questão da violência é um ponto convergente e demanda compromisso político na perspectiva de promover uma nova lógica social que garanta a dignidade humana de meninas e mulheres, e a materialidade da vida e do respeito, extrapolando o campo da mera formalidade legal.

O Relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (2018), referente à “Avaliação da preparação do governo federal para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil”, especificamente ao objetivo 5: **ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS**, aponta que

A SNPM², assim como outras unidades governamentais, vem sofrendo, há anos, redução de recursos financeiros e humanos e de força política para desempenhar seu precípuo objetivo, qual seja, “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. [...] Ademais, desde 2015, início da vigência da Agenda 2030, seguidas mudanças, decorrentes de fatores econômicos e da falta de priorização do governo federal na temática, implicaram redução de 80% da dotação orçamentária do órgão e de 42,3% do quadro de pessoa. (TCU, 2018, p.48).

² Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres.

O cenário aponta para o desmonte das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e um desinteresse na promoção da almejada equidade. A tendência é que o número de violência sofrida pelas mulheres aumente consideravelmente, não apenas no âmbito doméstico, mas em todos os espaços de interação social.

No Brasil, órgãos oficiais de pesquisa têm apresentado um aumento considerável nos casos de violência contra as mulheres. A 8ª edição da Pesquisa Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (BRASIL, 2019), do Observatório da Mulher contra a Violência (Senado Federal) apresenta que episódios de agressões infligidas a pessoas do sexo feminino subiu 13 pontos percentuais em 2019, em comparação ao ano de 2017, saindo de 69% para 82% em 2019. Estima-se, todavia, que os percentuais sejam mais elevados, dada a baixa notificação de violência, tendo em vista alguns fatores que inviabilizam o registro, tais como a não compreensão das nuances da violência (causas estruturais como o patriarcado) por profissionais que estão na ponta do atendimento nos serviços³, o sentimento de vergonha e medo por parte das vítimas assim como as ameaças constantes à vida destas são fatores que dificultam os registros de violência⁴. Tavares (2015, p. 553) aponta que

o despreparo dos profissionais, que não realizam uma escuta humanizada e, ao contrário de propiciarem acolhimento, aparentam descaso, indiferença e/ou omissão diante das situações denunciadas. Algumas juízas ainda conduzem as audiências de modo a promover a reconciliação do casal, respaldadas em valores patriarcais que limitam a questão da violência à esfera privada e naturalizam a desigualdade de poder presente no seio da família.

O não entendimento acerca da tipologia da violência, os valores socioculturais de grupos moldados em parâmetros conservadores são agravantes à subnotificação da violência nos serviços de atenção básica de saúde, assistência social e segurança

³ Sobre a subnotificação da violência contra as mulheres, ver, por exemplo, a dissertação de Crislane Isabela Ferreira da Silva (2022), em que a autora realiza um cuidadoso levantamento de produções bibliográficas voltadas para “A notificação compulsória de violência e os desafios dos serviços da atenção básica”.

⁴ A esse respeito, ver, por exemplo, Tavares (2015), que centraliza a discussão na Lei Maria da Penha e nas denúncias de mulheres e sua descrença na justiça; ver também Sardenberg e Tavares (2016), cujos capítulos abordam a várias modalidades de violência de gênero contra as mulheres e as várias estratégias de enfrentamento e monitoramento adotadas.

pública. Além das dificuldades de reconhecimento da violência, apontadas acima, cabe sinalizar a dificuldade da própria mulher em reconhecer a violência no seu cotidiano e nomeá-la. Quando cientes, sentem dificuldades de denunciá-la por fatores diversos como dependência emocional, financeira, culpa, vergonha e medo. Estes últimos, sentimentos atrelados aos padrões societários, impedem que mulheres partilhem com outras pessoas e/ou instituições o contexto da violência que se abate sobre elas.

A subnotificação, a ausência da atenção e a fragilidade no trato da questão podem ser determinantes para a naturalização e perpetuação da violência contra as mulheres. Alguns noticiários⁵ por todo Brasil expressam o que os dados oficiais apresentam: casos de violência contra as mulheres e de feminicídios se tornam ainda mais constantes na sociedade brasileira. A Agência Brasil, em junho de 2020, publicou em sua manchete que “Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia. Números da violência contra a mulher caíram em apenas três estados” (BOND, 2020). Indicando que os casos de feminicídios aumentaram no período de março a abril de 2020, em comparação ao ano anterior. Situação agravada no período pandêmico quando as mulheres tiveram que permanecer por mais tempo próximas dos agressores.

Importa, portanto, demonstrar como tais violências se expressam no cotidiano da vida de meninas e mulheres e os impactos individuais e coletivos, desenhando o circuito crítico do patriarcado, operando sobre o contexto sociopolítico e interferindo nas relações sociais e nas subjetividades de mulheres, causando danos irreparáveis. Embora vivamos o século XXI, o mecanismo de dominação patriarcal permanece. “A simples enunciação formal dos direitos das mulheres não lhes confere automaticamente a efetivação de seu exercício” (CEDAW, 2004, p. 16).

Ao utilizar a expressão “circuito crítico”, tomo como referência o conceito de rota crítica que foi desenhado por Montserrat Sagot em 2000, no estudo “A rota crítica das mulheres afetadas pela violência intrafamiliar na América Latina”⁶ que, de acordo com essa autora, consiste em

[...] um proceso que se construye a partir de la secuencia de decisiones tomadas y acciones ejecutadas por las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar y las respuestas encontradas em subús queda de soluciones. Este es un proceso iterativo constituido tanto

⁵Para ver mais, consulte as reportagens de Velasco *et al.* (2020) e Barbon (2021).

⁶ Tradução do título nossa.

por los factores impulsores e inibidores relacionados com las mujeres afectadas y las acciones emprendidas por éstas, como por la respuesta social encontrada, lo que a su vez se convierte en una parte determinante de la ruta crítica. En ese sentido, con el concepto de ruta crítica se reconstruye la lógica de las decisiones, acciones y reacciones de las mujeres afectadas, así como la de los factores que intervienen en ese proceso. (SAGOT, 2000, p.89).

Aqui, contudo, utilizo a expressão circuito crítico no sentido de demonstrar como a violência patriarcal (materialização do patriarcado) incide nos ciclos de vida das mulheres, da infância à vida adulta (não descartando a velhice), meninas, mulheres e idosas continuam sofrendo violência por serem mulheres.

Neste sentido, o estudo como resultado de uma cartografia⁷ demonstra o processo de reconhecimento da violência na vida de mulheres que tiveram oportunidade de participar de grupos com discussão sobre relações de gênero, patriarcado, desigualdades sociais, relações raciais e violência, apontando para as principais vias que naturalizam o patriarcado no cotidiano delas. Tendo como perspectiva subsidiar estratégias de acolhimento mais humanizado e introspectivo destes relatos, além da observação e da partilha cartográfica, foram utilizadas, como suporte para a coleta de dados, cartas escritas por aquelas que vivenciaram situações de violência e, também, desejaram relatar através da escrita.

Para compreender a delimitação da proposta deste corpus analítico faz-se necessário apontar a trajetória da pesquisa até aqui, como próprio preâmbulo da cartografia que permitiu o reencontro com as mulheres, sujeitas ativas nestas reflexões.

O estudo inicial centraria nos processos criminais de violência doméstica contra as mulheres, na perspectiva de verificação e análise das sentenças impetradas ao autor do crime. Diante da dificuldade de acesso ao poder judiciário, especificamente ao Tribunal de Justiça da Bahia, no que se refere à autorização para manuseio dos processos, declinei da ideia inicial e busquei no Hospital de Custódia e Tratamento (HCT) de Salvador um novo cenário para o estudo.

⁷A cartografia consiste em uma metodologia que permite a investigação participativa capaz de promover transformação, por isto ela é interventiva. Os grupos trabalhados serão capazes de, a partir das trocas sociais, elaborar os mecanismos de conhecimento de suas próprias realidades e promover estratégias de mudanças. A cartografia permite articular saberes, provocar incômodos e ativar mecanismos de autoconhecimento dos participantes e alternativas de mudanças (PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015).

A possibilidade de observar como a violência contra as mulheres pode ser um fator determinante para o processo de adoecimento psíquico, e para a execução de um crime, permitiria a produção de um material inédito e importante para os estudos feministas. A pesquisa, no entanto, se deparou com um obstáculo intransponível: a situação de saúde pública posta - diante da ameaça de mortalidade que o COVID 19 apresentava - impossibilitou a continuidade da pesquisa dentro do espaço institucional do HCT. A perspectiva de retorno *in loco* só se vislumbrava após a imunização da população com a vacinação, em larga escala, fato que atrasaria muito mais o andamento da pesquisa.

Entendendo a importância de persistir na discussão sobre a violência contra as mulheres e sua interface com o sofrimento psíquico, mais uma vez reorganizei a proposta no que se refere à amplitude, campo e as interlocutoras do estudo, sem perder o objetivo principal que é analisar o circuito da violência na vida das mulheres como determinante de sofrimento e adoecimento, relatar o *modus operandi* das mais recorrentes violências, caracterizando-as no tempo e no espaço ao longo dos circuitos etários das mulheres, agentes nesta pesquisa. Desta forma, é possível refletir como o patriarcado da infância à adultez incide de maneira deletéria na vida de meninas e mulheres. O sofrimento delas por conta do patriarcado inicia na primeira infância, deixando lembranças e resquícios emocionais e/ou de saúde física e mental. A investigação parte de observações e relatos compartilhados em grupos de mulheres, estudantes do curso de Serviço Social de uma universidade privada de Salvador, a partir de uma intervenção cartográfica e de 101 (cento e uma) cartas que foram escritas por elas, nas quais apontam a vivência com a violência em distintos ciclos de vida e com diferentes configurações.

1.1 PLANO EMPÍRICO INTERVENTIVO DA PESQUISA

Utilizando do método cartográfico, a pesquisa apresenta o resultado de um processo de intervenção de nove anos, da pesquisadora, na docência do ensino superior no curso de Serviço Social em universidades privadas da cidade de Salvador que se tornaram o fio condutor da investigação. A intervenção se deu no período entre 2011 e 2019, perfazendo um total de 36 turmas distribuídas entre os turnos matutino e noturno. A coleta de dados para esta pesquisa aconteceu com uma média de 130

estudantes, não descartando as contribuições vivenciais de todos os grupos que as antecederam e sucederam.

Estar como docente transversalizando o debate de raça, gênero, sexualidade e patriarcado possibilitou vivenciar trocas de experiências com muitas alunas que verbalizaram o contato com a violência doméstica e outras formas de opressão, discriminação, preconceito. Assim, foi possível utilizar desta experiência para demonstrar que a violência contra as mulheres é estruturante na nossa sociedade e que atravessa suas vidas desde a tenra idade, influenciando o modo de ser, ver, estar, se perceber e agir no mundo.

Experiências compartilhadas por mulheres são determinantes para que possam se localizar no contexto de violência e como sujeitas significantes, iniciando um movimento de redefinição de um constructo de “coisas” que as impede de transcenderem, principalmente do contexto de submissão e subordinação que os ditames do “poder masculino” impuseram. A cartografia, como método de pesquisa intervenção, demonstra como as experiências compartilhadas são vias para transformação da condição de submissão em que muitas mulheres se encontram.

O curso de graduação em Serviço Social é, histórica e majoritariamente, frequentado por mulheres, tendo em vista a gênese da profissão ser referendada ideologicamente pelo Neotomismo com base epistolar, operacionalizando técnicas caritativas e assistencialistas que ficavam a cargo daquelas pessoas que, culturalmente, deviam ocupar o espaço do cuidado e atenção – as mulheres. Mesmo com o movimento de “Reconceituação⁸” do Serviço Social, um número significativo de mulheres busca a profissão acreditando que o fundamento da “ajuda” ainda persiste no processo de formação acadêmica.

Afinal, quem são essas mulheres, além de mim, que tomo como sujeitas na cartografia? O perfil de discentes do curso de Serviço Social foi apresentado em pesquisa⁹ realizada por Costa, Nascimento e Prado (2019) e demonstrado no 16^o

⁸Diante do acirramento das lutas sociais na América Latina, em meados da década de 1960 e 1970, séc. XX, a categoria profissional, no Brasil, começa a questionar-se sobre a base confessional da profissão, seus fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos e formação profissional, recusando e criticando o conservadorismo e tradicionalismo, ao mesmo tempo em que promoviam uma aproximação e apropriação com a teoria crítica marxista. (IAMAMOTO, 2019).

⁹ Pesquisa de conclusão de curso: Perfil da/o discente em serviço social: uma reflexão acerca dos desafios da formação profissional, realizada pelo graduando em Serviço Social Ângelo Marcos Souza Nascimento, publicado no CBAS de 2019. O aluno buscou apresentar o perfil das/os alunas/os de Serviço Social que estavam naquele ano (2018) cursando Serviço Social, na mesma instituição em que a pesquisadora era docente.

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS/2019), contendo respostas de 217 das 320 alunas/os matriculadas/os no curso, em determinado período.

A pesquisa de Costa, Nascimento e Prado (2019) revela que o número majoritário de discentes matriculadas são mulheres, estudando no turno noturno, pela necessidade laboral durante o período diurno. Mesmo estando desocupadas dão preferência ao período noturno pela possibilidade de, a qualquer momento, serem inseridas no mercado de trabalho. Estudar à noite após o dia de trabalho, segundo a pesquisa, é um fator de impacto (cansaço/desânimo) nas condições objetivas e subjetivas para o processo de aprendizado e de aprimoramento reflexivo e crítico do contexto sócio, histórico, político e econômico da sociedade - análise necessária para o desenvolvimento pessoal e profissional das graduandas.

A pesquisa demonstrou que 50% das estudantes estão na faixa etária entre 17 e 28 anos e a outra metade perfazendo um público considerado mais “maduro”, transitando pela faixa etária entre os 30 e 60 anos de idade. Sobre a condição civil (oficializada), 63% das respondentes se declararam solteiras, 24% casadas e 7% em união estável. Costa, Nascimento e Prado (2019) apontam uma possível unanimidade no que se refere à autodeclaração racial negra (pretas e pardas), sem apresentar, no entanto, pistas percentuais sobre esta informação.

O grupo pesquisado por Costa, Nascimento e Prado relatou dificuldades com o conteúdo programático do curso, e a linguagem rebuscada e científica. As responsáveis pela pesquisa apontam tal dificuldade como oriunda do contraste entre a estrutura oferecida pelas escolas públicas, de onde são procedentes, seus recorrentes problemas funcionais e de formação que precarizam o processo de aprendizado, e o modelo formativo das instituições de ensino superior. Outro fator é a condição de classe que impulsiona, precocemente, para o mercado de trabalho impedindo uma atenção maior aos estudos. Os dados ainda revelam que muitas alunas sinalizaram que são as primeiras pessoas, do grupo familiar, a adentrarem um espaço acadêmico.

Sobre o vínculo trabalhista das discentes, a pesquisa apresenta 33% com vínculo formal, via consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); 8% terceirizados; 10% (informais); 2% concursados/nomeados; e, 47% sem vínculo empregatício. A tripla jornada (trabalho, família, estudos) é recorrente para as alunas do curso sendo considerado um entrave para o processo de aprendizado, assim como “[...] as

relações familiares permeadas entre conflitos que afetam a estabilidade para o estudo” (COSTA; NASCIMENTO; PRADO, 2019, p. 10).

A tabela 1 sintetiza dados da pesquisa de Costa, Nascimento e Prado (2019) que interessam para nossas reflexões. A formação superior permeia todas as faixas etárias, confirmando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2021) que apontam as mulheres como maioria nos cursos superiores (ver tabela 2). Assim como os dados sobre condição de trabalho demonstram que 65% das entrevistadas possuem vínculos informais ou não estão trabalhando, uma pista para pensar a condição de dependência que podem ter, ou não, de seus parceiros íntimos, considerando que é a partir das desigualdades que surgem as violências e à medida que estas desigualdades se consolidam a consequência pode ser a violência, no espaço público e/ou privado (OLIVEIRA; MEDEIROS, 2015).

Tabela 1: Perfil das discentes de Serviço Social. Unidade de ensino privada. Salvador/Bahia

| TOTAL DE ENTREVISTADAS | 217 | | |
|-------------------------------|----------------------|-----|-----|
| TURNO DE AULA PREDOMINANTE | Noturno | | |
| FAIXA ETÁRIA | 17 a 28 anos | 50% | |
| | 30 a 60 anos | 50% | |
| CONDIÇÃO CIVIL (oficializada) | Solteiras | 63% | |
| | Casadas | 24% | |
| | União estável | 7% | |
| | Sem dados | 6% | |
| CONDIÇÃO DE TRABALHO | Vínculo formal | 33% | 35% |
| | Concursadas/nomeadas | 2% | |
| | Terceirizadas | 8% | |
| | Informal | 10% | 65% |
| | Sem vínculo | 47% | |

Fonte: Adaptação da Pesquisa de Costa, Nascimento e Prado (2019).

Tabela 2: Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor/raça e sexo, grupamentos de nível de instrução. Brasil

| Nível de instrução | | Cor / Raça | | Sexo | |
|--------------------|---------|------------|----------------|--------|----------|
| | Total | Branca | Preta ou parda | Homens | Mulheres |
| Total | 135.817 | 60.543 | 73.693 | 63.307 | 72.511 |
| Superior completo | 23.586 | 15.076 | 8.086 | 9.552 | 14.033 |

Fonte: Adaptado do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre (2019).

Embora não fosse o propósito da pesquisa supracitada, ela revelou a existência de conflitos familiares das alunas, apesar de não terem sido apontadas suas formas. Tais questões são evidenciadas nos grupos que participaram desta cartografia e na coleta dos dados utilizados para este estudo.

Os resultados de Costa, Nascimento e Prado (2019) e minha trajetória como docente em grupos de mulheres (majoritariamente), estudantes de Serviço Social, permitiu perceber, pelos relatos das alunas, um número significativo de integrantes de Igrejas com vertente evangélica e outras oriundas de matrizes africanas. Trata-se, portanto, de um grupo de mulheres diverso do ponto de vista etário e religioso, mas que converge em especificidades como classe e raça. Estas dimensões interseccionais, que abordaremos mais detidamente ao longo da tese, em determinados pontos de suas vidas se entrecruzam, nos lembrando “[...] que a opressão não é redutível a um tipo fundamental, e que as formas de opressão agem conjuntamente na produção da injustiça” (COLLINS, 2019, p. 57).

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Sobre a organização do texto está sumarizado da seguinte forma: estas notas introdutórias, em que apresento o plano da pesquisa, a estrutura do trabalho e seus capítulos. No primeiro capítulo, trabalho a noção de patriarcado, desnudando-o a partir da análise de algumas teóricas feministas como Heleieth Saffioti, Gerda Lerner, Carole Pateman. Com a categoria Patriarcado é possível explicar como a violência

contra as mulheres está presente nas diversas instituições como igreja, família, ciência, política, e no direito, construindo um campo simbólico determinante para a constituição de subjetividades. Fiz a escolha teórica por autoras pioneiras na discussão do patriarcado, considerando minha trajetória de estudos que as tomam como referência, e a completude que a análise de Saffioti oferece ao evidenciar a relação simbiótica entre patriarcado, modo de produção capitalista e o racismo.

Quanto à noção de patriarcado branco, cunhada por Grada Kilomba, é possível discuti-la como fundada por uma lógica colonialista atravessada pela categoria raça, o que é agravante para as condições de subordinação e opressão das mulheres deste estudo.

A escolha do patriarcado para abordagem teórica deve-se ao fato de ser um constructo histórico-cultural determinante para subjetivar comportamentos motivadores/motivados da/pela opressão e subordinação das mulheres. Gendrado nas relações familiares, institucionais, comunitárias insiste em determinar o lugar das mulheres, seus limites, possibilidades e impossibilidades, o lugar que podem ocupar ou não ocupar, ou assentá-las em lugares imutáveis e/ou invisíveis.

No mesmo capítulo, faço uma breve abordagem de algumas pistas deixadas pelo patriarcado, apontando para sua operacionalização e reprodução nas instituições, bem como estratégias de controle sobre o corpo das mulheres, o que será aprofundado nos capítulos posteriores.

A cartografia como método é apresentada no segundo capítulo. A estratégia metodológica cartográfica possibilitou dar continuidade aos estudos sobre violência contra as mulheres, considerando as dificuldades encontradas para finalização do processo de pesquisa (acesso ao Tribunal de Justiça da Bahia e a proibição de entrada ao HCT por conta da Covid-19). As travessias e caminhos foram desenhados e desembocam na minha experiência empírica interventiva no âmbito da educação superior. A cartografia, como método que desvela processos, foi capaz de indicar os caminhos de retorno à experiência em sala de aula que por si, promovia reflexões, percepções do eu, questionamentos, construções coletivas e cooperadas, *insights* de mudanças, experiências importantes de serem registradas e contadas em trocas e/ou pela escrita.

O ato de escrever sobre situações de violências, e com especificidade sobre a violência contra a mulher e de gênero, não é um fim em si mesmo, nem apenas um exercício de estilo livre. Requer um

envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma 'força perturbadora', um 'poder inquietante'. Para uma análise da violência, há que se considerar que ela se constitui como um fato social e, por conseguinte, pretende-se abordar três pontos estritamente interdependentes: i) evidenciar as situações de violências; ii) tentar explicá-las; iii) mostrar seus danos devastadores e o perigo que representa. (BANDEIRA, 2017, p. 16).

A compreensão de como o campo interventivo é potencial para a construção de conhecimento e capaz de motivar um processo de transformação são características comuns em cartografias sociais, dando o compasso para o desfecho desta etapa da minha trajetória.

A investigação interventiva contou com a utilização da observação e da escrita como instrumentos de coleta de dados, apresentadas no mesmo capítulo, quando argumento sobre a experiência como motivador no processo de transformação de pessoas e coletividades.

O capítulo terceiro vislumbra o plano cartográfico da pesquisa, os círculos de diálogos promovidos no território de conhecimento (sala de aula), apresentando as abordagens realizadas, estratégias, *insights*, recursos, fugas, incômodos, conexões e percepções provocados pelas vivências com o grupo e pelas experiências apresentadas. Este capítulo, portanto, confere uma continuidade ao segundo capítulo, do ponto de vista metodológico operacional.

No quarto e demais capítulos, apresento os mecanismos da ordem patriarcal que surgiram e foram discutidos no processo cartográfico fazendo uma interlocução com as cartas produzidas por participantes do grupo que tiveram dificuldade de expor suas demandas oralmente. A proposta consiste em identificar as violências, como são impostas na vida das mulheres e as consequências subjetivas que provocam um processo de sofrimento e adoecimento. Dedico um tópico para discorrer sobre a influência da Igreja, considerando o perfil das mulheres que participaram da cartografia e cujas concepções morais foram determinantes para promover círculos de diálogos profícuos e necessários.

Nestes últimos capítulos, reflito como as instituições operam na promoção e perpetuação da condição de "outro" inferior das mulheres como estratégia política de manutenção do controle e do poder nas mãos dos homens, mesmo que isto cause um dano social.

O instrumento de coleta de dados utilizado para a discussão em curso, além das observações e interações cartográficas, foram as cartas cujos trechos ou versões completas fazem parte da discussão durante o processo da escrita.

Para fechamento, faço uma síntese das consequências do patriarcado na vida das mulheres que tem como maior consequência, a violência e o processo de adoecimento físico e mental.

Para referendar meus argumentos também busquei dados numéricos para contribuir nas informações acerca da violência contra a mulher no Brasil utilizando o banco de dados abertos governamentais no sítio *Portal Brasileiro de Dados Abertos* (BRASIL, 2021), no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, entre outros sítios, conforme abordaremos ao longo do texto.

2 PATRIARCADO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio? Para algumas¹⁰ de vocês que estão aqui hoje, talvez eu seja a expressão de um dos seus medos. (LORDE, 2019, p. 53).

O patriarcado é um mecanismo capaz de gestar relações sociais desiguais e hierarquizadas, interferindo na constituição subjetiva de mulheres que partilham de ambientes e relações de opressão/subordinação. Ele repercute nos espaços familiares ratificando o lugar de privilégios para homens e destituindo das mulheres a segurança do ambiente doméstico, local que, a priori, deveria ser de proteção. Ressoa também no campo social e político ao reproduzir a violência contra as mulheres em instituições públicas, políticas, jurídicas e religiosas, e em espaços escolares.

No Brasil, de acordo com o *Mapa da Violência contra a Mulher*, documento da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados reporta que:

A cada 17 minutos, uma mulher é agredida fisicamente no Brasil. De meia em meia hora alguém sofre violência psicológica ou moral. A cada 3 horas, alguém relata um caso de cárcere privado. No mesmo dia, oito casos de violência sexual são descobertos no país, e, toda semana, 33 mulheres são assassinadas por parceiros antigos ou atuais. O ataque é semanal para 75% das vítimas. (CÂMARA..., 2018, p. 6).

O Observatório da Mulher contra a Violência, órgão vinculado ao Senado Federal, em estudo realizado em 2018, tomando como fonte os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde (MS), os registros em 2015 do Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, do Ministério da Saúde (MS) e os registros de ocorrências policiais de 2014 a 2016, chega à seguinte constatação:

No que diz respeito aos relatos de violência registrados pelo Ligue 180, serviço oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), de acordo com o Balanço 2015 – Ligue 180, foram realizados 749.024 atendimentos em 2015, em comparação a 485.105 atendimentos realizados em 2014. Dentre os atendimentos realizados

¹⁰O corretor de texto não reconhece a palavra **algumas** neste intervalo, insiste que eu ajuste para o termo “alguns”.

em 2015, cerca de 10% (76.651) se referiram a relatos de violência contra as mulheres. Destes relatos de violência, 50,16% corresponderam a violência física; 30,33%, a violência psicológica; 7,25%, a violência moral; 2,10%, a violência patrimonial; 4,54%, a violência sexual; 5,17%, a cárcere privado; e 0,46%, a tráfico de pessoas. (BRASIL, 2018, p. 11).

No período de 2014 a 2015, já se percebia uma tendência progressiva das chamadas denunciando violência, assim como um percentual significativo da violência física e psicológica. Cabe reforçar que quando uma vítima relata qualquer tipo de violência (moral, sexual, física, patrimonial), ela está concomitantemente sofrendo a violência psicológica. Assim sendo, podemos dizer que as 76.651 chamadas e relatos de violência contra as mulheres, são de mulheres que estão sob um contexto de violência/sofrimento psicológico. Todavia, há outras tantas mulheres que não têm coragem de relatar os casos de violência, o que resulta em subnotificações e agravantes para o sistema de saúde.

Alguns aparatos legais foram constituídos nas últimas três décadas com o intuito de prevenir o acirramento da violência contra a mulher nas mais diversas instâncias públicas e privadas, a saber: em 1983, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), deu uma dimensão maior às questões relacionadas à saúde reprodutiva da mulher. Em 1985, houve a implantação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Em 2005, foi criado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em 2006, foi aprovada a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que significou um novo desafio para as discussões sobre o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. Em 2015, foi sancionada a Lei nº 13.104, a qual prevê o feminicídio qualificadora do crime de homicídio, sendo incluído no rol dos crimes hediondos e, em 2018, foi sancionada a lei nº 13.718/2018 que torna crime atos de importunação sexual (ato libidinoso contra alguém sem seu consentimento) e de divulgação de cena de estupro.

Toda a conjuntura legal e conquistas advindas dos movimentos de mulheres e feministas foram importantes para garantir avanços no acesso aos direitos das mulheres – voto, educação superior (graduação, lato sensu e stricto sensu), direitos trabalhistas e políticos, exercício livre da sexualidade, debate (em andamento) sobre a descriminalização do aborto, entre outros – contudo, não foram suficientes para barrar a marcha da violência sobre nossos corpos.

Os aparatos legais e instituições criadas não foram cabais para dar conta da superestrutura que persiste na ratificação do patriarcado e, portanto, de comportamentos machistas, sexistas que acirram os números de violência e de feminicídios. Estes comportamentos podem ser determinantes no processo de saúde e doença de algumas mulheres que vivenciam formas de violência distintas, tanto no contexto familiar quanto nos espaços de sociabilidade.

Considerando os números crescentes da violência contra as mulheres, a proposta neste capítulo consiste em apresentar algumas reflexões teóricas acerca do patriarcado como categoria para a compreensão das relações sociais e da condição de vida das mulheres na contemporaneidade, a partir de experiências de mulheres que tiveram suas vidas atravessadas pela nefasta consequência do patriarcado - a violência.

O patriarcado junto às dimensões raça e classe são determinantes para compreender os caminhos que constituem as subjetividades, as formas de perceber o mundo e as relações, assim como, o sofrimento, as violações de direitos e a forma como a estrutura sociopolítica e econômica corrobora para a opressão, subordinação/exploração das mulheres, mas, também para que as próprias mulheres assimilem a sujeição e a subordinação como intrínsecas a elas.

A categoria principal escolhida para problematizar os dados aqui apresentados será o patriarcado, não negligenciando nem tão pouco minimizando a importância da discussão étnico racial e de classe para os achados. Isto porque considero que tais categorias, por si só, necessitam de análises a partir da complexidade que cada uma merece, sendo assim, serão tratadas em abordagens posteriores. Aqui, a transversalidade será feita, tendo em vista a relação simbiótica dos eixos de opressão, contudo, o estudo objetiva a análise do patriarcado no circuito de vida das mulheres. Trata-se apenas de uma escolha metodológica.

Como base estruturante das relações, o Patriarcado é um sistema que compõe a dinâmica social a partir da dominação dos homens nas estruturas sociais. Essa estrutura de poder e suas hierarquias sociais contaminam toda a sociedade (SAFFIOTI, 2015). Do espaço doméstico e familiar aos espaços públicos, das relações comunitárias às de trabalho e na conjuntura política econômica, utilizando da família, igrejas, escolas, cultura, mídia, política, história, economia como mecanismos de reprodução da dinâmica do poder. Reafirma práticas e narrativas gendradas em uma

superioridade masculina, como um organismo vivo que vai se desenvolvendo e espraiando pelas instituições que compõem a estrutura da sociedade.

Saffioti (2015, p. 41), reportando-se a Hartmann (1979), apresenta o conceito de patriarcado como “[...] um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres”. Esse sistema também incide sobre a produção, reprodução, socialização e sexualidade promovendo o fortalecimento de instituições que são estruturadas sob esta ordem. Para Saffioti (2015, p. 38), “uma máquina bem azeitada que opera sem cessar [...] quase automaticamente”.

A autora problematiza ainda como as mulheres, imbuídas de uma ideologia que, naturalizada, legitimam esta engrenagem automática e, contribuem para alimentá-la. O desvelamento, portanto, da condição das mulheres na conjuntura histórica, moderna e contemporânea, deve ocorrer no sentido de que este conhecimento permite a apreensão exata do patriarcado como uma base material que, não obstante os movimentos feministas, continua operando (SAFFIOTI, 2015).

O patriarcado está vinculado ao poder e aos seus modos de legitimação e reprodução, portanto, é uma dimensão política inferindo no campo civil, público e privado (SAFFIOTI, 2014). Ele está contido na dinâmica social e, por isso, é uma categoria histórica que se adequa no tempo e espaço.

Para Saffioti (2009), a opressão tem significado ambíguo, ora indica o fenômeno da dominação ora o fenômeno da exploração. Exprime um esquema de dominação-exploração, “[...] componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI, 2009, p. 176). Neste esquema não deve ser priorizada qualquer dimensão em detrimento da outra, pois, patriarcado, racismo e capitalismo determinam, interseccionalmente, quem domina e quem deve ser dominado, adequando-se a partir de especificidades, inclusive intragênero. A conjunção capitalismo X patriarcado X racismo performa substantivamente as estruturas, mesmo atendendo relações históricas e construções culturais, porque as estruturas não são definitivas, são capazes de se organizar a partir de demandas contemporâneas. Deve-se, assim, situar histórica e territorialmente o patriarcado como conceito subjetivo capaz de determinar o *modus operandi* para sua perpetuação.

Mulheres e homens estão sujeitas/os¹¹ a este sistema integrado que opera simbioticamente – o patriarcado/capitalismo/racismo – e dá sentido às experiências de mulheres e homens nas sociedades ocidentais, especialmente, para este estudo, as mulheres negras.

A categoria “patriarcado” pode explicar dinâmicas relacionais não restringida a um sentido esvaziado das relações conjugais/familiares. Trata-se de um constructo contínuo que se alimenta das representações simbólicas históricas, características das sociedades alicerçadas em dogmas e tradições cristãs responsáveis pela formação da memória coletiva, ratificando o sistema de símbolos que invisibilizou a aparição das mulheres na participação da dinâmica da vida social, conseqüentemente, da construção da história.

Quanto à ausência das mulheres na história, Lerner (2019) critica a posição de Beauvoir em pensar que as mulheres não tiveram uma história. Para ela,

[...] a história pareceu durante milênios oferecer apenas lições negativas e nenhum precedente para exemplos significativos de ação, heroísmo ou libertação. O mais difícil de tudo foi a aparente ausência de uma tradição que reafirmasse a independência e a autonomia das mulheres. Parecia nunca ter existido nenhuma mulher ou grupo de mulheres que viveu sem a proteção masculina. (LERNER, 2019, p. 272).

A consequência política imposta pelo patriarcado não é apenas o fato de a mulher não ter sido inscrita na história e sim de tê-la minorado como “marginais à civilização [...] ser assim apresentada e acreditar é quase pior do que ser esquecida por completo” (LERNER, 2019, p. 273). Trata-se de uma ausência provocada e impedida de ser desvelada. “A falta de conhecimento das mulheres sobre a própria história de luta e conquistas é um dos principais meios de nos manter subordinadas” (LERNER, 2019, p. 277) e, para algumas mulheres, de permanecer com vendas nos olhos.

Para Perrot (2013), as mulheres ficaram muito tempo fora dos relatos que registraram a história por não estarem nos espaços que mereciam interesse, referindo-se aos espaços públicos que os homens ocupavam e onde se destacavam. E por não deixarem vestígios presenciais, materiais ou escritos, não foram lembradas e suas fontes foram silenciadas. A leitura histórica das mulheres se deu pela

¹¹ O corretor de texto não reconhece a palavra “sujeitas” – indica para correção “sujeitos”.

imaginação e representação e não pela sua descrição e narração. Daí afirmar, em outro momento, que a narrativa histórica tradicional quase as invisibiliza, pois as considera pouco importantes e, enfatiza: “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (PERROT, 1989, p. 8).

Inquirir sobre as experiências e trajetórias das mulheres é, certamente, o primeiro passo para que estas compreendam a dimensão da violência e identifiquem-se convivendo com o fenômeno porque, um dos maiores riscos de permanência das violências é a negação de sua existência pela naturalização de relações patriarcais e violentas. O exercício de identificar-se como sujeita com direito a fala, posicionamento e existência é o ponto de partida para que as mulheres participem e registrem-se na história - ninguém fará isso por elas, a não ser elas.

Deparamo-nos ainda com constructos de pensamentos e referências que promovem o afastamento e desencorajamento do trabalho intelectual e de processos de criação de sistemas de pensamento das mulheres. O acervo de responsabilidades familiares vinculadas aos cuidados que lhes foram impostas promoveram tal afastamento. Destaca-se que o patriarcado não está reservado ao campo ideológico, ele é um exercício prático que incide constantemente no cotidiano das mulheres, ele é fluído porque atravessa as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres.

É flexível porque incide na forma de falar (linguagem), no movimento dos corpos e como eles são apresentados, das representações simbólicas aos cenários de violências. Passível de variações e adaptações em sua estrutura de acordo com as demandas e pleitos de mulheres e homens. À medida que tais pleitos são atendidos, o patriarcado vai se readaptando e criando outras estruturas simbólicas.

Para Pateman (2020), o patriarcado é uma forma de poder político. Mesmo com distinções acerca das formulações teóricas e subjetivas do conceito, como sugere a autora, seu uso imprime uma essência capaz de dar suporte a todas as formas estruturantes da opressão das mulheres em todos os períodos históricos, apesar de ele ter distinções que promovem argumentos contra seu uso, como o entendimento weberiano de um sistema de normas baseado apenas em tradições.

Pateman (2020, p. 41) pontua que o homem ainda exerce o poder nas relações familiares, um poder que é exercido “como homem e não como pai”. Saffioti (2015, p. 51) acrescenta que um dos elementos nucleares do conceito “reside exatamente no controle da sexualidade feminina”. Além deste controle, símbolos e linguagens

reverberam um acúmulo de significados operacionalizados nas relações sociais como um paradigma, um constructo histórico que é discursivamente construído e que ainda se perpetua. A filósofa aponta que “o poder conjugal não é paterno e sim parte do direito sexual masculino” (SAFFIOTI, 2020, p. 41). Embora não se deva generalizar, considerando as lutas históricas das mulheres, condições como estas ainda se fazem presentes na contemporaneidade. Os dados sobre violência doméstica contra as mulheres confirmam e os relatos cartográficos ratificam a situação.

A origem do patriarcado é desconhecida e sua finitude tem sido pauta constante dos movimentos feministas modernos e contemporâneos. O que se especula é o seu fundamento, que a meu ver, converge e explica sua materialidade a partir da operacionalidade das estruturas sociais. Originário ou não nas relações patriarcais Weberianas, lá também se faz presente e perpetuado, permitindo a continuidade de um contrato sexual com novas configurações, mas que não suprimem o modelo binário e oposto representado pelas relações entre homens e mulheres, a partir da dicotomia entre masculinidade e feminilidade (no singular).

Lima e Silva (2019) apontam a contribuição de Kate Millet (1970) que fundamenta o patriarcado como a primeira forma de governo, acrescentando que a estrutura patriarcal tem mais a ver com um “hábito de espírito” e um tipo de vida do que um sistema político determinado” (LIMA; SILVA, 2019). Contudo, o próprio sistema político é alimentado por este “hábito de espírito” modelado pelos agentes que majoritariamente detêm poder, o controle, o domínio nas instâncias políticas – os homens. Delphy (2009, p. 175) problematiza o conceito como “sistema e não relações individuais ou estado de espírito”. A concepção, então, é de um sistema sociopolítico, também.

Walby (1990) aponta o patriarcado como categoria determinante para pensar as desigualdades relacionadas no âmbito das reproduções dos trabalhos domésticos, das relações de trabalho remunerado, na distribuição dos cargos e as diferenças salariais, nas instituições sociais e as relações estabelecidas entre os sujeitos políticos, no exercício da vida privada, na sexualidade, no comportamento social, nas instituições culturais como a igreja, a mídia, a cultura, a educação, esferas que interagem e transcendem para a forma de vida de determinadas sociedades.

Saffioti (2015, p. 37) aponta que a “estrutura de poder do patriarcado contamina toda a sociedade”. A necessidade de se utilizar a categoria como base analítica das relações se dá para entender que:

1. não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições;
3. configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;
6. representa uma estrutura de poder baseado tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2015, p. 60).

Este último tópico dá o desfecho necessário para o entendimento da importância de problematizar a forma estrutural pela qual as relações precisam extirpar o *modus operandi* patriarcal – porque ele produz dor e violência. São práticas engendradas no sujeito que operam o patriarcado. Não existe, portanto, um patriarcado universal, um modelo único de operar nas relações sociais, existe um sentido de dominação/exploração de poder masculino que se adequa às mais diversas formas de relações sociais.

Grada Kilomba (2019) utiliza o conceito “patriarcado branco” e agrega a dimensão raça, enfatizando a sua importância para estudos sobre o sistema de opressão das mulheres e que deu base para a construção de uma sociedade pautada na escravização de pessoas negras ao jugo de homens brancos. A utilização do termo patriarcado branco também permite expor “silêncios” emanados por narrativas patriarcais e colonialistas que permeiam relações intragênero. Neste sentido, a própria concepção de gênero pode pensar as mulheres em suas complexidades e diversidades. Contudo, neste primeiro momento pretendo problematizar as relações a partir da categoria patriarcado.

O patriarcado branco, para Grada Kilomba (2019), ou o Patriarcado (como substantivo) que se materializa simbioticamente, em Saffioti (2015), persiste alimentando e legitimando situações severas de violações de direito das mulheres negras: racismo, violências domésticas, lesbofobias, violências urbanas, obstétricas, institucionais, exclusões simbólicas, representações distorcidas sobre a sexualidade, colocando-as sujeitas a inseguranças estruturais que se materializam nos números crescentes de feminicídios e suicídios. De acordo com o Atlas da violência (2021), ocorreram 50.056 assassinatos de mulheres entre 2009 e 2019. Das vítimas de “homicídio¹²” em 2019, 67% eram mulheres negras. Os dados apontam que o número

¹²Utilizo o termo homicídio tal qual consta no registro da fonte.

de mulheres negras mortas subiu 2% e de mulheres não negras teve uma queda de 26,9%. A condição de vulnerabilidade das mulheres negras é, portanto, estrutural e atravessa contextos de opressão específicos.

Patriarcado e raça são categorias que operam a conformação de corpos exploráveis

[...] Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Quais serão os termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido, que não somente reproduzam, como uma imagem de espelho, as categorias e projetos que mistificam e distorcem os discursos dominantes? (HARDING, 1993, p.10).

Geração, raça, classe, sexualidade operacionalizados por um sistema patriarcal permanecem constituindo conceitos, histórias e vivências, que subjetivam percepções de perdas, anseios, medos, conflitos, relações, constituindo pessoas e suas formas de ser, ver e estar no mundo, como sujeitas/os singulares, diversas/os e com um arsenal de possibilidades de trajetórias e existências que devem ser entendidas/os por suas próprias singularidades. As possibilidades/condicionalidades das mulheres só foram visibilizadas a partir das perspectivas teóricas feministas e, mesmo assim, Sandra Harding aponta que

[...] não passa de delírio imaginar que o feminismo chegue a uma teoria perfeita, a um paradigma de 'ciência normal' com pressupostos conceituais e metodológicos aceitos por todas as correntes. As categorias analíticas feministas devem ser instáveis – teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais. (HARDING, 1993, p. 11).

Considerando o campo de instabilidade da vida humana, na perspectiva biopsicossocial, refletir vidas a partir de conceitos fechados e fixos, sem articulação com outros conceitos, impossibilita extrair de cada leitura as singularidades individuais, dos pontos de vista e das diferentes possibilidades de ser e experienciar a vida e as relações. Dessa maneira, refletir sobre violência contra as mulheres sempre será apenas um ponto de vista, considerando exatamente a complexidade da existência e experiência de cada mulher.

Na aventura do ponto de vista e a partir da trajetória cartográfica vivenciada com as mulheres participantes da pesquisa, aprendentes (por estarem a desbravar e construir conjunto, novos conhecimentos de si, de nós, sobre nós, para nós), cabe

decompor a operacionalidade do patriarcado de acordo com dimensões que foram identificadas na trajetória de vida destas mulheres e que explicam o que é para si “estar, ser e perceber o mundo” a partir das experiências de violência.

2.1 PRIMEIRAS PISTAS DO PATRIARCADO

Ele puxou bem forte meus cabelos, pegou um martelo e disse que ia quebrar todo o computador e que ia esfregar minha cara nele. Comprei com meu dinheiro, me esforcei pra pagar... E ele louco dizia: isso é pra você aprender a nunca mais desconfiar de mim... E eu implorando para que ele não quebrasse. Pensei em ir na delegacia mas desisti. Essa foi a primeira de 3 agressões físicas que sofri. (Rose).

Há quem diga que as mulheres foram educadas para se tornarem subservientes e submissas aos arroubos de poder, controle e vigilância de seus “parceiros” íntimos, educadas para temer os homens, assim como para obedecê-los. Estes últimos, inversamente, aprenderam que a força é o seu principal mecanismo de conquista, aprenderam que desobedecer pode ser sinônimo de valentia, a utilizar da força física como representação de autoridade, poder e masculinidade. Dessa forma, tende-se a subjugar a capacidade de independência e autonomia das mulheres em detrimento desta “autoridade masculina, [...] a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (SAFFIOTI, 2015, p. 79).

Condutas que subordinam pessoas foram historicamente naturalizadas na sociedade, “as manifestações da violência presentes nas relações interpessoais e de gênero são estruturantes, seja pelo fato de normatizar, modelar e regular as relações interpessoais entre homens e mulheres em nossa sociedade, seja pela forma indistinguível de poder que assumem” (BANDEIRA, 2017, p. 19), os indivíduos moldados em relações binárias e hierárquicas, homens presos a condutas machistas e centralizadoras, mulheres educadas para se tornarem o “outro”, sem valor principal. Um mecanismo que opera sob uma representação simbólica de proprietário e propriedade, permite que a mulher perca a condição de sujeito diante da representação de superioridade dos homens, principalmente em relações íntimas de afeto.

Acrescida à submissão vinculada ao casamento, verifica-se o acúmulo de representações de subalternidades impostas às mulheres, no campo de trabalho, religioso, da educação, nas representações políticas e sociais. Durante muito tempo, na educação “O sujeito pensante, racional, é masculino. A mulher é apenas o seu outro, o “outro” da razão. A educação institucionalizada através da história atribui a mulher esse papel contraditório: o de produzir o homem racional a partir de sua suposta – feminina – irracionalidade” (TEDESCHI, 2007, p. 333).

Instituições e pessoas podem reproduzir o machismo através de mecanismos que exercem o poder disciplinar, de controle, mulheres que divergem das regras disciplinares tendem a ter seus corpos docilizados, modelados pelas instituições disciplinares apontadas por Foucault (1975) como as escolas, os hospitais, os quartéis. Também como instituições disciplinares podemos considerar: a família, a Igreja, a justiça, a política, a economia, a macroestrutura social imbuída por aceções conservadoras com relação a comportamentos e símbolos de moralidade.

Nos espaços de reprodução, as tarefas designadas socialmente/culturalmente às mulheres centram-se no cuidado, preocupação e atenção com o outro. O papel reprodutivo não se restringe ao âmbito doméstico na perspectiva de reprodução biológica, mas da reprodução da força de trabalho, da manutenção do bem-estar do corpo produtivo, alimentando, cuidando, tornando-o saudável. Esta reprodução extrapola o entendimento materialista, existe a tentativa de reprodução de uma sistemática de subjetivação de valores pautados na ordem patriarcal.

A centralidade do poder, da representação positiva, formal e de capacidade de gestão percebe-se culturalmente disseminada como pertencente a homens ditos como os únicos capazes para o exercício do poder nas instituições de controle pela sua “possível” capacidade de domínio. Estereótipos como estes corroboram com a naturalização do domínio, da gestão, do controle das coisas aos homens e da violência contra as mulheres.

Diversos estudos têm demonstrado o quanto, de fato, os valores culturais machistas e patriarcais (ainda) estruturantes em nossa sociedade estão associados à grave recorrência das violências cometidas contra as mulheres e às sérias desigualdades de poder e de direitos (ainda) enfrentados por elas em nossa sociedade. (GUIMARÃES, PEDROZA, 2015, p. 257).

Os espaços de trânsito, pertencimento e existência das mulheres foram impostos por uma lógica misógina de apagamento das possibilidades de uma

existência política e socialmente representativa. Essa lógica exerce influência no modo de se perceberem como parte da construção sociocultural, da participação política e responsáveis pela escrita da história, da produção de valores, serviços, da ciência e da tecnologia, da gestão de suas vidas, finanças e direitos.

A forma estruturante como o patriarcado influencia na constituição da pessoa, seja homem ou mulher, é tão imperceptível que as próprias mulheres reproduzem sem percebê-lo: na linguagem, no comportamento, na forma como lidam com outras mulheres, alijando-as e aliando-se a discursos machistas. A reprodução de comportamentos baseia-se no machismo, sexismo, racismo, oriundo do modelo patriarcal perpetuado por símbolos disseminados nos espaços coletivos de sociabilidade. Consequências deste sistema recaem sobre o corpo das mulheres numa sistemática constante do servir, inclusive, sexualmente.

2.2 OBJETO DO DEVER – O CORPO FEMININO

As mulheres que sofreram estupro ficam machucadas no corpo e na alma. Tudo que elas precisam é serem compreendidas, ouvidas sem acusações, medo ou repugnância. (Marcela).

Ter um corpo feminino faz da mulher, no sistema mundo patriarcal, um ser vulnerável, violável. Capaz de seduzir, reproduzir, maternar sob os signos da servidão. O corpo da mulher está, portanto, em constante perigo e passível de ser violado.

No século XIX, somente o estupro coletivo era suscetível de punição pelos tribunais. Quando o estupro era cometido por um único homem, a mulher ficava com a responsabilidade de ter-se defendido, sendo culpabilizada pelo ato do agressor. Foi apenas em 1976 que o estupro passou a ser considerado como crime (PERROT, 2013).

A violação do corpo da mulher pelo estupro, pela violência doméstica, pelo feminicídio parece ter sido autorizada historicamente. No Brasil, mulheres negras foram mortas ainda no período escravocrata e sob a égide do código penal que vigorou de 1890 até 1940, no qual justificava o assassinato de mulheres com a alegação de legítima defesa da honra, utilizando o artigo 27 “§ 4º. Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de commetter o crime” (BRASIL, 1890). Apesar de não estar escrita a autorização para matar, por

interpretação de juristas, quase todos eles homens, a absolvição de homens que matavam suas companheiras era possivelmente certa.

A experiência feminina é amiúde uma experiência na qual a mente e o corpo, a mente e a matéria, são associados e, juntos são explorados. [...] O processo pelo qual a vida pessoal escapa ao nosso controle, quando a dominação a arranca de nós, está enredado na experiência das mulheres. (DIMEN, 1997, p. 45).

Estas referências se devem à constituição de modelos de comportamentos distintos entre mulheres e homens. Desde muito cedo, seus lugares são definidos, vejamos: 1. no ventre materno, a existência torna-se uma disputa simbólica e material entre o ser mulher e o ser homem; 2. na primeira infância, a disputa é conceitual, o circuito de modelos educativos, conservadores e inibidores pelos quais as meninas passam podem determinar, de forma equivocada, o entendimento sobre si: não poder fazer, não poder estar, não poder ir, não poder ser, “você não tem capacidade”, “isto não é bom para mulher”; livros e brinquedos ainda são distintos e remetem a possibilidades proporcionalmente desvalorizadas do ponto de vista de representação sócio política – considerando que “as coisas” ditas como “de mulheres” política e socialmente são subvaloradas. 3. O homem não é inibido a exhibir seus dotes físicos, ao contrário da mulher, ele é estimulado a demonstrar que é mais forte, atlético, viril que os demais. Já a mulher, durante a juventude, o constante enfrentamento e esquivas aos olhares e desejos violadores de homens (jovens ou velhos) suprimem o bem-estar com seu corpo, com sua condição fenotípica.

Esquivamos e rejeitamos nosso corpo, pois o olhar do outro inibe a comunhão conosco, o corpo nos constrange, não podemos deixá-lo livre, somos obrigadas a cobri-lo. Na representatividade midiática, revelam-se corpos como troféus e atributos valorativos e não nossas mentes e fazeres, que são totalmente ignorados.

As justificativas que são dadas para os olhares dos homens sobre o corpo das meninas e jovens as culpabilizam. O medo de serem violentadas, de terem seus corpos violados e o sentimento de culpa por isso está presente nas vivências das mulheres neste estudo.

Segunda a pesquisa “Visível e Invisível” encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), em 2021, a pandemia e as necessárias restrições de circulação não reduziram casos de assédio sexual, demonstrando que 37,9% das brasileiras entrevistadas sofreram algum tipo de assédio; 31,9% delas

ouviram comentários desrespeitosos quando estavam andando na rua, o que equivale, de acordo com a pesquisa, a 22,3 milhões de mulheres. Outras 3,7 milhões de mulheres, o equivalente a 5,4%, sofreram tentativa forçada de manter relação sexual, embora a pesquisa não deixe evidências do local da tentativa forçada de relação sexual. No entanto, considerando que 7 em cada 10 casos o autor era conhecido e que 25,4% eram companheiros ou namorados, os abusos ocorrem dentro do espaço doméstico.

Michellet Perrot (2003) no texto *Os silêncios do corpo da mulher*, discorre como se davam os rituais durante as noites de núpcias para as mulheres que certamente, continuam ocorrendo em algumas relações conjugais.

[...] a noite de núpcias é a tomada de posse da esposa pelo marido, que mede seu desempenho pela rapidez da penetração: é preciso forçar as portas da virgindade como se invade uma cidadela fechada. Daí o fato de tantas noites de núpcias se assemelharem a estupros cujo relato é indizível. [...] Daí também o fato de essa sexualidade coagida ser um "dever" (o famoso "dever conjugal") ao qual algumas procuram se subtrair por meio de uma centena de artifícios, entre os quais a enxaqueca. [...] Fala-se em "frigidez" feminina como se fosse um fato da natureza, e não resultado de práticas sociais". (PERROT, 2003, p. 16-17).

Quanto às acusações de terem provocado a violência, por muito tempo e ainda hoje, são recorrentes nas narrativas de alguns grupos de pessoas que desconhecem os malabarismos do patriarcado. As jovens meninas que crescem em lugares onde a vulnerabilidade, o machismo e o patriarcado fazem morada, subjetivam sentimentos de medo e de culpa – a liberdade é um horizonte impossível de vislumbrar. A perpetuação deste signo se estende até a contemporaneidade quando a prática discursiva, que reproduz referências machistas, insiste em dizer que elas foram as culpadas pelo ato do agressor.

Uma imagem sempre vem à mente quando reflito sobre a apropriação do corpo e da existência das mulheres pelo homem: uma peça de carne exposta em balcão de açougue para ser tocada, cheirada e ter avaliada sua qualidade. Um sentimento que sai de mim pensando em como as mulheres são vistas e que, por conseguinte, nos faz subjetivar este sentimento de coisa, de objeto, de propriedade do outro.

O avanço das lutas feministas e das mulheres ditas não feministas, tem promovido um processo de resignificação dos lugares que nos foram determinados na história, lembrando que não somos homogêneas, nossas "correntes" não são as

mesmas, o peso e as formas diferem. A heterogeneidade se imprime nas dimensões culturais, sociais, econômicas, territoriais, regionais, políticas, raciais, étnicas, sexuais, geracionais entre outras dimensões. As diferenças são ratificadas e impressas também nos corpos. Por conta delas (diferenças), perguntamos muitas vezes por quais lugares podemos transitar e/ou permanecer, em quais lugares temos a permissão de estar, de ser e de nos relacionarmos. Mesmo diante do avanço nas oportunidades para mulheres ainda assim, sofremos pelo machismo, tememos a violência contra nossos corpos e mentes, estamos ainda em fuga do feminicídio.

Ratifico que a violência contra as mulheres é uma consequência do sistema patriarcal e que se percebe ontológica, parte de uma existência coletiva e inalterável, contínuo apostando sobre a importância de registrar as vivências de mulheres a partir das experiências com a violência porque se não ficar inscrito, se o registro não aparecer na história - os fatos não ocorreram. Publicizar o modus operandi do ciclo da violência, de como ela incide em todos os ciclos da vida das mulheres importa para que as que virão não tomem isso como natural.

Apresento, a partir daqui, o processo metodológico da pesquisa intervenção, os resultados e a conjuntura analítica destes resultados.

3 CARTOGRAFIA –METODOLOGIA DE PESQUISA INTERVENÇÃO

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e". Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Por muito tempo, as mulheres enfrentam as diversas violências infligidas contra elas colocando o tema como pautas sociais, políticas e científicas concomitante às categorias gênero, sexualidade, raça, geração e todas as demais que se entrelaçam decorrentes das desigualdades impostas pelas relações de poder. Por consequência da hierarquização nas relações, a violência se faz no cotidiano de todas as pessoas e, portanto, estudos e pesquisas seguem sendo elaborados no sentido de dar significados e promover respostas que amenizem ou permitam barrar as causas de demandas relacionadas às situações de opressão, subordinação e exploração determinadas por hierarquizações das mais diversas formas, que culminam com a prática da violência.

A complexidade da violência no cotidiano das mulheres é decisiva para a constituição de suas subjetividades, de formas diversas e distintas para cada uma delas. O conhecimento produzido sobre o tema também não é uno e definitivo, ele é, pela própria natureza do conhecimento, transitório e plural. Assim, a proposta de demonstrar como a violência contra as mulheres e a lógica patriarcal engendram formas de ser, estar, sentir e pensar o mundo, toma como público investigado um grupo de mulheres, cada uma com sua experiência, um grupo diversificado que ao ser instigado coletivamente promove um movimento de engajamento produzindo um plano de conhecimento (sem hierarquizações de saberes) sobre a violência contra as mulheres e sua complexidade. O conhecimento, então, é produzido “entre” nós, quem pesquisa e quem se deixa pesquisar, porque quem está sendo pesquisado também é pesquisador, está em processo de aprendizado, de investigação, de conhecimento. E o pesquisador que investiga, também é investigado dentro da diversidade do grupo.

Nenhuma de nós está fora do processo de conhecimento quando se fala de violência contra nós, mulheres.

A investigação deu-se a partir do encontro de percepções, sensações e afetos que não se apresentam neutros e indissociáveis, são sentidos reverberados pela violência que perpassam as vidas de muitas mulheres e que no encontro podem ser refletidos e trabalhados. O campo da investigação (espaço de aprendizado – sala de aula) emana forças que, em interação, são capazes de promover transformações, e neste sentido o método cartográfico, discutido mais adiante, permite entender as diversas nuances e conexões existentes nas experiências vividas por mulheres que sofreram situações de violência, por sua condição de gênero. Propiciar a análise de uma determinada situação/condição social só é possível quando identificamos a dinâmica das relações sociais que são oriundas de uma multiplicidade de determinantes como valores, crenças, comportamentos e cultura.

“Para se conhecer realmente uma realidade, é necessário estudá-la em todos os seus aspectos, relações e conexões, partindo da premissa de que, no objeto de estudo, está sempre presente algo que nasce, se desenvolve, se contradiz” (ROMAGNOLI, 2009, p. 167). A assertiva possibilita pensar a vastidão, longevidade, complexidade, heterogeneidade, interação e continuidade que são características próprias da produção de conhecimento como mecanismo não estático, mas, processual. No dicionário Michaelis (online), processo é uma ação ou operação contínua e prolongada de fatos, fenômenos ou atividades, algo que está em movimento. Cabe lembrar que no conjunto de “interações” está inserida (o) a figura da pesquisadora/docente como parte imbricada na condição de sujeito/participante, de mulher e potencial vítima de violência.

Apresentar o caminho que permite um novo conhecimento “provisório” deve ser feito indicando as possibilidades de conexões existentes no plano da pesquisa: sujeito/participante da pesquisa, pesquisadora, o lugar onde a pesquisa ocorrerá e principalmente como a interação entre eles acontece para o desvelamento de novos conhecimentos e de novas práticas sociais. O caminho é o conhecimento, ele vai tomando corpo e modificando pontos de vista. O campo é o espaço de troca, o local de encontro para provocar tensões entre o não saber e o novo conhecer (sala de aula, auditório, espaços de extensão, de pesquisa). A forma é para compreender como se efetiva o processo de subordinação em que algumas mulheres se encontram, e, para tal, foi utilizado o processo cartográfico.

3.1 POR QUE A CARTOGRAFIA

O método cartográfico é amplamente utilizado em estudos com “comunidades tradicionais sobre os aspectos sociais que são de interesse das comunidades” (COSTA *et al.*, 2016, p. 75). Para Passos, Kastrup e Escóssia (2015), contudo, consiste em acompanhar processos em uma perspectiva interacionista e que demonstra a construção e transformação do plano pesquisa, que é constante. É a produção de um mapa aberto, não totalizante que permite o pesquisador perceber como as subjetividades são constituídas e não apenas analisar comportamentos. A cartografia considera a pesquisa como um processo de intervenção no sentido de que a prática é um movimento que engendra subjetividades.

Investigando processos de produção de subjetividade, entrávamos em um debate metodológico que tradicionalmente se organiza prioritariamente a partir da oposição entre métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Os impasses metodológicos são muitas vezes atribuídos à natureza da pesquisa qualitativa, que reúne grande parte das investigações no campo dos estudos da subjetividade. [...] a distinção entre pesquisa quantitativa e qualitativa, embora pertinente, surge ainda insuficiente, já que os processos de produção da realidade se expressam de múltiplas maneiras, cabendo a inclusão de dados quantitativos e qualitativos. Pesquisas quantitativas e qualitativas podem constituir práticas cartográficas, desde que se proponham ao acompanhamento de processos [...] com esse desafio à frente, nos movíamos inicialmente por entre questões disparadoras: como estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas? Investigando processos, como lançar mão de um método igualmente processual? [...]. (PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p. 8).

Cartografar permite a percepção das diversas dimensões (políticas, sociais, econômicas, pessoais, grupais etc.) interagindo em constante movimento como uma rede formada por uma série de elementos: discursos, instituições, normas, conceitos científicos que fundamentam ideias e comportamentos, proposições morais, o “dito e o não dito” representados pelos silêncios - os espaços vazios. Conjunto de coisas que se apresentam na dinâmica dialógica da sala de aula e que é capaz de provocar encontros que suscitam novas formas de percepção da vida, das pessoas e das coisas do mundo.

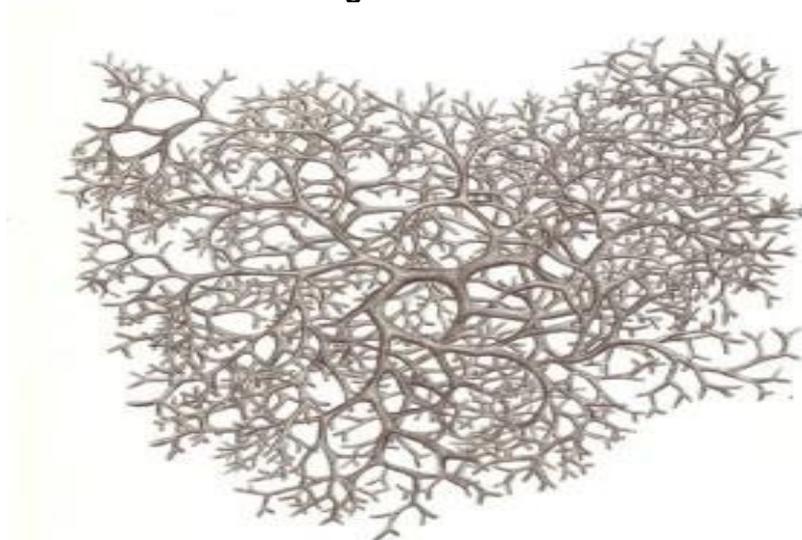
Ao analisar a interação dos elementos como o discurso, as instituições, os conceitos morais na produção de uma subjetividade, é necessário pensar que esta

interação não é fixa. Experiências trocadas, percebidas, analisadas, discutidas entre pessoas e/ou grupos permite uma fluidez, uma alternância e mudança nas posições que ocupam para produzir novas subjetividades, compreendendo-as como sendo constituídas através das relações sociais. Este processo constitutivo pode ser comparado a um rizoma, que sendo aberto e não hierárquico entra em conexão com muitas e variadas informações que se entrecruzam (PRADO FILHO; TETI, 2013).

Passos, Kastrup e Escóssia (2015) tomam de empréstimo a performance rizomática utilizada por Deleuze e Guatarri (1995) para explicação do método cartográfico concebido por eles.

Deleuze e Guatarri (1995) utilizam a figura do rizoma para explicar o mecanismo da subjetividade porque no rizoma não existe início nem fim, as ramificações se interconectam umas às outras e são diversas, com bulbos, tubérculos, ramificações (finas ou largas) e espaços vazios. Ramificações maiores outras menores, mas sempre se conectando. Quando cortadas, seguem crescendo por outros lados, aumentando as conexões. A ramificação pode ser destruída sem que o rizoma deixe de se reconstruir.

Considerando a subjetividade um campo profícuo de/para informações, a cartografia permite, pela própria operacionalização, perceber mecanismos rizomáticos para desenvolver saberes, valores, questionamentos, dúvidas, novas perspectivas de transformação, quebras e recomeços, produzindo o novo. O rizoma é elaborado por agenciamentos, por conectividades, tecido em tramas, produções de realidade. Conexão e produção de novos arranjos. Como método de pesquisa interventivo propõe o desvelamento do *modos operandi* da violência na vida das mulheres que participaram da cartografia assim como uma via para a transformação de suas realidades: saber, agir, transformar, conhecer, contribuir. Para melhor compreender a concepção de rizoma nos estudos cartográficos, Deleuze e Guatarri propõem os princípios do rizoma como veremos a seguir.

Figura 1: Rizoma

Fonte: QUINAFELEX, 2017.

Os filósofos desenham o rizoma como possibilidade de desvelar o campo da subjetividade. Para este estudo, a perspectiva rizomática da cartografia importa para compreender a fluidez do patriarcado na estruturação das instituições, relações e da subjetividade humana, em especial, sobre como o sistema interfere nas práticas cotidianas e relações das mulheres participantes neste estudo (apresentadas no tópico 1.2). Considerando também que a cartografia foi um “modo de conhecer a pesquisa e o encontro da pesquisadora com seu campo” (ROMAGNOLI, 2009, p. 169), diante das incertezas que se apresentaram durante o processo de doutoramento com relação ao campo empírico.

Sobre a pesquisadora, na cartografia, ela está no mesmo local de quem é observada/o, compreendida/o, ocupa o lugar de quem aprende porque o processo da cartografia permite que a pesquisa intervenção promova o desvelamento de novos conhecimentos para todas as pessoas envolvidas em sua construção. Assim, sempre que há uma intervenção algo é mudado na forma de pensar, ver ou viver o mundo e suas interações. Ao mesmo tempo que provoço, como mediadora, reflexões reativas de mudanças, também sou provocada acerca do lugar e constituição das outras mulheres que impactam na minha existência e que por vivência não conheço.

Isto posto, cabe informar que as discussões aqui propostas são resultados de minha experiência de nove anos na docência do ensino superior. Neste sentido, considerando que o tema da pesquisa está voltado para a violência contra as mulheres é importante dizer que quando uma mulher se propõe investigar, pesquisar, intervir e

promover conhecimento sobre a condição das mulheres nas sociedades, suas relações e condições, ela é constituída e constitui o próprio plano da pesquisa. Não está dissociada do que vê, ouve ou sente, porque, o plano da pesquisa promove a afetação em si.

Para evidenciar a cartografia no estudo aqui proposto, é necessário apresentar os princípios que Deleuze e Guatarri (1995) fundamentaram sobre o método cartográfico a partir da estrutura em rizoma. Os princípios são:

1º. e 2º. Princípios - Conexão e heterogeneidade – o método é uma heterogeneidade de conexões, se constitui como método no caminhar, a partir das conexões que são estabelecidas em rotas não homogêneas. “Qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATARRI; 1995, p. 14). Os autores fazem alusão ao rizoma como uma cadeia de toda natureza que permite modos de codificação biológicos, políticos, sociais, econômicos, científicos, organizações de poder. A metáfora do rizoma descarta a figura de um pesquisador com sua percepção a analisar o seu objeto, participante da pesquisa ou grupo, ele é um eixo dentro de uma multiplicidade política que permite outras conexões, portanto, também sujeito dentro da pesquisa. “Um método de tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando um descentramento sobre outras dimensões e outros registros” (DELEUZE; GUATARRI; 1995, p. 15). O plano da pesquisa oferece a percepção de sentidos subjetivos através de outras linguagens como a lágrima que cai, o olhar para o infinito, uma cabeça que se abaixa, a saída do espaço de interação, o silêncio.

Diversas mulheres dividiram o espaço de sala de aula, no processo de troca de conhecimento e aprendizado, o que por si só já aponta para uma heterogeneidade de experiências e vivências. A sala de aula é espaço de conexão e novos saberes, exatamente pelo trânsito dos diversos modos de ser, estar e pensar o mundo e as coisas. “Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças etc.” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17).

3º. Princípio de multiplicidade – o método se estabelece pela multiplicidade de interações desmistificando as fronteiras entre teoria e prática, sujeito e objeto na

produção do conhecimento e da vida material. Não existem dois polos dissociados. Existe o “entre” constituindo-se simultaneamente. A multiplicidade é tal qual “fio da marionete rizomática, [...] não remetem à vontade suposta una de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam por sua vez uma outra marionete seguindo outras dimensões conectadas às primeiras” (DELEUZE; GUATARRI; 1995, p. 15). A produção do conhecimento é estabelecida a partir da multiplicidade de interações, diferenças que se inter-relacionam. O conhecimento e sua produção não se estabelecem no sentido verticalizado da/o professora/r para a/o aluna/o, a sala de aula é campo de interação de conhecimento, o todo interfere no uno e o uno no todo, de formas e dimensões diferenciadas. O conhecimento adquirido na disciplina específica não se refere a um conhecimento puramente acadêmico, porque a própria dinâmica da disciplina não permite o engendramento teórico. Seu foco está centrado no conhecimento para a prática, para a vivência do cotidiano da vida das mulheres e para transformação de cotidianos permeados por violências diversas cuja base é o poder masculino, o patriarcado.

4º - Princípio de ruptura a-significante – Conforme Deleuze e Guatarri (1995, p. 17), “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer”, mas pode ser retomado em outro momento e de outra forma, seguindo os parâmetros da nova linha onde surge. “Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito”.

O espaço de conhecimento como a sala de aula é campo fértil para rupturas do que se sabe (e tem como verdade) para elaborar novos conhecimentos, ele pode fortalecer ou promover conhecimentos a partir de uma mesma intervenção. Pode ratificar, romper ou criar outros conhecimentos. A discussão sobre relações de gênero, violência contra mulheres, racismo, sexualidade é capaz de provocar rupturas, promover sofrimentos por diversas inferências que atingem o constructo moral das mulheres, subjetivado por lógicas conservadoras e difíceis de serem transformadas porque a sociedade ainda está assentada em padrões conservadores. Os sofrimentos causados são as necessárias rupturas para novos saberes. A mudança gera sofrimento porque algo foi rompido.

5º e 6º - Princípio de cartografia e de decalcomania – A cartografia remete à construção de um mapa e não a um decalque. O mapa constrói, é aberto, “conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 21). Sendo aberto, possui múltiplas entradas assim como o rizoma. A experimentação está baseada no real, acompanhando processos, produzindo mundos, interferindo nos processos de produção da realidade e não no decalque, na representação de objetos. Cartografar é apresentar as interações que constroem, desmontam, movimentam-se construindo novas interações a partir de um campo interventivo.

“A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 17). Portanto, toda pesquisa é intervenção e a intervenção, segundo Passos e Barros (2015), “modifica o objeto”, o sujeito da pesquisa. Eis a primeira pista para uma cartografia - a pesquisa intervenção, compreendendo a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação de quem pesquisa, da realidade em movimento e das pessoas no plano da pesquisa intervenção (quem está sendo observada/o).

A prática docente sendo intervenção também é experimentação e pesquisa, a observação se inicia no momento da inserção no campo. A cartografia permite, a partir da pesquisa intervenção, perceber as posições e implicações desta intervenção no plano da subjetividade de quem partilha a experiência. O coletivo é uma dinâmica de contágio (PASSOS; BARROS, 2015) e a produção de conhecimento não se dá apenas no plano da representação dos objetos/sujeitos do estudo, ele acontece a partir do processo de transformação da realidade e da forma de perceber-se de cada pessoa na interação (PASSOS; BARROS, 2015). “[...] A relação dialógica sugere que mudanças de pensamento podem ser acompanhadas de transformações em ações e que experiências alteradas podem, por sua vez, estimular uma mudança de consciência” (COLLINS, 2019, p. 75).

Kastrup (2015) considera cartografar como acompanhar processo, isto é, dedicar a necessária atenção ao movimento das interações e seus resultados, perceber em primeira instância que no método cartográfico não buscamos coletar dados, esses vão sendo produzidos na medida em que se detecta “forças circulantes”

que provocam movimentos de reflexão. A atenção do cartógrafo é flutuante, não se restringe apenas a um determinado elemento. Neste sentido, Kastrup (2015, p. 36) destaca uma proximidade com a “suspensão de inclinações e expectativas”, utilizando o termo “fragmentos desconexos” para pensar os “elementos surpresas no processo observado”.

A escolha pela cartografia se deu por perceber que já contava com um corpus material importante para refletir sobre o tema, que as experiências e trocas realizadas nos diálogos em sala de aula continham uma profusão de processos interventivos e de mudanças. O plano da pesquisa, então: mulheres, perspectivas ideológicas e religiosas conservadoras, reflexões e relatos de experiência com a violência, mudanças de comportamentos. Como registro documental, contei com cartas escritas pelas participantes da cartografia.

A proposta da escrita de cartas foi introduzida no plano disciplinar quando ao citar a violência contra a mulher percebi, em algumas alunas, um olhar para o vazio, outras, com lágrimas contidas nos olhos e algumas outras com expressões de sofrimento. Muitas, no entanto, não tinham coragem de relatar suas experiências. A partir desta observação, iniciei a proposta da escrita das cartas de forma anônima, para não permitir a identificação de quem escrevia.

Uma alternativa que possibilitava que aquelas que não tinham coragem de relatar suas experiências durante os diálogos e trocas pudessem através das cartas registrar, desabafar, realizar uma catarse de sentimentos contidos no âmago de suas subjetividades. Porque o patriarcado nos faz calar, omitir, negar, duvidar.

Considerando os princípios éticos da pesquisa em ciência humanas e sociais preceituado pela Resolução nº. 510, de 7 de abril de 2016, a cartografia se assenta no “reconhecimento da liberdade e autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, inclusive da liberdade científica e acadêmica’ sendo que o objetivo da pesquisa atende ao Art 3º. Item VII quanto ao “[...] aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional”, e não revela dados que possam identificar as sujeitas da cartografia (BRASIL, 2016).

Vale apontar que a participação das mulheres oralmente e na escrita das cartas se deu de forma consciente e livre. A apresentação da proposta de intervenção/pesquisa (natureza, justificativa, objetivos, métodos a serem utilizados) ocorreu de forma franca e acessível, elencando os potenciais benefícios dos resultados para outras mulheres, ratificando princípios contidos na Resolução

supracitada. Além do mais, as participantes mantiveram “o controle sobre suas escolhas e informações pessoais” (BRASIL, 2016).

O consentimento das participantes se deu de acordo com o Art. 5 e Art 9 da resolução 510 que diz:

O processo de comunicação do consentimento e do assentimento livre e esclarecido pode ser realizado por meio de **sua expressão oral**, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostrem adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas (grifos meus).

e

Art. 9. São direitos dos participantes:

I - ser informado sobre a pesquisa;

II - desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;

III - ter sua privacidade respeitada.

A preocupação em atender as normativas para a realização de pesquisas com pessoas, entretanto, não foi menor que o meu cuidado em reler as cartas, rever os depoimentos, reservando-lhes o respeito e reverência que merecem, seja pela confiança em mim depositada, seja pela coragem de libertarem suas memórias e se disponibilizarem a compartilhar suas dores com outras mulheres através de suas escrituragens¹³, com as quais eu dialogo nas próximas linhas.

3.1.1 Cartas para registros da memória

Escrever cartas é uma prática que remete à antiguidade e que também foi um “[...] fruto proibido para as mulheres” porque “[...] desse modo, apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como que se deixá-las transparecer fosse uma ofensa à ordem [...]” e “[...] uma forma de adesão ao silêncio” (PERROT, 1989, p. 12) que lhes foi imposto. A historiografia feminista, contudo,

¹³Aqui tomo emprestado o termo cunhado pela poeta Conceição Evaristo. Para a autora, Escrivência é o ato de escrita das mulheres negras. “Escrivência significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas”. Evaristo, refletindo sobre o conceito, considera que “o sujeito da literatura negra tem a sua existência marcada por sua relação e por sua cumplicidade com outros sujeitos. Temos um sujeito que, ao falar de si, fala dos outros e, ao falar dos outros, fala de si” (SOARES; MACHADO, 2017, p.206).

captura o conjunto de materiais elaborados por mulheres, colocando-as no lugar onde deveriam estar na construção da história. As memórias, portanto, devem ser registradas para que a trajetória de mulheres não seja invisibilizada.

Embora utilizando novas tecnologias, o ato de registrar através de cartas é presente na contemporaneidade. Os registros podem ser direcionados a um destinatário/a, o que podemos chamar de cartas correspondências, e-mails, mensagens por diversos aplicativos ou serem escritas à própria pessoa, o que chamamos de diários. As primeiras, chegam via online e podem ser respondidas imediatamente, em tempo real. As últimas ficam guardadas sem nenhuma pretensão de respostas de outrem, são capazes de reverberar sentimentos contidos e promover autorreflexões.

Geralmente, o conteúdo de cartas ou mensagens correspondências reportam à apresentação das situações vividas por seus remetentes e buscam informações sobre os destinatários, são formas de comunicação entre as pessoas. As cartas diários, mais comuns entre mulheres, concentram relatos feitos por elas com a intenção de registrar o dia a dia, os amores, as angústias, tristezas, felicidades, negócios feitos/desfeitos, são várias as motivações para a escrita do que chamo aqui de cartas diário. É uma forma de comunicação da pessoa com ela própria, registrar seus pensamentos e sentimentos.

Michelle Perrot (1989) revela o sentido histórico dos registros pessoais feitos por mulheres - “Sobre a família e o cotidiano, que se pergunte às mulheres! Esse aspecto das coisas lhes cabe [...] Na rememoração, as mulheres são em suma os porta vozes da vida privada” (PERROT, 1989, p. 17). Serem porta vozes não significou a revelação do que ocorria nos espaços domésticos além dos “afazeres domésticos”, ao contrário, cabia-lhes omitir, ocultar o que ocorria nas relações e suas consequências.

Considero legítima a autoridade de minha experiência e por ela afirmo que a prática de escrever para si mesma permite que, ao tempo que escreve sobre determinados assuntos (muitas vezes são questões que não estão bem resolvidas), são feitas reflexões sobre eles. Ao exercitar a memória, o movimento da escrita e a percepção visual sobre o que se escreve possibilita que um conjunto de sentidos se concentrem sobre o fato, assim, as elaborações sobre estes sentimentos e situações podem ser mais bem trabalhados do ponto de vista emocional, subjetivo. A escrita vincula ideias a/e experiências.

A memória, como prolongamento da existência humana (PERROT, 1989), transcrita em cartas permite que as participantes do estudo reflitam sobre seus sofrimentos, expressem sentimentos contidos que a oratória nunca possibilitou. Escrever cartas foi uma forma de estimular o insight para que as participantes da cartografia pudessem expressar seus sofrimentos.

Foram contabilizadas 101 cartas de mulheres que sofreram diversas formas de violência, em vários ciclos de vida e de diversas formas (racismo, violências institucionais, bullying, violência sexual, física, psicológica, abuso sexual infantil). Os relatos demonstram formas, consequências e traumas que estas mulheres sofreram ou ainda sofrem por conta da sua condição de gênero.

As cartas (anônimas) foram escritas espontaneamente pelas mulheres e entregues para serem instrumento de estudo e discussão com outras mulheres. Importante salientar que a escrita das cartas não era obrigatória e que ao escrever e disponibilizar, as autoras consentiam com a utilização em prol de atividades e pesquisas acadêmicas e científicas. Por isto a não identificação da autoria.

No momento que aceitavam escrever as cartas e entregá-las à mediadora, concordavam em expressar todo o conteúdo emocional, exporem vivências, escolherem atentamente os aspectos que desejavam destacar, elaborarem, refletirem situações. “Lembro da minha infância com um misto de sentimentos, às vezes de felicidade, às vezes de medo. Nunca pensei nisto e hoje a professora me fez pensar nisso [...]” (Guiomar).

O ato de escrever também oferece a oportunidade de se questionar se existem alternativas diante de situações relacionadas à violência contra as mulheres. As cartas, então, foram instrumentos que proporcionaram reflexões sobre vivências de violência conectando o passado, o presente e as possibilidades futuras, provendo além de uma sequência narrativa uma ponte até um “território inabitado, onde ele pode buscar resolver seus problemas e construir novas realidades” (PAIVA; RASERA, 2012, p. 198).

Como as violências no âmbito doméstico e familiar têm ceifado a vida de milhares de mulheres, registrá-las é um ato político, revolucionário, transformador. Trechos das cartas serão apresentadas no decorrer do trabalho atendendo a demanda da própria produção textual e serão identificadas através de nomes de mulheres da minha família porque entendo que na sociedade em que vivemos, com fundamentos tão conservadores e indicadores de violência contra as mulheres

expressivos; todas as mulheres são potenciais vítimas e, portanto, espelhamos cada relato aqui apresentado.

3.1.2 Sobre experiências

Estudos, pesquisas, trabalhos iconográficos e cinematográficos, legislações, números/dados estatísticos, pautas políticas têm sido produzidos acerca da violência contra as mulheres e sobre sua origem, o patriarcado. Produções que são históricas e outras que refletem a situação atual confirmando a insistência e permanência do patriarcado e sexismo nas sociedades. Ainda assim, falar sobre as experiências das mulheres é determinante para compreender os impactos e as artimanhas da violência patriarcal, além de promover um movimento político ao proporcionar às mulheres deste estudo, o exercício da autoidentificação como foco da violência, permitindo que elas “[...] compreendam a relação entre suas atividades pessoais e políticas”, e “o modo pelo qual o agenciamento é possível” (SCOTT, 1999, p. 24, 37), não negligenciado nas mulheres que estão em situação de violência ou não, a capacidade de agência e superação da subordinação e opressão.

Em Larrosa (2020, p. 18), “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”, não deve ser restringida à quantidade de informações que adquirimos porque informação “não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência” (LARROSA, 2020, p. 19). A cartografia garante não apenas a informação sobre a condição das mulheres e às várias formas e eixos de opressão, subordinação e violências, como também perceber que no silenciamento do escutar, observar, nas trocas vivenciais e escritas íntimas, que as mulheres podem ativar na memória suas experiências de dores advindas da violência contra elas e assim ressignificar situações normalizadoras de relações abusivas.

A proposta do estudo cartográfico é demonstrar a possibilidade deste movimento de transição, de como as mulheres percebiam a subordinação aos homens como algo inalterável, linear e normal para uma demanda social e política capaz de ser alterada, e que se percebiam como agentes no processo de transformação da ordem societária. A cartografia é uma experiência de investigação que transforma, ao passo que intervém, observa, instiga, provoca desconfortos. Experiências individuais e coletivas funcionam “[...] de tal maneira que cada camada constituída serve de base estruturante a uma camada em formação” (PASSOS; BARROS, 2015, p. 25).

Considerando que nada nem ninguém está pronto, estamos em constante processo – a vivência/experiência de uma mulher pode expor a base e as camadas em formação de outras, como rizoma que interconecta sinapses criando ramificações e alternativas de trânsito.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2020, p. 25)

Assim é possível expor na cartografia a experiência da pessoa que Larrosa (2020) chama de “ex-posta”, com suas vulnerabilidades e riscos, sendo ela um mecanismo de afetação em si de si que deixa vestígios, que causa efeitos “[...] por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura” (LARROSA, 2020, p. 25-26). Mulheres vítimas de violência guardam na memória vestígios daquilo que lhes afetaram pela experiência, com narrativas potenciais e diferentes, heterogêneas e plurais, capazes de afetar e transformar, por suas experiências, a percepção de si em outras mulheres. Daí a importância da cartografia como metodologia de pesquisa de intervenção.

Scott (1999) pondera que a visão é a responsável por dar a dimensão política da experiência e assim ser capaz de promover transformações porque ao romper o silêncio, noções dominantes são desafiadas. A narração de experiências de violência por mulheres, através da fala ou da escrita, também é um ato revolucionário. Por muito tempo “lavava-se roupa suja em casa”, em “briga de marido e mulher ninguém metia a colher” e o que se “passa em casa, fica em casa”. Fomos educadas para calar, as experiências ou vivências não eram partilhadas, eram escondidas, escritas em diários que eram queimados e considerados motivo de vergonha, omitia-se o sofrimento das mulheres, negava-se, naturalizava-se. Envergonhamo-nos de falar de nossas dores, de nossas experiências e de nossas vivências com a violência por uma maquinaria estrutural de calar vozes.

As experiências de violência expressas no percurso da cartografia incentivaram outras participantes a apresentar suas próprias vivências mesmo que através do relato escrito, vasculhando as gavetas da intimidade e percebendo o peso que pode dificultar uma trajetória mais leve. Partilhar experiências reaquece as lembranças que a memória tende a esquecer (EVARISTO, 2017).

Na cartografia, a voz de quem conta suas vivências de violência se mistura aos tímidos coros daquelas outras que se identificam e afirmam seus lugares de vítimas. “Quando a evidência oferecida é a evidência da “experiência”, ganha mais força a noção de referencialidade – o que poderia ser mais verdadeiro afinal, do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou?” (SCOTT, 1999, p. 24).

Ao realizar o exercício da fala ou da escrita é possível retomar o cotidiano da vida sob uma perspectiva reflexiva porque a ligeireza do dia a dia não permite espaço no tempo para tal. Neste sentido, “o visível é privilegiado: o ato de falar ou escrever é, dessa forma, colocado a seu serviço. Ver é a origem do saber. Escrever é reprodução, transmissão – a comunicação do conhecimento conseguido através da experiência (visual, visceral)” (SCOTT, 1999, p. 24) Portanto, a utilização de cartas para o registro documental foi imprescindível no processo cartográfico tendo em vista a dificuldade de algumas mulheres no relato oral de suas experiências. As cartas permitiram o momento de cada uma com suas lembranças, com seus questionamentos, elaborando aquilo que podiam e/ou queriam registrar.

Refletir sobre experiência converge para as análises foucaultianas, como o próprio Foucault apontou em entrevista com Paul Rabinow, em 1983. A experiência fala menos de poder e muito mais sobre como as pessoas são constituídas, a partir da objetivação de cada um, pela filosofia, linguagem, produção, economia, biologia, por “práticas divisoras” – o eu em relação ao outro e como se tornar sujeito/a, como aprender a se reconhecer. A perspectiva foucaultiana de experiência está centrada no saber, no poder e na subjetividade como elementos centrais (LÓPEZ, 2011). Em História da Sexualidade fica evidente como a experiência é constituída e como é constitutiva do sujeito.

Tratava-se de ver de que maneira, nas sociedades ocidentais modernas, constituiu-se uma ‘experiência’ tal, que os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’ que abre para campos de conhecimento bastante diversos, e que se articulada em um sistema de regras e coerções. O projeto era, portanto, o de uma história da sexualidade enquanto experiência, se entendemos por

experiência a correlação, em uma cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade. [...] Falar da 'sexualidade' como uma experiência historicamente singular suporia, também, que pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade. (FOUCAULT, 1984, p. 10-11).

Neste sentido, a experiência é delimitada por regras e coerções culturais, é um advento histórico composto pela correlação de forças entre discursos e práticas que são subjetivadas dando forma ao que somos (LÓPEZ, 2011).

Cellard (2012) acrescenta a imprescindibilidade de agregar às experiências e suas narrativas à percepção da conjuntura política, econômica, social, cultural que propiciou os esquemas conceituais dos indivíduos. A cartografia, portanto, permitiu o entrelaçamento de experiências, influências, referências em um movimento de abertura e recepção, com rupturas e novas conexões. A sala de aula como plano rizomático elabora e permite que as experiências individuais sejam percebidas como parte de um plano coletivo que recebe interferências sociopolíticas, econômicas e culturais capazes de promover reconexões e outras novas subjetividades, o que Passos e Barros (2015) chamariam de "efeitos-subjetividade".

E para revelar o estado das coisas da violência no Brasil, utilizo de dados secundários para atestar que caminham longe os passos na erradicação do vírus da violência doméstica na vida de meninas e mulheres.

4 O RIZOMA “QUERIA MUITO FALAR, MAS NÃO CONSIGO”

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscente prévios à relação que os liga. [...] Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos (PASSOS; BARROS, 2015, p. 30).

A sala de aula é um espaço propício para o desenvolvimento da percepção crítica, a elaboração de novos conhecimentos, para o exercício de troca e espaço para a experiência, no sentido do tocar-se por algo. Agrega diferentes grupos sociais e culturais que interagem e possibilitam a escuta, o registro e discussão de situações, posições e condições que fomentam autoidentificação, espelhamento, percepção de símbolos e representações possíveis de transformar pessoas e serem transformadas pelas pessoas. É viável considerá-la como um território do saber e da transformação, sugerida pela noção de cartografia sobre o lugar onde as relações de poder são revisitadas e problematizadas e a partir de uma construção coletiva repensar os lugares de não poder e poder de cada participante da cartografia, nos seus territórios comunitários, familiares, laborais, políticos e assim “instrumentalizar o agenciamento de resistências em relação àquilo que nos produz e assujeita” (PRADO, 2013, p. 46).

Neste território do/para (o) saber (a sala de aula), consubstanciado pelas discussões das relações de gênero, a finalidade era promover uma reflexão sobre a estrutura patriarcal nas sociedades capitalistas, com ênfase na análise da sociedade brasileira. Pretendia-se permitir uma atenção às políticas públicas para mulheres e de promoção da igualdade racial e étnica no Brasil, assim como discutir a materialidade da violência na vida das mulheres. Todos os círculos de diálogo foram fomentados a partir da análise interseccional, gênero/classe/raça como categorias fundantes para compreender as interações dos sujeitos/as no campo familiar, histórico, comunitário, político, econômica, cultural e para o processo de identificar-se e localizar-se como sujeitas ativas na reconfiguração de lugares de si.

Uma abordagem interseccional é ponto de partida para entender os vários lugares e eixos de opressão pelos quais as mulheres são atravessadas.

Fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 173).

A desproporcionalidade de questões como atenção, cuidado, promoção de saúde, políticas públicas diversas, preconceitos, violências que afetam as mulheres incide sobre a forma como elas elaboram suas existências. Ausências e invisibilidades que deixam de ser apontadas podem ser fatores de risco social e para a saúde mental. O apagamento das demandas das mulheres, por muito tempo, lhes impôs a prática do calar-se, omitir-se, que adoece e/ou mata.

Juana Rojas fala sobre a importância do que é “indizível” que consiste nas “vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e um valor inestimável na transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos” (ROJAS, 1999, p. 89). As emoções expressas por trás das palavras ditas ou não ditas, escritas ou não, mas expressas de diversas formas revelam medos, vontades, motivações e estratégias de transformação.

Utilizei da cartografia para tratar estes temas com os grupos de discentes, considerando o espaço da sala de aula como um território de aprendizagem e troca sob uma perspectiva de gerar estranhamentos que motivam a transformação das condições vivenciais de mulheres e homens no que tange às relações de gênero/raça/classe.

A cartografia social aqui descrita liga-se aos campos de conhecimento das ciências sociais e humanas e, mais que mapeamento físico, trata de movimentos, relações, jogos de poder, enfrentamentos entre forças, lutas, jogos de verdade, enunciações, modos de objetivação, de subjetivação, de estetização de si mesmo, práticas de resistência e de liberdade. Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (PRADO FILHO; TETI, 2013, p. 47). Todas estas

possibilidades convergiram quando acionados gatilhos que atingiam a subjetividade de cada participante da cartografia.

Os encontros e conteúdos eram trabalhados a partir de uma abordagem vivencial, oportunizando a fala de cada participante, adotando como princípio básico para as trocas, o respeito e o sigilo do que era partilhado naquele espaço. As/os integrantes eram estimuladas/os à participação, ao debate, à reflexão crítica, à expressão aberta e objetiva das suas ideias. Alguns recursos didáticos foram utilizados para aflorar as competências do grupo, como: dinâmicas de grupo, leitura de textos e discussões dirigidas, análise de filmes¹⁴ e músicas¹⁵, dramatização e cenários de simulação. As interações foram feitas durante dez encontros, em disciplina que convergia com as discussões, com duração de duas horas e meia cada, sendo ponderado para menos ou mais de acordo com a saturação do diálogo.

Na rememoração dos acontecimentos, contei com uma série de cadernos que costumo utilizar para anotar situações, falas, insights que ocorrem durante as atividades, além da própria lembrança das experiências que, vividas, ficaram marcadas na memória.

Considerando o perfil de participantes da cartografia, similar ao apresentado anteriormente, e o objetivo de promover o conhecimento de mulheres e homens acerca de como o patriarcado foi e continua sendo estruturante das relações sociais, impactando deletariamente nas relações e no crescimento das violações de direito e violência contra todas as pessoas, e refletir sobre a necessidade de compreender seu lugar no mundo como corresponsável pela transformação desta realidade. Abdiqueei do lugar de professora para ser mediadora dos grupos e também coparticipante no processo de descobertas. Neste sentido, as aulas se tornaram círculos de diálogo que coadunam com a proposta cartográfica que é “a investigação de processos de produção de subjetividade” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 58).

Os encontros seguiram após minha apresentação como mediadora e participante no processo de aprendizado, situando minha trajetória até ali, os possíveis pontos de vista a partir deste lugar e afirmando aquele espaço como lugar de conhecimento para mim. Como participante da cartografia, pude articular com as integrantes dos grupos a vivência teórica que vinha construindo nos meus estudos

¹⁴ Acorda Raimundo, À margem do corpo, Uma história Severina entre outros.

¹⁵ Amélia, Desconstruindo Amélia, Joga pedra na Geni, Pagu, entre outras.

sobre mulheres, gênero e feminismos e partilhava as experiências pessoais e profissionais com mulheres vítimas de violência e com homens autores da violência doméstica, sob uma perspectiva de dar visibilidade à micropolítica do poder nas relações.

Em seguida, dava-se a apresentação do grupo e da proposta de trabalho, das dinâmicas a serem realizadas, o objetivo, o compromisso ético com as falas, exposições e experiências expressas por cada integrante dos círculos.

O pilar principal acerca da produção do conhecimento, que foi amplamente discutido antes do início dos encontros, foi sobre o objetivo do grupo na busca do saber, na formação humanística e como este saber poderia impactar nas suas vidas e do coletivo social, respeitando as dimensões educativa e cultural de cada participante para uma convivência harmônica, ética e transformadora.

Como resultado dos círculos e corroborando o incentivo à transformação social e à produção de conhecimento a partir da experiência da cartografia, muitos trabalhos de conclusão de curso foram produzidos e tiveram como propostas investigativas temas discutidos nos encontros. Alguns destes trabalhos, que foram publicados em revistas da universidade e congressos, serviram de referência para este estudo, assim como os relatos escritos das participantes.

O conhecimento advém das experiências das pessoas e registrá-las como corpo teórico condiz com a proposta de promover o movimento das subjetividades permitindo que não se reconheçam mais em um ponto fixo, mas em trânsito.

Há uma prática preciosa para a cartografia que é a escrita e/ou o desenho em um diário de campo ou caderno de anotações. [...] Podemos dizer que para a cartografia essas anotações colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer. (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 70).

Este trabalho, portanto, faz referência à produção intelectual de mulheres participantes da cartografia.

Para o objetivo deste estudo, apresentarei a sequência de temas discutidos nos encontros até a abordagem sobre a violência contra as mulheres - momento em que fica latente, em muitas participantes, o reconhecimento como vítimas de violência. Nesta ocasião, utilizei cartas para coleta das impressões e experiências com a violência doméstica, a partir do entendimento de como as relações sociais são estruturadas. É quando as mulheres se reconhecem em relações abusivas e traçam

a rota crítica da violência podendo, assim, descrevê-las e formular estratégias de enfrentamento. O ápice ocorre porque o saber, confirmado por elas próprias, é poder.

Após o encontro de apresentações conversamos sobre a origem, processo de formação da sociedade brasileira, relações de poder e noções preliminares sobre o patriarcado. A formação da sociedade brasileira é colocada em pauta, e como a história foi contada. O grupo refletiu sobre consequências destas narrativas nas suas vidas e nas relações sociais no decorrer da história.

As falas apontavam para um conhecimento centrado em histórias de escravos e não das pessoas escravizadas, de um Brasil que foi descoberto por antepassados (europeus) e não pela ocupação de terras dos povos originários, da formação da família nuclear como modelo base e necessário para constituição de uma nação, centralidade das decisões sob a responsabilidade do patriarca, a sacralização atribuída à maternidade, a história da primeira mulher como pecadora e a origem da terra numa perspectiva criacionista.

O entendimento sobre o patriarcado era bem superficial, centrado no poder do pai, como algo natural e normal, sem nenhum desconforto. Ao inquirir sobre aspectos negativos e positivos deste poder, os relatos começavam a apontar para vivências negativas de autoritarismo e violência que, em cascata, geraram uma confluência de diálogos, falas e exemplos ratificando o lado perverso e estrutural do patriarcado.

Este encontro iniciou um movimento de desconforto e instabilidade porque provocou a insegurança de algumas pessoas com relação ao que estava sendo desmascarado – o poder historicamente dado ao homem é capaz de matar mulheres (o poder, considerado normal, é colocado em xeque). Para estes grupos, foi o primeiro contato com a discussão sobre relações de poder. Neles, alguns saberes eram apregoados por concepções morais que, por si, eram difíceis de serem enfrentadas, como por exemplo, o padrão binário de moralidade segundo o qual homens e mulheres assumem papéis e responsabilidades distintos, liberdades e não liberdades, poderes e não poderes.

O ponto de ruptura inicia aqui, porque existe a divergência, a contraposição, o embate. Ideais e concepções morais são identificadas nas exposições e a hipótese para alguns comportamentos e falas consideradas como conservadoras se fundam em aspectos religiosos, conforme reforçam algumas integrantes que atribuem suas concepções à influência religiosa.

Abrimos então um novo cenário de discussão, a interferência da Igreja na formação social, cultural e política, definindo parâmetros de comportamento para homens e mulheres, sendo base para construção de pautas legais e aportes jurídicos. Algumas simbologias religiosas¹⁶ foram discutidas, tais como o ritual do casamento com a “entrega” da mulher no altar sob uma perspectiva de transferência de responsabilidade de um homem para outro homem; o controle da intimidade das mulheres, a negação do livre exercício da sexualidade como um dogma religioso; fidelidade e submissão aos seus parceiros íntimos; a definição de pureza e santidade direcionada às mulheres mães e também sobre as lideranças religiosas: quem são, a quem atendem e para qual fim.

Discutimos a noção do patriarcado¹⁷ como um mecanismo de perpetuação de relações centradas no poder do homem que estimula a desigualdade e a hierarquia entre homens e mulheres (cis ou trans), em espaços domésticos, públicos, institucionais, gerando comportamentos e visões de mundo responsáveis por relações sociais, institucionais, por campos científicos, jurídicos e políticas de Estado segregacionistas, machistas, conservadoras e desiguais.

O encontro em que esta temática foi discutida se revelou um dos mais provocativos junto com o que debatemos a questão da violência contra as mulheres. Isto porque, um número significativo de participantes da cartografia, como já dito anteriormente, pertence a grupos religiosos. As mulheres mais tímidas ficavam com olhos fixos naquelas que falavam sem embaraço e faziam críticas às concepções e padrões morais das igrejas e de outras que, encorajadas pelas primeiras, admitiam relações de poder na instituição. Era perceptível o semblante de dúvida, de estranhamento, o olhar apertado como se estivessem analisando uma cena na

¹⁶Valéria Cristina Vilhena, no artigo *Resultados de uma pesquisa: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas* (2010, p.4) relata: “O discurso cristão enquanto organizador da vida e da moral social utiliza-se de arquétipos, símbolos e signos misóginos que foram incorporados à cultura ocidental, construindo identidades de homens e mulheres, manipulando suas vidas. Assim, a naturalização da violência acontece nesse processo histórico-cultural, e a experiência religiosa passa a justificar e trazer significado dessa situação desigual e desumana de vida”. Valéria Vilhena é teóloga, pedagoga e fundadora do movimento evangélicas pela igualdade de gênero (EIG), que vem discutindo o papel da religião na luta pela igualdade de gênero. Ivone Gebara, teóloga feminista, tem colaborado em reflexões sobre o significado do campo religioso para as pessoas, contribuindo nas discussões sobre religião e estudos feministas.

¹⁷ Com a contribuição teórica de Heleieth Saffioti (2014), que aponta o patriarcado com uma base material capaz de corporificar-se concebendo aos homens os direitos sobre as mulheres, e Grada Kilomba (2019), com a noção de patriarcado branco.

memória. Um acenavam concordando com a cabeça e outras, cochichavam paralelamente.

Ao final daqueles encontros, os grupos não se dispersavam por inteiro, algumas daquelas que fitavam as outras chegavam a mim para contar histórias vividas e presenciadas nos seus núcleos religiosos, confirmando o que tinha sido discutido. Estes diálogos, ao final das atividades eram reveladores do quanto aquela interação tinha afetado aquelas mulheres e provocado sentimentos de raiva por se sentirem “enganadas”. A impressão era que carregavam uma pedra quente em seus braços, mas elas precisavam encontrar formas de não se deixarem “queimar”. Rupturas e conflitos subjetivos começavam a surgir.

A história de Mêrcedes¹⁸ revela este movimento - depois de uma das rodas de conversa sobre a igreja e formação social (discussão que transversalizou outros temas como: relações de poder, violência contra as mulheres, desigualdade de gênero). Mêrcedes, até então, ouvia atentamente, ensaiando - logo no início - algumas justificativas para posturas de representantes religiosos, ao final do encontro solicitou a palavra e relatou se sentir atravessada com tudo que foi discutido porque apenas naquele momento percebia o quanto a igreja determinou o seu lugar, inclusive o de permanecer em um casamento sendo constantemente abusada. Disse ter sido criada “dentro da Igreja”, respeita os dogmas, contudo, nunca tinha percebido o lado opressor do patriarcado nos espaços congregacionais e que, aquelas descobertas iriam provocar muitos conflitos internos e necessárias tomadas de decisões.

Neste ponto dos encontros, identifiquei em três homens, que faziam parte das turmas, um visível mal-estar: caras e bocas, acenos negativos, imposições de vozes para com colegas, constantes saídas do espaço de discussão. O improvável foi confirmado pela coordenadora do curso, um dos alunos desistiu da graduação alegando incompatibilidade com os temas discutidos nos encontros da disciplina e outros dois deixaram de frequentar os encontros presenciais, optando por abordagens “online”. Os fatos não impactaram na continuidade das atividades. A resposta que tive da instituição, no primeiro caso foi: “O Serviço Social ganhou com a saída dele”.

Não penso que a desistência de um homem em participar das discussões sobre estas temáticas possam ser considerada como uma vitória para a categoria profissional, tendo em vista a dimensão política da profissão. Percebe-se o quão

¹⁸Nome fictício.

gendrado o patriarcado está na vida de muitos homens. Optar por abandonar uma formação por não concordar ou divergir do que está sendo discutido é, no mínimo, preocupante e assustador – a categoria está latente, operando homens, isto é, forjando masculinidades que os impede de refletir e reforçam suas posturas e comportamentos.

Na sequência dos colóquios, falamos sobre a linha do tempo dos movimentos de mulheres e feministas, percebendo o que conheciam e acreditavam sobre eles e sua importância na transformação social. Nos encontros anteriores, percebi que algumas participantes ficaram muito caladas, apenas ouviam. Senti a necessidade de introduzir dinâmicas de confecções colaborativas de cartilhas, pinturas e cartazes que proporcionassem a partilha do conhecimento entre elas e a fala das que se mantinham mais caladas.

Figura 2: Cartilhas confeccionadas pelo grupo



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3: Pintura em tela sobre condição das mulheres



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4: Confeção de cartazes colaborativos – Movimento de mulheres feministas



Fonte: Arquivo próprio

Em uma destas atividades, fui interpelada da seguinte forma por uma participante: “Jacque, eu vou fazer porque todo mundo vai fazer viu? Mas eu não sou isso aí não... tá?” Ao que indaguei: Isso o quê? A colega então respondeu: “Essa coisa aí de ser feminista, Deus me livre.” Mesmo sendo tomada por um sentimento de irritação, de indignação por aquela mulher, me concentrei para educadamente dizer à participante sobre a não obrigatoriedade da atividade e informar que a proposta consistia na integração, na possibilidade da interação e não em tentar suscitar a acomodação ou cooptar quem quer que fosse às ideias discutidas.

Não foram raras as objeções notadas quando introduzia o tema dos movimentos de mulheres e feministas. E não foram raras minhas afetações (no sentido de burilamento interno). Eu estava dentro do processo, desconstruindo inclusive a raiva que aprendemos a ter umas das outras.

Ao mesmo tempo, um grupo significativo de mulheres compreendia a importância dos movimentos para a obtenção dos direitos conquistados, outras se respaldavam no senso comum, recaindo em reproduções de discursos infundados de que se trata de grupos de mulheres “mal-amadas”, “terroristas”, “sapatonas” – termos eminentemente pejorativos que cheguei a ouvir despropositalmente ao transitar pelos grupos. Cabe dizer que mensagens como estas foram emitidas por algumas mulheres com faixa etária acima de 40 anos que possivelmente carregam padrões conservadores com relação ao lugar da mulher na sociedade, característicos do seu tempo.

Tavares (2019) ao analisar a transversalidade dos estudos de gênero no serviço social, aponta para a relutância entre docentes referente a esta discussão

[...] diz respeito à ausência de uma consciência de gênero, ou seja, não se dão conta da opressão de gênero que influencia tanto a sua compreensão acerca da realidade social como o seu exercício profissional, da mesma forma que afeta a trajetória de vida, situações ocupacionais, oportunidades e demandas do seu público usuário, composto principalmente por mulheres. (TAVARES, 2019, p. 148).

Esta é uma condição análoga a outras mulheres pois que a questão de gênero, relações de poder, violência contra as mulheres foram timidamente introduzidos no debate social, permitindo que as relações sociais perpetuassem concepções patriarcais que desembocam em linguagens que desqualificam a luta dos movimentos de mulheres e feministas além de, “[...] com o acirramento, na atualidade, da vertente conservadora religiosa na sociedade, muitas mulheres buscam a formação em serviço social com a intenção de profissionalização da caridade” (OLIVEIRA; TAVARES, 2017, p. 7).

Percebendo a incipiente compreensão sobre conquistas sociais e políticas na sociedade, foram lançadas algumas discussões acerca dos direitos das mulheres (ou ausência deles). Rememoramos a relativa incapacidade para o exercício da cidadania, a incapacidade de exercer o poder familiar, de fixar domicílio, de viajar sem autorização dos maridos, de participar de pleitos eleitorais como candidatas e mesmo como eleitoras, regulamentação do trabalho das mulheres, o livre exercício da sexualidade e o direito de não morrer. Estes temas fomentaram discussões acaloradas, todas queriam e precisavam falar. Alicerçadas por indicações de leituras, documentários, filmes e pelo próprio movimento de partilha de experiências e vivências nos grupos, as participantes já falavam livremente, sem medos ou vergonha.

O ponto crucial da discussão da violência contra as mulheres - como o resultado da sociedade patriarcal, da ausência de direitos e das pautas dos movimentos de mulheres e feministas - iniciou com uma dinâmica que apliquei nos grupos. Neste encontro específico, o primeiro passo foi a dinâmica, sem nenhuma introdução. A interlocução se dava ao final e com o objetivo de viver, sentir, revelar, partilhar sentimentos. Dividi os grupos em dois subgrupos, com a seguinte proposta:

Dois grupos com igual número de pessoas ficam de frente um para o outro. A divisão dos grupos era feita por sorteio. Só participava quem desejava. As demais ficavam como observadoras.

1º. Grupo – PESSOAS – tinha como orientação fazer o que quisessem com os objetos. Tirar de um lugar para o outro, colocar no chão, pisar, introduzir objetos na

boca, modificar vestimentas, mandar deitar no chão, ajoelhar de frente para parede. Tudo que fosse possível. Este grupo tinha o comando sobre o outro. Para esta atividade sempre levava máscaras, perucas, brinquedos de sex shop, batons, maquiagens, objetos que fomentavam a criatividade das participantes.

2º. Grupo – OBJETOS – elas tinham que obedecer, apenas obedecer. Não podiam falar, sorrir, reclamar ou deixar de fazer o que lhes foi ordenado.

A dinâmica levava em média 5 minutos. Tempo suficiente para gerar impressões nos grupos e na plateia que observava. Ao término, solicitava que PESSOAS E OBJETOS verbalizassem os sentidos despertados durante a atividade. Posteriormente, a plateia emitia sua opinião. Algumas participantes não se sentiam à vontade para falar, tendo seu desejo respeitado.

Relatos e silêncios descrevem o quanto o subjetivo de algumas mulheres foi tocado. “Me achei completamente submissa, humilhada. É assim que muitas mulheres se sentem.”; “Não gostei, mesmo mandando, não gostei do lugar onde estava e fazendo o que estava fazendo”; “Me senti um lixo.”; “É assim que os homens fazem!”. Nos silêncios revelavam-se as expressões de tristeza e preocupação, algumas com olhos marejados, outras com olhos fixos em quem falava.

A violência contra as mulheres foi introduzida nas rodas de conversação: tipologia, legislação, redes de apoio, políticas públicas, movimentos sociais, quebra de paradigmas, consequências para mulheres, filhos, famílias, como agir, estratégias de enfrentamento, experiências de outras mulheres, vivências pessoais. O ponto da identificação, da reflexão e do desejo de sair da condição de submissão. Era possível perceber um movimento de solidariedade com aquelas que falaram abertamente sobre as violências sofridas, e por aquelas que impossibilitadas da fala apenas choravam. Para aproximação, falei das minhas experiências com a violência doméstica sofrida por minha mãe e as consequências dela em minha memória (mágoa persistente pelo pai agressor). A intimação abaixo foi a recebida por meu pai quando um dos episódios de violência contra minha mãe. O documento faz parte do arquivo familiar.

Figura 5: Intimação Delegacia de Proteção à mulher

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL

1. NOME DO AT...
[Redacted]

2. DEPARTAMENTO/DECRETO
SA [Redacted] [Redacted] [Redacted]
[Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted]
[Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted] [Redacted]

3. REF.: Doc 4268/87

4. COMPARECER A: Delegacia de Proteção à Mulher
5. DATA: 9/10/87
6. LOCAL: Rua Suíno 135 - Ilhéus
7. HORÁRIO: 15:30

8. FUNDAMENTO:
 1. Pressão psicológica
 2. Omissão providências policiais solicitadas
 3. Título de estado reconhecido com o regulamento de Divisão Policial aprovado pelo Decreto n. 2299/72.
 4. Resol. e termo de reconhecimento pelo o serviço de...
 5. Título de estado reconhecido com a Lei n. 2404/70 - (Famílias)
 6.
 7.

9. DATA: [Redacted] 10. ASS: [Redacted]

11. OBS: APRESENTAR SE MUNDO NESTE DOCUMENTO O HOS COMPROMISSO ASSINADO NA AUSÊNCIA DE NENHUM RABUVE PRESTA NA JURISDIÇÃO ESPECIAL.

12. DELEGADO
13. NOME: [Redacted]
14. ASSINATURA: [Redacted]
15. DATA: Doc 4268/87 9/10/87
16. HORÁRIO: 15:30

Fonte: Arquivo pessoal. (1987)

Neste momento, ao perguntar quem já sofreu violência, a maior parte do grupo já levantava as mãos.

A proposta das cartas surge quando uma das participantes, de um dos grupos, pede a atenção para dizer: “Jacque, eu queria falar tantas coisas que aconteceram comigo, mas não consigo. Não é falta de coragem não, é porque não consigo. Queria muito falar, mas não consigo” (Rosa). Ela repetia o “não consigo.”

Paulo Freire (1967) diria para prestar atenção à frequência dos termos, a “relevância como significação vivida”, aqui menos atenção à fonética, mais à complexidade sentida. Palavras de uso comum e carregadas de experiência vivida são decisivas porque a repetição pode estar carregada de informações que precisam ser ouvidas, trocadas.

Notei, senti que um “nó de choro” atravessou a garganta daquela mulher impossibilitando-a de falar. Saí daquele encontro impactada e com um sentimento de incapacidade, impotência. No encontro seguinte, levei a proposta das cartas.

Para escrevê-las, bastaria desejar. Relatei sobre a importância de expressar os sentimentos e, a escrita poderia ser uma via de escape para quem tem dificuldade de se expressar através da fala. Deixei o tempo correr para que pudessem fazer os registros que desejassem sobre o cenário da violência em suas vidas. Criei um link,

online, para facilitar a escrita, assim poderiam fazê-lo em seus lares, em seu tempo e templo. Foi orientado que não se identificassem porque as produções e trocas deveriam servir para integração e via de transformação para cada participante, produção de conhecimento e estratégia de intervenções em prol de outras mulheres. Quem concordasse, entregaria as cartas; quem não, poderia guardá-las. Cento e uma cartas foram entregues e se tornaram os documentos que delineiam a rota crítica da violência patriarcal na vida de meninas e mulheres, coparticipantes desta escrita.

Em um dos encontros que nós, do grupo, disponibilizamos para que pudéssemos escrever, todas sentadas da forma que quisessem, algumas foram para outro lugar e outras não escreveram. No lugar onde estava sentada vi uma mulher vindo em minha direção, cabisbaixa com um papel e uma caneta contorcidos em suas mãos, perto do peito. Ela chegou bem próximo de mim e disse: “Posso escrever em casa? Por que você fez isso comigo?” (Margareth). E ela começou a chorar copiosamente. Levantei-me, abracei-a e disse que nada ali era obrigado. Se ela não quisesse escrever não teria nenhum problema. Margareth imediatamente olhou para mim, enxugou os olhos e disse: “Eu vou escrever, só não consigo aqui.”

Passados alguns dias, recebi das mãos desta mulher um papel dobrado. Para garantir o sigilo, imediatamente coloquei no envelope misturado às demais cartas. Não sei o que estava escrito, em algum lugar destas linhas a história daquela mulher está presente.

Em algum momento posterior aos nossos encontros, encontrei-me com Margareth e ela abraçou-me dizendo: “Você não sabe o bem que fez a mim e à minha família. Resignifiquei tantas coisas com ela depois daquela carta, principalmente com minha mãe”.

Utilizei como critério para seleção das cartas, aquelas que carregavam um peso de sofrimento que na escrita conseguiu me atingir, porque outras cartas falavam pouco, apesar de saber que todas imprimiam em suas remetentes o peso de suas dores e sofrimentos. Todas são importantes e as não utilizadas aqui, serão em outros trabalhos.

Os campos e expressões de violências a serem discutidos nas próximas páginas se deram a partir dos diálogos, das vivências e experiências partilhadas e nos registros das cartas escritas por algumas das integrantes desta cartografia.

O rizoma vai sendo tecido, as experiências são entrelaçadas e possibilitam novas conexões subjetivas, permite vácuos, espaços vazios que podem ser

preenchidos com novas ramificações. A cartografia permite este preenchimento e o surgimento de outros espaços vazios, outras ausências e outras ramificações, que não cessam, não ficam estagnadas.

Figura 6: Representação do rizoma na cartografia.
Elaboração pelas próprias participantes



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 7: Rizoma/Raiz exposta



Fonte: Adege Pixabay.

A atividade realizada e registrada na Figura 6 refere-se à forma representativa que as participantes encontraram para demonstrar o significado dos encontros e o movimento de transformação oriundo deles. Pessoas que se interconectam através de suas experiências e saberes fomentando a transformação, o saber e o poder para outras pessoas. As participantes utilizaram como ponto de apoio apenas duas cadeiras onde iam criando elos (braços entrecruzados) para sustentar outras até que pelo menos uma delas pudesse chegar ao ponto mais alto. O entrecruzamento dos braços e corpos representa a forma do rizoma, que vai se cruzando, criando ramificações e se fortalecendo.

5 MECANISMOS DO FUNCIONAMENTO DA ORDEM PATRIARCAL

Conheci um alguém, que, inicialmente, acreditava ser um príncipe em minha vida (o meu atual esposo). Me enganei. Em pouco tempo de namoro, passamos a morar juntos e a cada dia ele se mostrava um homem machista, ciumento, controlador e que me violenta psicologicamente com frequência. Muitas pessoas não sabem, mas até para participar de algum grupo de *WhatsApp* ele tinha que autorizar, eu não podia dar meu número a ninguém, e se desse, logo ele quebrava meu chip e comprava outro. Eu dependia financeiramente dele. Não podia sair nem mesmo para visitar minha mãe, somente se ele fosse junto. Não podia visitar minha irmã nem pegar meu sobrinho para passar o fim de semana comigo (ele dizia que queria minha atenção só para ele).

Mais tempo se passou, arrumei um emprego, saí da dependência financeira e entrei na emocional. Tudo que eu queria fazer que não incluísse ele, era motivo de briga. A ameaça dele era “se você sair não precisa voltar mais”. Eu me isolei do mundo. Assim como um câncer, as etapas da violência tendem a piorar. E piorou. Durante as discussões, ele me xingava, me empurrava, batia minha cabeça contra a parede, me enforcava. Um dia me deu um beliscão porque eu aceitei uma solicitação de amizade do Facebook. Ele vasculhava meu celular todos os dias e sentia ciúmes até de poucas amigas que me sobraram (somente mulheres). (Vanessa).

O patriarcado opera em todos os ciclos de vida das mulheres, engana-se quem acredita que estamos livres da sua influência. O objetivo deste capítulo é demonstrar como esse velho e conhecido “longevo” atravessa os ciclos de vida das mulheres, materializando violência, violações de direitos e ausências que negligenciam o potencial de vida, de saber, poder, ser e estar de todas.

Embora saibamos que os mecanismos de perpetuação e manutenção do poder e do controle estiveram nas mãos de grupos privilegiados de homens, brancos e da elite, cabe apresentar como estes mecanismos são cristalizados do ponto de vista simbólico e operacional, uma máquina de fazer pensar e existir.

Sobre a reprodução de condutas baseadas em símbolos, é necessário compreender de que forma os discursos são disseminados por pessoas e institucionalizados na prática sociopolítica e econômica. Sobre isto, Scott (1995) reflete a condição de vida ou sobrevivência das mulheres retomando quatro elementos que considera relevantes para entender as relações de gênero e como se estabelece a subjetivação de conceitos e condutas machistas, atravessados por determinantes de raça e classe que inter-relacionados operam no sistema mundo de forma naturalizada, a seguir:

1. Dimensão simbólica, determinando os padrões a serem seguidos, que evocam as representações – o amor romântico, o casamento, a maternidade, a baixa autoestima para as mulheres negras, decorrentes dos estigmas escravocratas e da operacionalização do racismo, e da sua hipersexualização;

2. Conceitos normativos, expressando as interpretações simbólicas a partir do campo legal, das normas e conceitos fixos – reproduzidos nas doutrinas educativas, científicas, políticas e jurídicas;

3. As instituições e organizações sociais – raça e gênero são construídas e constituídas na e para a economia, a organização política, o mercado de trabalho, as relações de sociabilidade;

4. Identidades subjetivas que são construídas e relacionadas a “séries de atividades, da organização e representações sociais, historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p.88).

Scott (1995) apresenta, metodologicamente, o mecanismo cíclico da subjetivação de valores/normas e regras que operam as relações sociais “necessariamente” controladas. O campo simbólico determina a forma correta de viver o mundo. Dos símbolos instituídos criam-se normas/valores e regras que dão régua e compasso às instituições e organizações sociais (família, escola, política, igreja e outros). Estas, por sua vez, instrumentalizam o patriarcado que é subjetivado e replicado como símbolo representativo das normas e regras que devem ser seguidas como padrão ideal de vida. Dessa forma, dá-se a perpetuação das tecnologias de opressão/subordinação/exploração das mulheres. Estas tecnologias estão presentes na mídia, nos instrumentos de formação e educação, nas legislações, nas normas de condutas morais e religiosas.

Para entender este mecanismo, apresento no próximo tópico alguns campos da vida social onde representações de incapacitismo e inferioridade foram atribuídos às mulheres e se tornaram fundantes para a regulação de suas vidas.

5.1 FILOSOFIA E CIÊNCIAS MÉDICAS

O sistema mundo categorizado pelo viés patriarcal resultou em uma macroestrutura empenhada em provar a inferioridade da mulher, recorrendo à religião, à filosofia, ao direito, à medicina e outras dimensões de produção de conhecimento. Apontava inúmeras fragilidades nas mulheres, incapacitando-as para assumir o rumo

de suas vidas, infantilizando-as e criando estratégias de legitimação para o domínio de seus corpos, dando a terceiros (geralmente homens) o direito legítimo sobre suas vidas e morte.

Na filosofia, campo de estudo sobre a existência do homem e sua relação com a razão, responsável pelo surgimento de conceitos explicativos sobre o mundo, encontramos em seu fundador, Aristóteles, a seguinte explicação:

[...] a mulher é um homem mal acabado, um ser incompleto, uma forma malcozida [...] o leite – não têm o mesmo poder criador que o esperma, elas são apenas nutrizes. Na geração, a mulher não é mais que um receptáculo, um vaso do qual se pode apenas esperar que seja calmo e quente. (PERROT, 2013, p. 63).

Concepções filosóficas como estas, foram determinantes para um contínuo conceitual da existência da mulher, reverberando em outras ciências de relevante importância no mundo ocidental. “Aristóteles ou os Pais da Igreja não tinha receios, em afirmar a desigualdades dos sexos” (TEDESCHI, 2007, p. 332). Os novos conhecimentos assentados sobre signos determinados pelas ciências médicas, legitimados como saber supremo, demoraram muito para compreender a estrutura biológica/fisiológica das mulheres, isso porque o modelo de humano era o corpo de um homem. Na obra *Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*, Thomas Laqueur (2001) discorre que a concepção de corpo atribuído pelos primeiros anatomistas, na Renascença, acreditava na versão do sexo único, convencidos de que o corpo feminino era uma versão inferiorizada e interiorizada do corpo do homem, como homens invertidos.

A concepção de sexo único predominou nas sociedades ocidentais da antiguidade até o final da Renascença, e este sexo único era o masculino, sendo o feminino uma versão imperfeita do modelo universal (LAQUEUR, 2001). O uso social que se faz de tais interpretações coloca os homens em lugar de privilégio, atribuindo à mulher um lugar de subalternidade em relação ao modelo ideal.

As estruturas políticas, sociais, econômicas, comunitárias foram constituídas a partir de representações determinantes para fundar práticas sociais passíveis de perpetuar a subordinação das mulheres em diversos setores da vida. O patriarcado, assim, pode ser considerado como uma entidade com poder de penetração incalculável, espraia-se e contamina de forma imperceptível as relações de pessoas e das instituições com as pessoas. Não é necessária a presença física de um homem

para que o patriarcado atravessasse as relações, tal condição ratifica o poder das representações simbólicas na construção dos sujeitos.

A internalização de padrões de comportamento machistas e colonialistas interfere no modo de perceber o outro e promove intervenções que desprezam o corpo e a vida de mulheres, especialmente e não apenas, as mulheres negras e em situação de vulnerabilidade econômica. O impacto direto do patriarcado recai, inclusive, em serviços públicos e privados expressando a violência institucional como parte da estrutura de poder que negligencia as demandas das mulheres.

Instituições sociais gerenciam os corpos através de ferramentas de controle, tecnologias de gênero¹⁹ (LAURETIS, 1994) capazes de domesticar o corpo e materializar o poder. A necessidade de manutenção deste poder pelas instituições impõe um lado sombrio que é a violência. Neste sentido, a estrutura institucional se utiliza de um sistema que consiste em estender este poder aos técnicos, os operadores do poder, que em seu nome continuarão a reproduzir a violência e assim os novos e outros, sempre, excluídos (BASAGLIA, 2010).

As ciências e todo o escopo societário fabricaram formas de ser das pessoas de acordo com suas (de quem centraliza o poder) perspectivas políticas e sociais. Desta forma, os sujeitos (corpo – mulher) paulatinamente se tornam exatamente o que deseja o conjunto de instituições (políticas, morais, sociais), um ser objetivado que passa a ser confirmação da validade das formas operacionais das instituições.

A mulher apresenta elementos constitutivos de si, da sua subjetividade, da sua essência, a estrutura de controle, no entanto, imprime sistematicamente elementos simbólicos com o objetivo de destituir tal subjetividade, acomodando-a aos parâmetros estabelecidos como norma, regra. O ajustamento, objetificação da mulher à vida da

¹⁹Lauretis (1994, p. 209) apresenta 4 proposições no sentido de evidenciar o funcionamento destas tecnologias, a saber: (1) Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas e reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário. (2) A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. (3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos do estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunicação, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo. (4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa.

sociedade impressa de acordo com a lógica patriarcal e colonialista, é o objetivo institucional.

Ao realizar um estudo sobre como as mulheres que frequentam igrejas evangélicas (recorte da pesquisa) entendem a sua influência na percepção delas sobre a violência doméstica, Oliveira e Santos (2017, p. 209) apontam que “Elas dizem que dentro da igreja sentem a fé fortalecida através dos exemplos de outras pessoas. E que a igreja influencia diretamente nas suas decisões”. O que restar ainda de sua essência, que pode promover a reação violenta de negação daquilo que lhe é posto, acaba sendo definido como um sintoma de adoecimento, de desvio, de possessão demoníaca (BASAGLIA, 2010).

As desviantes, consideradas como fora das regras pré-estabelecidas, passam a ser consideradas, e a ciência se ocupou disso (psiquiatria, medicina, direito), loucas, doentes, bruxas, criminosas. Sendo assim, passíveis de serem enclausuradas para o devido ajustamento, “etiquetamento”. Fanon (2008) chamaria de o sepultamento de sua originalidade, a amputação de seu ser.

A objetificação da mulher se resume no processo de inferiorização, subordinação, provocado pelas instituições e seus operadores técnicos (na psiquiatria, justiça, medicina, igreja, família, homens).

Como objeto, passa a seguir o que sua nova percepção de mundo lhe impôs, moldada pelas tecnologias de poder e controle como “educadas”, “feitas para se casar”, “discretas”, “aptas para a maternidade e o cuidar”. Não existe resistência porque a instituição lhe controla o corpo e a mente através das estratégias de controle ideológico – conduta moral, cristã, pudica, modelos educacionais conservadores, as representações na mídia. “A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso” (FOUCAULT, 2014, p. 34) e o discurso é instrumento normalizador.

Embora pareça ultrapassada esta abordagem, as vivências partilhadas com mulheres na cartografia sinalizavam alguns comportamentos e falas que ratificam a existência de conformações como estas (lembremos do “eu feminista... Deus me livre!” e do trânsito político ideológico que o país atravessa). Trata-se do entendimento do campo social elaborando a subjetividade que, segundo Woodward, citado por Silva (2011) é a compreensão que temos sobre o nosso eu, envolve pensamentos e emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem somos”.

As trajetórias médicas e jurídicas que “cuidavam” das questões das mulheres por muito tempo se pautaram no esquema do orgânico louco das mulheres e no eugenismo como estruturante de uma ordem societária fincada no americanoeurocentrismo como padrão a ser seguido de comportamento, perfil social, estético corporal.

Sobre o campo médico alguns relatos escritos por participantes da cartografia revelaram como a violência transforma momentos que poderiam ser de alegria em rituais de medo, sofrimento e dor. “[...] Existem evidências sólidas e crescentes da ocorrência de práticas desrespeitosas e violentas experienciadas pelas mulheres em instalações de atendimento obstétrico, particularmente durante o parto” (KATZ *et al.*, 2020, p. 628).

Eu tinha 19 anos, cheguei ao hospital lá pelas 14:30min e mais ou menos às 16:00h começou meu suplício! Comecei a sentir dores, o médico que fez o exame de toque era (literalmente) um cavalo, me levaram para a sala de pré parto e enquanto eu gritava (infelizmente era como eu conseguia me expressar), as enfermeiras a todo momento me faziam perguntas, que eu juro, não sei como consegui responder e o que respondi, e ainda falavam o tempo todo: "quanto mais grita, mais tempo a gente fica sem atender!" Quando enfim resolveram me atender, minha filha já estava nascendo, então me colocaram de pé e me levaram para a sala de parto andando! Deitei na maca, mas senti uma dor tão forte que gritei, minha filha retrocedeu e eles disseram que teriam que fazer uma manobra, um médico apoiou os dois antebraços logo abaixo do meu peito e fez força, mas muita força mesmo para empurrar ela, quando eu com minhas últimas forças consegui ajudar e a cabecinha dela saiu ouvi o médico dizer , "vai ter que cortar" então senti um “cretcret” uma dor, eles a puxaram, de forma brusca, tanto que ela teve um problema no quadril , e aí tiveram que novamente forçar meu abdômen, agora para expulsar a placenta, quando conseguiram, deram 9 pontos no corte e me deixaram na maca aguardando a limpeza pra ir pro quarto, que não veio, a limpeza eu fiz sozinha já no quarto. Entrei na sala de parto às 17:30 minha filha nasceu às 19:30h eu subi pro quarto às 23:00h e tomei meu banho às 01:40h! Lembro de tudo mesmo depois de 21 anos. (Dellzuita).

Silvia Marques (2020, p. 97) explica que a violência obstétrica é constatada em várias práticas nos serviços de saúde, definida como “toda violência física, moral, patrimonial ou psicológica praticada contra as mulheres no momento do parto, pós-parto e puerpério” incluindo em casos de abortamento.

Katz *et al.* (2020) explicam que não são raras as contestações do uso do termo violência obstétrica, inclusive pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS), que embora “[...] reconheça a questão como um problema de saúde que viola os direitos

das mulheres” (KATZ *et al.*,2020, p. 628) adota termos como “abuso ou desrespeito”. Ponderam ainda que alguns profissionais médicos/as da obstetrícia também são contra o uso do termo por indicar um direcionamento à sua especialização. Os autores fazem a crítica apontando para a multiprofissionalidade que a obstetrícia abarca, não sendo particularizada para apenas uma categoria profissional.

O incômodo que o termo gera no sentido de provocar um questionamento à sua utilização faz refletir sobre os sentidos dados ao manejo com as mulheres gestantes, parturientes e puérperas. Silenciar ou não nomear um fato, é uma forma de violentar. A estrutura que decorre para os procedimentos e o processo obstétrico não é de responsabilidade de um único profissional, envolve várias especialidades (enfermeiras/os, médicas/os, anestesistas, técnicas/os), portanto, quando uma violência obstétrica ocorre outros profissionais podem ser coniventes com o ato quando não o nomeiam como tal, não se trata apenas de um/uma especialista e sim, de uma especialização na área de saúde.

Durante a cartografia, expus minha experiência com a violência obstétrica: na sala de parto foi solicitado que eu ficasse sentada com a coluna flexionada para frente para receber a anestesia peridural, fiquei nesta posição entre 2 e 3 minutos quando o médico anestesista entra na sala dizendo: “Hoje eu já errei umas três aplicações, será que vou acertar desta vez?” Ao que os demais profissionais (homens e mulheres) participantes do processo começaram a rir e o médico continuava repetindo o “mantra” já com as mãos nas minhas costas. E todos continuavam rindo. Naquele momento, ninguém percebeu o meu semblante de pavor, eu era uma jovem de 24 anos de idade, primeira gestação, nunca tinha passado por qualquer procedimento cirúrgico (isso estava registrado no meu prontuário). A atenção da equipe estava toda voltada para o médico “comediante”. Ali conheci a “coxia” de alguns profissionais de saúde, nada era violência, apenas “travessuras” alegres de um médico e de sua equipe.

O constrangimento maior na discussão sobre a terminologia “violência obstétrica” ser ou não utilizada consiste na ausência de respostas adequadas por parte dos sistemas e instituições sociais na observância do fenômeno e procedimentos de enfrentamento à violência contra as mulheres. Cabe refletir que, sobre a terminologia, existe uma preocupação centrada na referência do poder-saber do médico e não na integridade emocional das mulheres que passam por situações como esta.

[...] falar de dor é lembrar que uma 'profissional' gritou comigo quando fez exame de toque mais dolorido de todos os 9 meses de gestação e ainda assim disse que não iria me atender mim deixando sofrer por mais de 24 horas e quando chegar o momento do nascimento do meu filho, o mesmo já estar sem vida por negligência médica, [...] falar de dor é você ser obrigada a tomar remédio para secar o leite, sem ao menos ter o direito de salvar outras vidas que necessitam de um leite materno [...] Falar de dor é procurar direitos sociais para resolução deste caso é ouvir dos profissionais defensores do direito que infelizmente para essas casos que envolve médicos não tem o resultado esperado que muitas mães desejam, falar de dor é ouvir advogados dizerem que eles podem defender a médica mesmo com as provas que eu tinha, que infelizmente para esses casos não tem jeito, falar de dor é ouvir de diversos profissionais que infelizmente eu fui "azarenta" em ter essa equipe médica. [...] Enfim, falar de dor é simplesmente não poder falar. (Josana).

A violência obstétrica coaduna com pautas do movimento feminista. É uma violência contra as mulheres cujo conceito surge nos anos 2000 com o movimento pela humanização do parto. Ciente da problemática, o Ministério da Saúde, em 3 de maio de 2019, emitiu comunicado posicionando-se contra o uso do termo violência obstétrica, apoiado pelo Conselho Federal de Medicina²⁰ e com reação contrária do Conselho Nacional de Saúde²¹ (CNS). Definir como violência obstétrica ou violência na assistência ao parto, como sugere o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (CRM-Ba), o fato é que são recorrentes episódios deste tipo de violência no Brasil. O próprio CRM-Ba, divulgou em dezembro de 2021²² que recebeu quatro denúncias deste tipo de violência para aquele ano, afora os casos não denunciados.

Ao discorrerem sobre violência obstétrica, as participantes evidenciam a compreensão de como seus corpos ficam vulneráveis a um processo medicamentoso, de controle, contenção e exposição, imposto por normas/regras institucionais que vilipendiam demandas das mulheres neste momento, como o choro, o grito da dor, o desespero por falta de atenção, mal-estar, medo ou outras questões específicas das mulheres e do momento vivido.

²⁰ Via NOTA À IMPRENSA E À POPULAÇÃO em 09 de maio de 2019, o órgão se manifesta contra o uso do termo "violência obstétrica" entre outros pontos: "Pelos compromissos dos médicos com a sociedade e com a população feminina, de forma específica, o uso do termo "violência obstétrica" para adjetivar problemas da assistência no parto se torna inadequado, pejorativo e estimula conflitos entre pacientes e médicos nos serviços de saúde" (CFM, 2019).

²¹ Recomendação nº. 024, de 16 de maio de 2019.

²²Para ver matéria completa, acesse: <https://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/28165-cremeb-registrou-quatro-casos-de-violencia-obstetrica-em-2021-um-resultou-em-processo.html>.

A violência obstétrica acomete majoritariamente mulheres negras cujo sofrimento é negligenciado pelo racismo estrutural, apontado por Silvio de Almeida (2019, p.22), como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam.”

Além das constantes violações, violências, ausências que as mulheres sofrem nos espaços domésticos, o campo social tende a reproduzir tais violações, desacreditando, inferiorizando o sofrimento das mulheres, contribuindo para a perpetuação desse sofrimento.

Mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto que as brancas; no entanto, as pretas receberam menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. Apesar de pardas e pretas possuírem similaridades, a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior. Foi identificado um gradiente de cuidado menos satisfatório para mais satisfatório entre pretas, pardas e brancas para a maioria dos indicadores avaliados, evidenciando aspectos do funcionamento cotidiano dos serviços de saúde que resultam em benefícios e oportunidades diferenciadas segundo a raça/cor, com prejuízo para as de cor mais escura. Mesmo após controle das variáveis sociodemográficas através do pareamento pelos escores de propensão, as mulheres de raça/cor preta e parda, quando comparadas às brancas, apresentaram, de maneira geral, piores indicadores de atenção pré-natal e atenção ao parto. (LEAL *et al.*, 2017, p. 5-6).

Parto, para algumas mulheres, pode ser uma memória cruel de sofrimento impetrado por uma lógica de tortura ao corpo feminino. O campo da assistência à saúde, embora esteja em constante renovação, requer um debate profícuo com relação às demandas das mulheres. As estruturas de formação necessitam atravessar as paredes dos consultórios com ares condicionados e produzir o saber com experiências interclasse, intergênero, interraça, intergeracional e intersexualidades.

Tavares, Oliveira e Lages (2013) citados por Tavares e Kuratani (2019, p. 3), sinalizam que “os profissionais tendem a não desenvolver uma percepção crítica sobre as relações étnico-raciais e suas implicações no campo da saúde”. Essa fragilidade importa para o entendimento e encaminhamento dado às demandas das mulheres que são atravessadas por gênero e raça.

5.2 DIREITO, EDUCAÇÃO –RATIFICANDO O PATRIARCADO BRANCO

Incontestável a importância da ciência jurídica para a regulação da vida em sociedade, responsável por assegurar a justiça e o bem-estar de todas as pessoas, permitindo segurança e garantia dos direitos fundamentais de humanos, animais, meio ambiente e contribuindo também para a preservação do patrimônio público. Sérgio Fialho (2002, p. 58) diria se tratar de um “fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça”. Entretanto, nem sempre alcançou, nem tem alcançado esse objetivo. Como todas as áreas de conhecimento, no mundo ocidental, o direito também foi constituído a partir de um corpus estrutural centrado em uma ordem patriarcal e colonialista, deixando aquém demandas específicas de alguns sujeitos/sujeitas.

Sobre isto Oliveira (2017) lembra,

Lombroso, ao escrever com Ferrero, em 1892, a obra “A Dona Delinquente” objetivou aplicar seus estudos anatômicos e antropológicos às mulheres. Reuniram os inovadores discursos jurídico, médico e moral (religioso) para alegar que o grave problema das mulheres era o fato de serem seres imorais, cujas características eram o motivo impulsionador para o cometimento de delitos de forma instintiva, não relacionada ao considerável padrão de uma mulher honesta, passando a ser suspeita. (OLIVEIRA, 2017, p. 60) (**grifos meus**).

Anitua (2008) acrescenta que em “[...] Lombroso, a mulher seria fisiologicamente inerte e passiva, sendo mais adaptável e mais obediente à lei que o homem”. Dizia que as mulheres apresentavam características comuns às criminosas, tais como a assimetria craniofacial, a mandíbula acentuada, o estrabismo, os dentes irregulares. Poder/autoridade exercida para o controle de outros sujeitos. Sob esta perspectiva o direito ia se assentando e criando modelos de relações juridicamente hierárquicas que contribuíram para acentuar o racismo estrutural impactando nas individualidades e no sistema de produção e reprodução. O direito como ciência normalizadora, imprimiu representações que autorizavam sem nenhum ônus, o preconceito, atitudes e intervenções racistas. A não atenção às especificidades gerou uma sociedade onde vilipendiar a existência de outro era algo “normal”.

Quando eu era pequena, estudava em um colégio e sofria muito preconceito racial. Eu era chamada de barata queimada, carvão, preta tribufu e era perseguida por uma garota mais velha que também era negra, mas, que só vivia me chamando assim. Isso me deixava muito

triste. Uma vez, eu passei por ela e ela me bateu sem motivos. Outra vez. foi uma professora que arremessou uma chave em mim, só pelo simples fato de eu virar para trás e pedir uma borracha. (Ednei).

Quanto às mulheres negras, “[...] é verdadeiro que são socialmente desvalorizadas em todos os níveis, inclusive esteticamente como é verdadeiro também que as mulheres brancas constituem o ideal estético feminino em nossa sociedade” (CARNEIRO, 1995, p. 547). A autora acrescenta que(id.) “a construção da identidade é um processo que se dá tanto pela aproximação com o outro (aquele com quem desejamos nos assemelhar e que é qualificado positivamente) como pelo afastamento do outro (de quem nos julgamos diferentes e qualificamos negativamente)”. Dessa maneira, o padrão eurocentrado tomado como o ideal, foi o corpo da mulher branca, enquanto as mulheres negras tiveram sua imagem inibida, a representação negativada, impossibilitando o exercício afetivo, comprometendo o exercício da sexualidade, do bem querer, da autoconfiança.

Tavares e Kuratani (2019) apontam como repercussões do racismo nas pessoas “a dificuldade de estabelecimento de vínculos e a representação de si como inferior, desagradável, inadequado e sensação contínua de não pertencimento” (2019, p. 7). Fanon (2008, p. 104) acrescenta que no mundo branco as pessoas de cor encontram “dificuldades na elaboração de seu esquema corporal. O conhecimento do corpo é unicamente uma atividade de negação” porque os câmbios estabelecidos para a constituição das subjetividades recebem como informações estruturantes, diversas negações de si e para si. O caminho traçado para a população negra foi de marginalização e repúdio à sua constituição identitária.

Para Ferreirinha e Raitz (2010), sujeitos atuam sobre outros sujeitos. Do ponto de vista racial, Cesare Lombroso é quem inaugura a Escola positiva da criminologia e cria a relação do criminoso com o delito, exercendo influência deletéria quando aproxima as pessoas fenotipicamente negras do constructo de criminoso. No ano de 2020, uma juíza de direito utiliza o argumento lombrosiano para condenação de um réu (VIANNA; BRODBECK, 2020), o que revela que a concepção, o sentido por trás de conceitos que determinam relações hierárquicas, de poder, permanecem latentes na subjetividade humana.

O patriarcado e o racismo perduram delimitando comportamentos, organizações, a ciência, a política, mesmo com o avanço considerável das lutas feministas com suas mais variadas frentes/bandeiras de luta. Insistir na discussão

sobre sua interferência é uma estratégia de luta, enfrentamento e combate. Entende-se que patriarcado, racismo e capitalismo são fundantes para o fazer lugares de mulheres e homens nas sociedades.

Não me sentia amada, fui criada por outra família, onde todas eram brancas e me sentia excluída, feia e suja. Na adolescência, vivi uma verdadeira fobia social. Fobia de reuniões de família. Hoje, adulta, venho tentando mudar isso. Já não fujo das pessoas e me sinto bonita e amada apesar de ter muita insegurança. (Erica).

Trata-se de uma construção histórica e cultural que promove simbólica e materialmente a diferenciação/hierarquização das relações com o apoio das instituições de controle como a família, a escola, o direito.

As subjetividades individuais das mulheres são construídas a partir dos significados que são dados aos seus corpos e suas existências, sendo imprescindível entender o campo em que transitam como capaz de construir uma geopolítica hierarquizada: civilizados x não civilizados, bons x maus, normais x anormais. Estas dualidades foram-se constituindo pela perspectiva da colonialidade cujas referências fundamentaram-se em estruturas racializadas.

Há mais de cinco séculos as ideias civilizatórias nacionais pautaram-se por esta orientação, confirmadas também pelo racismo científico que elaborou identidades patologizadas e criminalizadas, como o fez por exemplo Lombroso, que contribuiu para a criminologia com a teoria do “homem delinquente” na qual propunha que criminosos tinham características físicas que se aproximavam fenotipicamente da população negra.

Identidades atravessadas por condições que impediam sequer a observância de uma existência foram intencionalmente esquecidas, marginalizadas e situadas em um não lugar imposto por uma sociedade escravagista.

As experiências e trajetórias de homens e mulheres negros/as se deram no território político branco, desenhado pela dominação colonial, pelo sistema étnico moral hegemonicamente ortodoxo cristão. Estas experiências de opressões cruzadas têm negligenciado, especificamente, as mulheres negras.

Sobre a designação de mulher negra estão incluídas as mulheres autodeclaradas e/ou classificadas como negras e pardas e que se encontram em lugares atravessados por diferentes eixos de opressão, entre estes o racismo e o sexismo. Por vidas pretas entende-se a multiplicidade dessas experiências e suas singularidades. (LIMA, 2017, p. 71).

O racismo desde então é um “elemento modelador das práticas sociais” (LIMA, 2017, p. 74) silenciosas que forjaram como experiência para o povo preto a prisão, a loucura, o crime, o estatuto de fugitivo, de bandido, marginal.

A discriminação racial e de gênero operam juntas, são constantes e contínuas. Ocorrem em um contínuo nas diversas dimensões da vida humana e coletiva. Classe, raça, gênero preponderantemente são fatores que se combinam e são fundantes para delimitar os espaços de cada pessoa no mundo, o seu corpo torna-se território de exclusão. O campo da discussão interseccional permite perceber outros eixos de opressão que agregam a existência das mulheres como a sexualidade, idade, classe, deficiência, performance corporal. Uma gama de preconceitos se intersecciona e transversaliza²³ não tendo como tratá-la numa perspectiva excludente pois as experiências das mulheres negras são experiências diferentes e as instituições sociais não aprenderam, não souberam lidar com as especificidades porque foram fundadas dentro de uma concepção eurocêntrica colonialista, com experiências e referências da branquitude²⁴.

A forma como o racismo atravessa de maneira diferenciada mulheres e homens, e a forma como a condição de ser mulher perpassa de forma diferenciada mulheres brancas das negras é o que determina os lugares de cada uma, social, econômica, cultural e politicamente.

Há uma sobreposição de condições e nesta sobreposição as mulheres negras foram majoritariamente negligenciadas eclodindo na vulnerabilidade socioeconômica, atravessada pelo racismo e a condição de classe – duas dimensões que se complementam como um binarismo estratégico de manutenção dos lugares socio e politicamente apontados. As mulheres negras estão

Atravessadas de forma dinâmica por diferentes marcadores sociais como classe, sexo, gênero, geração, território, entre outros e tendo a raça como espinha dorsal. Infelizmente fazem parte das estatísticas de subemprego ou desemprego (taxa de desocupação), habitam territórios marcados pelas violências, compõem o número de mães que perderam seus filhos nas mãos

²³ Que consiste na fusão destes preconceitos no cotidiano da vida real das mulheres, indo além da compreensão de sua existência até a materialização no cotidiano.

²⁴ Segundo o Portal Geledés (SILVA, 2011), os precursores da discussão sobre branquitude (como uma identidade racial branca) foram W. E. B. Du Bois na publicação *Black Reconstruction in the United States* e Frantz Fanon em *Peles negras, máscaras brancas*. Fanon problematiza a relação do negro e do branco apontando como se dá o ponto de vista de cada um ao olhar o outro. Mostra como identidades raciais criam limitações para a humanização das pessoas. A branquitude é problematizada como um lugar onde privilégios são assentados e são capazes de interferir na reprodução social e na continuidade das relações de preconceito.

da polícia militar ou nas mãos do tráfico de drogas, habitam os espaços psiquiátricos, evidenciando a relação entre racismo, perturbações psíquicas e processos de produção social de loucura, compõem majoritariamente a população carcerária feminina, elencam, infelizmente, ainda que de forma subnotificada ou muitas vezes não notificada as violências nos espaços de cuidado à saúde, destacando aqui a violência obstétrica e os abortos inseguros [...]” (LIMA, 2017, p. 84).

Vejamos os dados demográficos do último censo no que se refere à chefia familiar e renda, e como a pobreza é racializada (CARNEIRO, 2011), acentuando as possibilidades de opressão e subordinação de gênero.

Tabela 3: Renda domiciliar per capita média por sexo e cor/raça dos/as chefes de família- Brasil e Regiões, 2015.

| Cor/Raça | Região | Masculino | Feminino |
|----------|--------------|-----------|----------|
| | | 2015 | 2015 |
| Total | Brasil | 1.283,3 | 1.158,7 |
| | Norte | 880,0 | 782,8 |
| | Nordeste | 800,0 | 755,2 |
| | Sudeste | 1.513,4 | 1.369,7 |
| | Sul | 1.513,6 | 1.433,0 |
| | Centro-Oeste | 1.553,7 | 1.365,9 |
| Branca | Brasil | 1.688,8 | 1.572,5 |
| | Norte | 1.203,6 | 1.043,6 |
| | Nordeste | 1.072,5 | 1.016,6 |
| | Sudeste | 1.885,7 | 1.748,4 |
| | Sul | 1.643,3 | 1.570,0 |
| | Centro-Oeste | 1.972,6 | 1.861,5 |
| Negra | Brasil | 942,5 | 831,3 |
| | Norte | 797,3 | 722,6 |
| | Nordeste | 710,6 | 668,4 |
| | Sudeste | 1.103,8 | 960,4 |
| | Sul | 1.082,4 | 967,3 |
| | Centro-Oeste | 1.282,7 | 1.062,8 |

Fonte: IBGE/PNAD (Adaptação da Elaboração do IPEA/DISOC).

Ainda que os dados sejam de 2015, a análise não perde sua importância. Considerando regionalidade, gênero e raça, a Tabela 3 revela a discrepância entre a renda domiciliar per capita para chefa/e de família: para homens e mulheres, negras/os e brancas/os, nordestinos e não nordestinos. Do ponto de vista regional, o Nordeste é onde a renda per capita é a menor – agregando a condição de gênero e raça, as mulheres negras nordestinas chefas de família recebiam 33,88% do valor dos homens brancos do centro oeste brasileiro.

Em relação às mulheres brancas a diferença passa para 35,90% do valor da renda. O que se verifica pelos dados é nitidamente a conta estrutural da violência, um Estado que negligencia a vida de mulheres e especialmente, mulheres negras. Vejamos: os valores de referência em 2015 para salário-mínimo eram de R\$788,00. Transporte público em Salvador (na época) era de R\$3,30 (3,30 x 20 dias = 66,00), média de alimentação por dia R\$10,00, Gás de cozinha R\$66,00 e água, luz, estudos, medicamentos (se precisar). Uma vida de subsistência das mulheres negras para manutenção da pirâmide social.

A Figura 8, abaixo, retirada dos Indicadores sociais das mulheres no Brasil (Estatísticas de Gênero) do IBGE (2019), evidencia a desigualdade de acesso das mulheres pretas e pardas ao mercado de trabalho. A diferença entre a taxa de desocupação de mulheres pretas e pardas para brancas chega à casa 5,8 pontos. A maior diferença se concentra na região centro oeste, seguindo a região sudeste com 5,2 de diferença na taxa de desocupação e em terceiro lugar a região Nordeste com 5,1. Ao comparar mulheres pretas ou pardas com homens brancos, a diferença aumenta para 9,1 pontos, o que reafirma os determinantes de gênero e raça no modo de produção capitalista.

Figura 8: Tabela sobre taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais por sexo e cor/raça. Brasil. 2019.

Tabela 10.1 - Taxa de desocupação de pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência, por sexo e cor ou raça, com indicação do coeficiente de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2019

| Grandes Regiões e Unidades da Federação | Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade | | | | | | |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------|-------|----------------|--------|-------|----------------|------|
| | Total | Sexo | | | | | |
| | | Homem | | | | Mulher | |
| | | Total | Cor ou raça | | Total | Cor ou raça | |
| | Branco | | Preto ou pardo | Branco | | Preto ou pardo | |
| Taxa | Taxa | Taxa | Taxa | Taxa | Taxa | Taxa | |
| Brasil | 11,7 | 9,6 | 7,7 | 11,2 | 14,1 | 11,0 | 16,8 |
| Norte | 11,6 | 9,0 | 7,6 | 9,3 | 15,4 | 12,6 | 16,0 |
| Nordeste | 14,1 | 12,1 | 10,8 | 12,6 | 16,6 | 12,7 | 17,8 |
| Sudeste | 12,1 | 10,0 | 8,4 | 11,6 | 14,6 | 12,1 | 17,3 |
| Sul | 7,5 | 6,0 | 5,1 | 8,3 | 9,4 | 8,2 | 13,1 |
| Centro-Oeste | 10,1 | 8,1 | 6,6 | 9,0 | 12,6 | 8,9 | 14,7 |

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, consolidado de primeiras entrevistas.

Estratégia do deixar morrer é um estilo de governo que se regula no poder de quem deve morrer, uma necropolítica²⁵ que dizima pretos e pretas cujos corpos não foram disciplinados para a obediência. O racismo torna-se, portanto, um dispositivo importante para a gestão da violência e da morte. O isolamento, o adoecimento, a forma de prisão no subsistir como força de permitir a morte (MBEMBE, 2018).

As sensações, sentimentos e experiências de sofrimento que engendram diariamente a existência das mulheres pretas podem promover o *start* para a rebeldia, para a fuga e negação destas experiências de dor. Quando esse processo começa a apontar, mesmo de forma sutil, a estrutura social inicia a medicalização destes sofrimentos. Barra-se, então, as consequências e não, as origens. A produção dos adoecimentos se perpetua em uma sociedade que tem como mecânica normativa a subjugação da mulher e suas especificidades de raça, sexualidade, etária e de classe.

²⁵Valéria Bontempo (2020, p. 559) diz que “Achille Mbembe mostra que a morte, enquanto um objeto de gestão, foi apropriada pelo poder político, o qual não se limita apenas em indicar medidas sobre como a vida deve ser gerida, mas também apontar como devemos morrer e quem deve morrer. E mais: em certos territórios, os indivíduos vivem a partir de níveis tão mínimos de sobrevivência que a distinção entre vida e morte é muito sutil. Assim, o risco da morte torna-se presente o tempo todo. E essa é marca central da necropolítica”.

Grupos societários e a forma como elaboraram as arquiteturas²⁶ sociais permitem lidar com processos de adoecimento psíquico de pessoas porque é através destas arquiteturas que promovem maneiras para a institucionalização de corpos e mentes, bem como escolhem as pessoas que devem ser isoladas.

Sueli Carneiro (2003, p. 120) aponta que “[...] é sobejamente conhecido a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional” e à renda. Acrescida a outros determinantes como regionalidade e gênero, a tabela 1 apresenta o quão as mulheres negras, no Nordeste, estão aquém na renda domiciliar básica recebida por homens brancos de outras regiões do país.

A dimensão trabalho também se coloca de forma diferenciada para as mulheres negras. Akotirene (2019, p. 26) reflete que “Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas [...]”. É importante localizar a estruturação de uma sociedade que produz e reproduz a legitimação de opostos hierarquizados. Porque fazer ocupar o menor lugar na pirâmide socioeconômica é resultado de uma tecnologia “bem azeitada” (SAFFIOTI, 2015) de perpetuar a exploração/subordinação das mulheres.

Patrícia Hill Collins (2000) aponta que homens brancos de elite requerem privilégios especiais, e construir novos critérios de validação é tarefa árdua diante do cenário de retrocessos no que concerne ao entendimento de coletividade porque nos “legitimamos a utilizar as ferramentas do mestre”. A categoria raça é estrutural para pensar as relações sociais, as instituições disciplinares que vigiam e controlam os corpos, pois, as ferramentas e estratégias do racismo continuam sendo as mesmas, sendo um elemento central para o exercício do poder onde as diversas discriminações combinadas interferem na condição de sobrevivência e submissão das mulheres. O racismo despersonaliza e “[...] é definido por seu caráter sistêmico” (ALMEIDA, 2019, p.24).

²⁶ Utilizar o termo remete exatamente ao significado da palavra, como um projeto que dispõe, segundo o dicionário Michaelis (online), “as partes ou os elementos de um edifício ou de um espaço urbano, tendo em vista a criação de **espaços agradáveis de vivência e experimentação. Conjunto de princípios, normas**, materiais e técnicas usados para o planejamento, o projeto, a especificação, a execução e a fiscalização de obras ou espaços arquitetônicos. **Disposição e organização de um conjunto geralmente harmônico**”. (grifos meus) Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arquitetura>. Acesso em: 13 set. 2020.

Crenshaw (2002, p. 12) diz que essa discriminação composta é um efeito combinado que transversaliza as mulheres, especificamente as mulheres negras. “Sofri muito preconceito pelo meu cabelo crespo e porque vivia desarrumada” (Margareth). Para além das discriminações que engendram os corpos das mulheres, elas ainda contam com a discriminação estrutural através de códigos e estereótipos que recaem sobre as mulheres negras, violências racialmente estruturadas sobre mulheres que estão economicamente marginalizadas sendo mais um eixo de subordinação. A ausência de possibilidades, desvantagens sociais e competitivas pela condição de ser negra/preta levam a mulher a viver dentro de limites a partir de diferenças localizadas socialmente e racialmente.

Para as mulheres negras não houve a possibilidade do privilégio de se manterem apenas nos espaços domésticos. Entenda-se privilégio não por considerá-los como lugar de proteção, que não é, mas de não necessitarem estar em espaços de vulnerabilidade como foi o trabalho escravo, a violação dos corpos para satisfazer a luxúria dos senhores de engenho, o espetáculo da exibição dos corpos em açoite.

Embora com uma abordagem linguística centrada no masculino, Fanon (2008) aponta que, perceber-se negro é se ver “objeto em meio a tantos objetos”. Compreendo como uma necessidade urgente entender como as vidas negras foram significadas para, a partir daí, insurgir, rebelar-se, perceber-se e fazer uma nova trajetória, identificando no passado o que deve ser repudiado. Para Lima (2017, p.71), “[...] a produção de uma vida saudável material e subjetiva nas mulheres negras (um bem viver) só é possível enfrentando a relação entre sofrimento e práticas discursivas racistas e sexistas”.

E o que é este sofrimento que ultrapassa as barreiras da dor física, do tiro alvejando o corpo alvo do companheiro, da carne sendo arrastada no asfalto, se batendo no chão e se esfacelando? Que sofrimento é este que bate cotidianamente nas portas das comunidades habitadas por gente preta, que faz chorar a mãe que teve seu filho tombado na sala de casa pela bala que invadiu a janela, exatamente na hora que ele assistia seu programa predileto? Qual é o sofrimento da mulher cujo horizonte centra no aqui e agora porque o amanhã pode não existir?

Dimensionar sofrimento só conseguimos fazer a partir daquilo que nós conhecemos, contudo podemos, pela vontade de fazer, conhecer algumas dessas realidades e, quando assim o fazemos, conseguimos refletir sobre como as dores das

peças a que foi negado o tal do bem viver invadem a totalidade do ser, entranham-se como lodo difícil de limpar.

Sobre os silêncios de mulheres, que lhes foram impostos e continuam sendo, Audre Lorde (2020, p. 52-53) questiona: “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. [...] Quais são as tiranias que você engole dia após dia e tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?”

O corpo, a cor, o fazer, o estar no mundo são fatores determinantes para nossa opressão. E além da própria existência material, as dimensões espirituais e afetivas relacionais impulsionam mulheres para a conformidade dos fatos ditos “normais”, “morais” e “naturais” podendo ratificar dores intransponíveis. A religião e a família são dimensões de considerável fardo nesta análise.

6 RELIGIÃO E FAMÍLIA – PELA “MORAL” PATRIARCAL

A minha história é: eu ainda apanho do meu marido, não sou feliz. Me lembro a última surra que ele mim deu, ele quase mim matava. Bate sem motivo nenhum e quando cheira parece que desconta a raiva dele em mim. Mas eu tenho fé em Deus que eu vou sair dessa situação. (Ivana).

Um número significativo de mulheres participantes da cartografia, como pontuado nas notas introdutórias, frequentam grupos religiosos de diversas igrejas, e a busca pelo curso de Serviço Social incide sobre o imaginário equivocado de que a formação profissional tem base epistolar e assistencialista caritativa. Esta percepção inicial é revelada logo no primeiro semestre do curso e ajuda a compreender o aprimoramento crítico reflexivo das alunas no decorrer da formação e o entendimento delas acerca das relações de gênero e, em especial, sobre a condição da mulher na estrutura produtiva/reprodutiva.

Embora as discussões sobre a temática sejam recorrentes em várias vias de conhecimento e de comunicação como escolas, mídia, mesmo que algumas instituições religiosas tenham promovido a abertura para o debate de gênero. Nos primeiros semestres de formação, observa-se comportamentos, condutas e narrativas conservadoras e/ou com tons de preconceito sempre referente à diversidade, sexualidade, movimento de mulheres (especialmente o feminista), e temáticas relacionadas ao racismo. Tais posturas são trabalhadas no percurso da formação, especialmente durante a cartografia com os círculos de diálogos, que provocam curiosidade e identificação de algumas participantes com situações pessoais que remetem a contextos de controle e violência.

No processo cartográfico, foi possível perceber o quanto as mulheres conservam ideias e comportamentos centrados em parâmetros de relação em que o homem detém o controle, decorrentes de vivências familiares e ratificadas por igrejas que confirmam o lugar de chefe de família ao homem. Nos diálogos sobre o papel da Igreja como instituição de controle, algumas mulheres foram contundentes em afirmar a Igreja com esse potencial de controle e que ratifica o domínio dos homens sobre suas vidas. Deste modo, a reflexão sobre Igrejas e religião precisa fazer parte deste

processo considerando e respeitando a posição e condição de outras mulheres e instituições religiosas que não fazem parte desta análise.

As relações familiares ocidentais foram gendradas pelo paradigma do colonizador, um modelo colonialista e ortodoxo que imprime a existência do dominador e do dominado/subordinado. Nesta configuração, encontram-se o pai (centro do poder), a mãe e os filhos (seus subordinados diretos), não esquecendo das pessoas que foram escravizadas e forçadas a fazer parte deste desenho como “peças” pertencentes às famílias, sendo a conjuntura escravagista determinante para a perpetuação da violência intragêneracializada. A padronização deste modelo familiar foi cunhada no cristianismo que aponta um conceito.

[...] bastante difundido, de que o lugar dos indivíduos estaria conformado a uma ordem divina. Deus teria determinado que a mulher, ao poder de gerar vidas, se mantivesse na casa, para o cuidado da família. Teoria conhecida como lei natural, acaba por submeter a mulher à reprodução. As que se manifestam contrárias, são advertidas a voltar ‘ao lugar onde Deus as queria’; ‘baixar os olhos, cobrir a cabeça e obedecer aos seus senhores’ (p. 15). Essa perpetuação misógina não se aplica tão-somente ao cristianismo. (DONEDA, 2018, p. 86).

Segundo Gebara (2017, *apud* DONEDA, 2018, p. 86), “a cultura de dominação do feminino faz parte de muitas outras religiões que delegam aos homens papéis de autoridade e mando”. Neste sentido, é importante considerar a religiosidade como fundante para compreender lugares de permanência de algumas mulheres. A igreja sendo um espaço em que umas ou outras recorrem para a prática “religio”, do latim, ou “religare” (para alguns etimologistas) de reverenciar ou unir-se com uma divindade que permita o alívio das dores da alma, do corpo, das situações angustiantes que vivenciam, possibilita um movimento de submissão decorrente do respeito a este ser supremo, que é conceituado e apresentado por homens e na figura de um homem.

A presença masculina na Igreja como autoridade materializa o discurso e a narrativa de que homens são provedores e responsáveis e as mulheres lhes devem obediência e respeito. Regras de conduta e comportamentos são ditados por concepções morais histórica e culturalmente masculinas, impondo limitações, obrigações e aceitação.

Sou uma mulher de 55, me casei aos 40 com um jovem de 20 anos (depois de muitas desilusões amorosas). A princípio, meu companheiro era muito dedicado, amoroso. Depois de algum tempo começou a apresentar mudanças no comportamento, tornou-se

extremamente ciumento e obsessivo. Sofri com os gritos, insultos, ameaças, desconfianças, acusações de traição. Fui violentada algumas vezes sexualmente e fisicamente. Cheguei a ficar hospitalizada. Meu agressor ameaçou a mim e toda a minha família, pensei em fugir, mas meu filho ainda com 7 anos, pensei melhor, suportei, me calei... Quase denuncio. Mas quando imaginava o que ele podia fazer comigo e família... desisti. Busquei ajuda espiritual. Firmei-me em Deus. Aguardei mudanças. Aprendi a conviver com a dor, hoje mais madura aprendi a filtrar algumas coisas, não sofro mais agressões físicas; depois de muitas conversas com ele, o vejo melhor. Vivo com ele até o dia que eu suportar. Não tenho coragem de deixá-lo, contudo aprendi a amá-lo. (Ana).

A autora da carta sinaliza para a busca espiritual decorrente do sofrimento provocado pela violência. Há uma perspectiva de mudança daquele que agride e posterior aceitação da situação porque a dor foi simbolicamente projetada como uma circunstância comum, “normal” na vida das mulheres. E ao falar em “desilusões amorosas”, a autora revela a importância dada a uma relação de amor fetichizada a partir do amor romântico. Percebe-se um movimento de adequação a uma determinada realidade que pode ser por medo, por acreditar que a mudança pode ocorrer e um conflito entre o “até quando suportar” (sem coragem de deixar) e “aprender” a amar.

Ana Cláudia Lemos Pacheco, em seu trabalho *Mulher negra, afetividade e solidão*²⁷ (2013, p. 337), aponta que um dos fatores “que conforma, agrega e orienta” as relações destas mulheres, “com o mundo e com seus parceiros afetivos” é a religião. Considerando-a como “uma concepção de mundo, um ethos”.

Um dado interessante entre as entrevistadas é que a maioria tem uma religião, o que não seria, a priori, um dado relevante, haja visto que na Bahia, todo mundo tem uma formação religiosa. Quando questionadas se tinham uma religião, à resposta era imediata: “tenho por formação”. No entanto, o que considere relevante em algumas trajetórias analisadas é que o fenômeno religioso está relacionado com a produção das subjetivações dessas mulheres, muitas delas ‘leem’ seu destino, amores e frustrações com os homens a partir de categorias acionadas no mundo religioso. Ou então, veem na religião um meio pelo qual os indivíduos estabelecem condutas, limites de comportamento sociais e afetivos. (PACHECO, 2013, p. 337).

²⁷ A autora entrevistou algumas mulheres negras em Salvador (BA) oriundas da zona rural e que descendem do “trabalho doméstico ou dos trabalhos manuais subalternos”, afirmando ser esta condição, uma das características da herança do sistema político colonial. O estudo concentra-se no entendimento acerca das relações que as mulheres negras estabelecem com suas afetividades e a solidão.

Os marcadores sociais de opressão exercem o poder disciplinar desde o primeiro espaço de socialização – a família - passando pelas escolas, igrejas, campos laborais. O trânsito por algumas instituições de controle que fazem parte destes espectros é o que faz a capacidade de domesticar os corpos e as “almas” – subjetividade. Em Foucault (2010, p. 133), “corpos dóceis são corpos maleáveis e moldáveis” “são corpos submissos e exercitados”. Fabricados pela disciplina “[...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010, p.79). Um limite dado ao corpo disciplinado por concepções de cunho religioso ideológico e fundamentalista, converte a fé em aprisionamento.

Dessa forma, a cultura e as religiões incapacitam mulheres e homens em seu exercício de autonomia, liberdade e poder de definir e explicitar saberes, perguntas, questionamentos e significados de suas experiências. A cultura e as religiões incapacitam, portanto, mulheres e homens do poder de definir suas próprias verdades a partir de suas experiências pessoais interconectadas com a de outras diferentes pessoas. (FELIX, 2010, p. 222).

Gebara (2017, *apud* DONEDA, 2018, p. 89) sinaliza que “há ainda muitas mulheres seduzidas pelas propostas pregadas nos templos [...] o que só reforça a dominação destes, e o poder sobre nossos corpos e nossa sexualidade.” Este reforço à dominação serve e se alia a estratégias políticas de manutenção do controle podendo “influir nos rumos e nas decisões históricas: está concentrado na capacidade de inferir junto às decisões de Estado, que se diz laico, mas suas bases são absolutamente repletas de referências religiosas, influenciando de forma significativa o rumo dos cidadãos”, suas vidas e existências.

Oliveira e Santos (2017), em pesquisa acerca da violência simbólica nos espaços congregacionais apontam para discursos doutrinários sutis que

[...] impõem diferenças entre o homem e a mulher, de maneira subjetiva. Sendo assim, a mulher passa a se sentir admirada por seu sacrifício, conduta, valores e posicionamentos diante do que lhe é imposto, ensinado e cobrado, anulando suas vontades, absorvendo e reproduzindo discursos que não são seus, confirmando a imagem da mulher submissa, resignada, idônea, “santa”, prudente e sábia. O que substancia tal conduta são as referências de mulheres das escrituras que marcaram a história cristã com sua fé e obediência como modelo ideal. Essa valorização do comportamento da mulher é aceita como um bem, um merecimento e corrobora com estratégias de dominação que a religião encontra para manter o “status quo” e dar continuidade ao poder nas mãos dos homens. Sendo assim, cabe salientar que os

modelos de comportamento instituídos às mulheres nas ditas “escrituras sagradas” são fruto da elaboração, escrita e discursos de homens que foram, historicamente, responsáveis pela condução das Igrejas [...]. (OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 205-206).

Diante do cenário de acirramento das desigualdades sociais tem crescido o número de famílias (principalmente as mulheres) adeptas de espaços religiosos com vertentes conservadoras. Tal situação dificulta educar as gerações contemporâneas sob uma perspectiva dos signos de liberdade, igualdade, autonomia e respeito aos pares, por comungarem de convicções religiosas apaixonadas e extremadas. Isso configura ideias sobrevaloradas e compromissadas com uma continuidade moral que garanta a permanência de tradições históricas conservadoras e de controle sobre o corpo e a alma das pessoas, principalmente das mulheres.

No cenário nacional, de acordo com o IBGE (2012), o número de pessoas que se autodeclaravam católicas reduziu em comparação ao aumento dos autodeclarados evangélicos:

A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8 %, evangélicos não determinados. [...] Em 30 anos, percentual de evangélicos passa de 6,6% para 22,2%. [...] Os evangélicos foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). (IBGE, 2012).

O aumento significativo de pessoas que buscam a igreja se dá à proporção que as carências econômicas e sociais vão se agravando. A fragilidade da crítica social tende à reprodução de discursos cisheteropatriarcais²⁸, que subjagam, oprimem e ratificam a subordinação das mulheres. É possível verificar este aumento ao transitar pelos bairros onde se concentra a população mais vulnerável economicamente, um número expressivo de igrejas de portas abertas chamando os ditos “desvalidos

²⁸ Confluência entre os conceitos de heterossexualidade, cisgeneridade e patriarcado. Consiste no sistema de classificação política baseado na heterossexualidade como padrão de normalidade cuja identidade de gênero masculina corresponde à designação do sexo masculino atribuída no nascimento e que comungam de concepções socioculturais baseadas no patriarcado.

sociais²⁹”, para cada quarteirão pelo menos uma ou duas igrejas se abrem. Nos bairros de classe média e alta, percebe-se a presença dos grandes templos religiosos, estruturas gigantescas e luxuosas, cujo público majoritário é de pessoas carentes que fazem filas nos pontos de ônibus para retornarem para suas casas, em pleno domingo, sol a pino.

Igrejas conservadoras tendem a permanecer com estruturas patriarcais aliadas às lógicas capitalista e política que operam na manutenção da base da pirâmide socioeconômica, e para tal o controle ideológico deve ser mantido. Assim como a família, a igreja reproduz conceitos e comportamentos que reverberam no espectro comunitário e familiar. É esta instituição³⁰ que entra nos espaços domésticos como mediadora dos conflitos familiares, pessoais, relacionais, invadindo rádios e redes de televisão aberta, “domando”, “colonizando”, catequizando pessoas sob o jugo do patriarcado. Sendo assim, caracteriza-se como um forte instrumento que pode viabilizar a permanência da mulher no ciclo de violências e silenciamentos que culminam com o adoecimento.

Os sistemas religiosos contribuem para a violência contra as mulheres ao afirmarem sua submissão e secundariedade. A linguagem simbólica ritualizada tem um grande poder de impor-se como norma, como regra, legitimando comportamentos. Se a religião afirma a submissão, a obediência e a responsabilidade feminina pela manutenção do lar, ela afirma também a legitimidade da violência contra as mulheres. (SOUZA; OSHIRO, 2018, p. 12).

A crítica não se faz à religião nem à fé congregada pelos fiéis, mas, à forma como algumas Igrejas (instituição) têm operado segundo interesse (social, econômico e político) de manutenção do estado das coisas e sobre a vida das mulheres.

A ausência de uma dimensão crítica reflexiva do mundo e das coisas, inviabiliza no sujeito uma autorreflexão das inferências da Igreja sobre suas vidas. Uma das razões se sustenta em tradições pautadas na conservação do padrão nuclear de família (modelo pai, mãe e filhos) a qualquer preço. Nesses espaços, a mulheres permanecem no lugar comum da submissão ao homem e da responsável moral pela

²⁹ Pessoas destituídas de qualquer condição de sobrevivência, por questões financeiras, adoecimento, dores da alma, luto, desesperança.

³⁰ Por instituição compreendo o conjunto de pessoas que operacionalizam um modelo de intervenção cujo objetivo é a manutenção de um processo de servidão pautado no controle ideológico, um mecanismo que mexe nas estruturas subjetivas dos sujeitos, tornando-os meros seres alienados que reproduzem o discurso de seus representantes religiosos. E estes operam politicamente para a manutenção do poder econômico e político nas mãos de seus pares.

manutenção do núcleo familiar. Descolonizar esses afetos que são constituídos da ligação com o sagrado é, portanto, processual e, mesmo decorridos alguns séculos, os parâmetros permanecem.

Um número expressivo de mulheres retorna aos centros religiosos, colocando as práticas religiosas no seu dia a dia como forma de acalmar suas frustrações e sofrimentos diários, advindos das diversas ausências: relacionais, sociais, econômicas, educacionais/culturais. Contudo, sabe-se que algumas vertentes religiosas seguem uma linha conservadora quando se fala de casamento e da condição de submissão das mulheres aos seus companheiros. Sobre a constituição de família, paira a fantasia de união perfeita e algumas meninas, jovens e adolescentes, conservam a noção de plenitude e eternização do amor, corroborado por sermões de líderes religiosos sobre casamento e família. Sobre isto, o trecho da carta de Leontina³¹ revela:

Tive uma grande surpresa ao me casar com um homem evangélico, agressão psicológica. Ele chegava em casa estressado, batia as coisas descontava em mim o que acontecia na rua, e quando não gostava de algo me olhava com um olhar ameaçador que parecia estar se preparando para me bater ou algo mais, era tipo isso, eu tinha muito medo, o meu coração só faltava pular pra fora. Mas percebi que precisava reagir e não demonstrar o medo. Tinha noites de sonhar com ele me agredindo. Foi quando comecei a escutar na sala de aula sobre violência e identifiquei que era violência psicológica, reagi e tomei coragem de enfrentar, sabia que estava perdida e só me restava lutar. (Leontina).

Entre grupos mais conservadores o ideário patriarcal é reificado “[...] ao atribuir a autoridade ao homem como delegado por Deus, o discurso de dominação passa a ser visto como algo naturalizado” (OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 205) contribuindo para a construção de relações assimétricas.

O que substancia tal conduta são as referências de mulheres das escrituras que marcaram a história cristã com sua fé e obediência como modelo ideal. Essa valorização do comportamento da mulher é aceita como um bem, um merecimento e corrobora como estratégias de dominação que a religião encontra para manter o “status quo” e dar continuidade ao poder nas mãos dos homens. (OLIVEIRA; SANTOS, 2016, p. 206).

³¹ Durante as atividades da cartografia a remetente desta carta recebeu o diagnóstico de câncer de mama e dois semestres depois veio a óbito.

Apesar do relato de Leontina sugerir estranhamento no comportamento agressor do companheiro por ser evangélico, o trânsito por espaços conservadores não foi suficiente para se curvar à subordinação na relação com o parceiro. Embora restritos, os movimentos³² de mulheres evangélicas e católicas têm contribuído na difusão da perspectiva de gênero nos grupos religiosos e despertado para estas assimetrias relacionais.

O campo simbólico do homem cristão como parceiro ideal, bom marido, contribui para a desmobilização das mulheres religiosas no sentido de promover no espaço da igreja discussões políticas referentes à violência e à possibilidade de um processo de empoderamento³³, impedindo que mulheres identifiquem as diversas formas de violência nas suas relações de matrimônio e sociais.

Sardenberg (2015) em trabalho sobre a interface entre gênero, religião e empoderamento em mulheres do subúrbio ferroviário, aponta que apesar da crescente representação de mulheres nos espaços religiosos em funções de liderança, isso não significa que estejam afinadas com a percepção de empoderamento circunscrito pelos ideais feministas. Percebe-se um maior engajamento nas tarefas e atividades voltadas à Igreja, contudo, no espaço público e de representação política, preservam os parâmetros das estruturas patriarcais. Ainda permanece “a ausência de iniciativas no sentido de ações coletivas em prol de transformações no campo dos direitos civis, sociais ou políticos em benefício das mulheres, ou seja, no combate às relações de gênero patriarcais” (SARDENBERG, 2015, p. 11).

A violência contra as mulheres é o resultado de um mecanismo de subordinação, opressão e exploração rotineiro que incide sobre a subjetividade, tornando-a imperceptível para aquelas que sofrem, e ignorada por outras/os dos

³²Evangélicas pela igualdade de gênero (EIG), Católicas pelo direito de decidir.

³³ Utilizo como definição para empoderamento a “[...] postura de enfrentamento da opressão para eliminação da situação injusta e equalização de existências em sociedade” (BERTH, 2019, p. 19) e a argumentação de Cecília Sardenberg (2006) que o processo de empoderamento tem uma confluência de dimensões que se interconectam: recursos, agência e realizações. Sardenberg pondera acerca da definição apresentada por Nelly Stromquist (2002; 1995, p.232) que no processo de empoderamento interconectam 4 dimensões que são “[...] a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente)”. Percebe-se, portanto, que o processo de empoderamento é como “espiral” (analogia utilizada pela autora para figurar o movimento) que compreende um movimento individual mobilizando dimensões coletivas e vice-versa, entendendo que para iniciar esse processo é necessário que alguém ou alguma instituição faça o movimento de provocação, de instabilização dos “eus” “desempoderados”.

círculos familiares e sociais mais próximos. Igreja e família dão conta de adequar/socializar o indivíduo aos parâmetros patriarcais da sociedade.

O relato descrito por Ana Maria, a seguir, apresenta uma série de estratégias comuns em casos de violência que iniciam no espaço doméstico e são ocultados por instituições religiosas: desacreditar a vítima, culpabilizá-la, promover aproximação por identificação (dizer que parece com alguém querida), carência e dependência econômica, sentimento de gratidão, medo, influência religiosa.

As estatísticas dizem que crianças que sofrem abuso têm uma chance maior de sofrê-los na convivência familiar, e não foi diferente comigo.

O marido da minha tia violou a minha inocência, quando eu tinha por volta de 11 anos. Tudo começou com excesso de carinho, abraços, beijos, e de repente... a língua. Um dia falei a minha mãe que eu não gostava que meu tio ficasse me abraçando toda hora... Ela disse que eu era estranha, que não gostava de receber carinho. Eu já tinha fama de antissocial, e ele ajudava a reforçar essa fama entre a família, sempre que podia. Então eu acreditei que talvez a culpa fosse minha.

Quando ele me olhava com aquele olhar de posse, eu já sabia que era a hora dele me tocar, e ele dizia que eu lembrava muito a minha tia quando era mais nova, então meu corpo, ainda em desenvolvimento era usado e tocado como ele bem entendia... A sensação era que nada no meu corpo era mais meu, ele tomou para si.

Enquanto a criança se transformava em mulher, um homem de mais de quarenta anos queria estar lá, para forçar essa transformação a se acelerar. Uma, duas, três... sinceramente, não lembro. Só sei que toda vez que eu ia na mercearia dele, algo iria acontecer.

Minha família era a mais pobre da família da minha mãe. Ele tinha uma mercearia perto da nossa casa. Ele era bom, ajudava. Dava presentes, comida. Ele era bom, todo mundo dizia. Não me sentia no direito de contestar.

E se eu aceitava os presentes, então, eu deveria concordar com tudo...

Depois de um tempo, ele fez uma cirurgia, minha mãe pediu que eu levasse uma comida para ele.

Quando cheguei de canto na porta, ele mandou eu entrar - ele tinha aquele mesmo olhar. Não tinha ninguém por perto, eu joguei a marmitta no chão e corri para casa. A mercearia me garantia que nada de pior iria acontecer,

apesar das vezes que ele me colocou no colo, e fez meu corpo acariciar seu pênis ereto.

Quando me vi naquela casa sozinha com ele, sabia que precisava correr. Depois de algum tempo, eu estava sozinha em casa, bateram na porta. Quando abri, era ele. Só me lembro do medo. Segurou a porta e disse que não precisava fechar, que ele não ia demorar. Que ele tinha conversado com Deus, pedido perdão, e que foi lá para me pedir perdão também.

(Éramos todos cristãos. Uma família tradicional evangélica, como muitas outras)

Ele foi embora, e por anos nunca mais falamos nisso.

Mas durante muito tempo na minha adolescência eu chorava no banho, me sentindo suja. **O perdão que ele me pediu nunca me limpou.**

A igreja que nós íamos tinha um costume de em um certo contexto mandar cartas para algumas pessoas. Eu ainda era adolescente nessa época, e mandei uma carta para ele, junto com outras cartas que pessoas da minha casa mandaram para ele também. Na minha carta eu contava o quanto sofri, e o quanto ele era culpado pelo mal que me causou, e que não acreditava. Que mesmo que Deus o perdoasse, eu não iria.

Mas a carta nunca chegou. Alguém leu e decidiu não entregar.

Aquilo continuou me corroendo, e meu único refúgio era a igreja.

Procurei uma pessoa que eu confiava na igreja e contei. Essa pessoa contou para outra, que contou para outras, até chegar ao pastor principal.

Depois de muito tempo ansiosa, esperando para saber o que a igreja decidiria por mim... Eles mandaram eu esquecer aquilo.

O marido da minha tia, assim como quase todo mundo na minha família, era um líder na igreja.

O pastor, que dizia nos cultos que iria "capar o cabra que se aproveitasse de criança" protegeu o marido da minha tia. Ninguém me protegeu.

Algum tempo depois, eu terminei a escola... Estudiosa, terminei aos 16 anos, mas não consegui emprego. Aos 18 anos, minha mãe falou que conseguiu uma vaga para mim. Eu ia trabalhar em uma loja, cujo marido da minha tia era o gerente.

Ele passava a mão em mim atrás do balcão e começou a forçar novamente situações, até que comentários surgiram.

Eu pedi demissão.

Mas eu aceitei aquele trabalho... Mesmo sabendo que ele estaria lá. Então, eu não podia reclamar, pensei.

Me coloquei naquela situação... Mesmo não sendo mais criança, me calei novamente.

Pouco tempo depois, surgiu um escândalo na família. O marido da minha tia a traiu.

Não era a primeira vez.

Sempre fez parte do hábito desse líder cristão. Assim como fazia parte do ritual o perdão da minha tia.

O mesmo perdão que ele foi buscar de mim, anos atrás.

De lá pra cá, eles seguem o ciclo... O casamento cristão não pode acabar. Deus uniu.

Vejo minhas primas postando textos sobre a família feliz, o pai exemplar.

Hoje ele tem duas netas. Fico pensando se ele não faria o mesmo com elas... Caso elas o lembrem, a minha tia, assim como ele, dizia que eu lembrava para me sentir menos responsável pelo que fazia comigo.

Fico pensando se ele fez o mesmo com minhas irmãs.

Não sei... Provavelmente, nunca vou saber.

Na verdade, acho que eu não quero saber.

Eu era a mais velha. Se eu tivesse falado, provavelmente nunca teria dado a chance dele repetir o mesmo, pelo menos não com elas.

Hoje eu tenho 32 anos.

Eu sinto raiva por escrever essa carta chorando.

Após 20 anos, não deveria doer... Eu devia ter superado.

Mas acho que nunca se supera completamente.

Os fantasmas me assombram às vezes. Tenho vontade de desmascarar a hipocrisia de mais um cristão exemplar. Mas não quero trazer essa culpa para minha mãe, ou trazer essa ruptura para a família.

Eu já sou a antissocial, a não evangélica, a lésbica.

Não acreditaram em mim quando eu era a menina evangélica... Não vejo porque seria diferente agora.

Ninguém me protegeu quando era criança, ninguém me protegeu quando eu era adolescente...

Agora, mulher feita, por que eu haveria de esperar proteção?!

(Ana Maria)

A leitura da carta de Ana Maria provoca uma confusão de sentimentos e sensações: nojo, indignação, raiva. No relato, percebe-se o método para a efetivação

do abuso, o agressor se utiliza da relação de confiança da família e a seriedade da vinculação religiosa para atentar contra a dignidade sexual da criança utilizando da indução da vontade: presentear, ofertar ajuda para vítima e/ou familiares. Além da clara presença da relação de poder econômico e simbólico (por se tratar de um “homem de Deus”).

O abuso sexual é considerado qualquer contato existente entre uma criança ou adolescente com uma pessoa que seja psicosssexualmente mais desenvolvido que elas e que as utilizem para satisfação sexual (AZEVEDO; GUERRA, 2007). Podem ocorrer através de carícias/toques, apresentação de pornografias, penetração, sexo oral, palavras obscenas. Os dados do Disque 100 relativo ao ano de 2019 apontam 4225 registros de denúncias de abuso sexual em crianças no Brasil.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021, p. 6) apontam que “a grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80% do total. [...] um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente”. Os dados revelam como as relações são constituídas reforçando o lugar secundário da criança, das mulheres e, para além dos dados, de todas as pessoas historicamente consideradas minorias sociais. O relato de Ana Maria aponta para a necessidade de ter atenção ao que as meninas falam, não negligenciando seus gostos e reatividade a algumas situações a elas impostas (abraçar, beijar, ficar com alguma pessoa, ser carregada), pois estes são alguns mecanismos utilizados na abordagem de abuso.

Ana Maria demonstra na sua carta culpa, medo e raiva, sentimentos que conserva até os dias atuais, demonstrando sofrimento pela lembrança e pelo próprio corpo invadido. A lembrança reaviva uma dor que nunca vai cessar. Para quem não sofreu este tipo de abuso jamais entenderá o sentimento de invasão perene de essências sagradas (corpo, desejo, tempo). Reelaborar este corpo, seus desejos em um novo tempo estavam fora da rota de vida destas meninas e termina por repercutir na vida adulta, nas futuras relações. Carência financeira, subordinação de mulheres, vivência racial se interseccionam neste caso. A pobreza que clama por comida autoriza a posse do que não pode ser posse, fato que explica, em certos casos, a omissão de muitas famílias mas que não pode explicar a hipocrisia da igreja.

As estruturas sociais negligenciam a experiência da violência que permanecem adoecendo as mulheres, promovendo uma autorrepresentação negativa, criando vias

para processos sérios de depressão e adoecimento psíquico porque, muito cedo, as mulheres internalizam sentimento de culpa e medo. Desde a infância são forçadas por narrativas que imprimem os sentimentos de medo e de culpa que podem ser compreendidos como as primeiras formas de controle das mulheres (OLIVEIRA, 2017).

Desta forma, as estruturas se perpetuam e as mulheres tendem a silenciar sobre os acontecimentos de violência em suas vidas, nas de suas filhas e irmãs. Paralisadas, tornam-se incapazes de esboçar reações divergentes ao que lhes é imposto, a submissão.

No encontro onde discutimos a influência da religião nos padrões comportamentais, além das vertentes evangélica e católica, e embora não registrado por cartas, as religiões de matrizes africanas também foram citadas como reprodutoras de padrões conservadores. Um dos relatos feitos nos encontros fomentou o artigo “A heteronormatividade no candomblé – uma realidade e um debate necessário”, produzido por participante da cartografia, revela alguns procedimentos dentro dos terreiros que apenas mulheres podem executar: a criação dos iniciados, alimentar e ensinar as rezas. “Outro aspecto evidenciado foi que alguns homens não aceitam receber entidades femininas, pois, sentem-se envergonhados por conta das indumentárias” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 17) e trejeitos eminentemente femininos.

O traçado cartográfico associou a discussão sobre formação sociohistórica e cultural a questões relativas a padrões conservadores doutrinários e família. Sendo a violência contra a mulher um fenômeno que tem início nos espaços domésticos, a partir da primeira infância, e ainda meninas, as mulheres sofrem os impactos da agressão. É necessário aprofundar a discussão sobre família e o contexto da violência, bem como apresentar os últimos dados sobre violência contra as mulheres.

A Tabela 5 demonstra as ocorrências de violência contra as mulheres, no âmbito doméstico e familiar, nos anos de 2019 e 2020 (jan. a ago.), na Bahia. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), o total de ligações ao 190 registradas sob a natureza de violência doméstica no Brasil só no 1º semestre teve uma variação de 3,8 pontos percentuais saindo de 142.005 ocorrências em 2019 para 147.379 em 2020, já no contexto da pandemia pelo Covid 19.

Os dados indicam o grau de vulnerabilidade em que as mulheres se encontram. Diante do panorama de saúde pública e a necessidade de isolamento social, estar nos espaços domésticos significa correr maior risco de violência ou mesmo de morte.

Tabela 4: Registros de ocorrências policiais no Estado da Bahia (Lei Maria da Penha: ago. 2019 - ago. 2020)

| BAHIA | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|--------|--------|-----------|------|---------|------|---------------------|------|---------|-------|-----------------------|-------|--------------------------|------|
| Mês | AMEACA | | DIFAMACAO | | ESTUPRO | | IMPORTUNACAO SEXUAL | | INJURIA | | LESAO CORPORAL DOLOSA | | TENTATIVA DE FEMINICÍDIO | |
| | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 | 2020 |
| JANEIRO | 1.984 | 1.638 | 108 | 108 | 33 | 43 | 1 | 10 | 717 | 429 | 1.095 | 1.102 | 13 | 13 |
| FEVEREIRO | 1.738 | 1.597 | 73 | 91 | 40 | 34 | 3 | 6 | 637 | 452 | 1.034 | 1.072 | 17 | 13 |
| MARÇO | 2.009 | 1.406 | 101 | 72 | 35 | 34 | 3 | 4 | 776 | 396 | 1.123 | 931 | 10 | 14 |
| ABRIL | 1.807 | 1.145 | 96 | 56 | 27 | 20 | 1 | 1 | 602 | 276 | 961 | 815 | 24 | 10 |
| MAIO | 1.713 | 1.311 | 95 | 52 | 27 | 15 | 3 | 2 | 641 | 413 | 911 | 784 | 13 | 8 |
| JUNHO | 1.438 | 1.286 | 83 | 66 | 27 | 18 | 8 | 1 | 513 | 431 | 926 | 739 | 19 | 12 |
| JULHO | 1.593 | 1.237 | 89 | 57 | 31 | 12 | 4 | 1 | 593 | 410 | 832 | 725 | 18 | 12 |
| AGOSTO | 1.656 | 1.194 | 88 | 57 | 32 | 20 | 3 | 2 | 637 | 473 | 947 | 702 | 11 | 8 |
| TOTAL | 13.938 | 10.814 | 733 | 559 | 252 | 196 | 26 | 27 | 5.116 | 3.280 | 7.829 | 6.870 | 125 | 90 |

Fontes: CDEP/ SGE.

Embora os registros de ocorrências policiais na Bahia tenham tido pequena queda nos primeiros meses da pandemia, os dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), apontam aumento de 14,1% no número de denúncias pelo Ligue 180 (referência dos primeiros quatro meses de 2020 em relação a 2019). A divergência das informações entre registro policial e denúncia pelo 180 pode ser interpretado pelo próprio isolamento social e a impossibilidade de acesso a alguns serviços, decorrentes do *lockdown*.

Dentro dos espaços domésticos e familiares, as mulheres experenciam, em primeira mão, dores e sofrimentos decorrentes da sua condição de gênero como filhas, esposas, mães, avós, sempre uma condição de subjugação determinante para as mulheres.

Ser filha, esposa e mãe são as primeiras categorias simbólicas e representativas da trajetória das mulheres e são ideologicamente construídas no âmbito familiar, onde também, são forjados o medo e a culpa, subordinação e opressão. O medo é impresso como mecanismo para enfraquecer o poder que supõe ter, e a culpa para o arrependimento e não repetição de atos de liberdade que lhes são devidos.

6.1 FAMÍLIA: UMA ROTA CRÍTICA

Hoje acordei cansada de ser forte, em consequência dos sérios problema familiares ao qual me deparo no momento, com medo e insegura me sentido sozinha, sem saber o que fazer nem pra onde ir. Convivo com alguém que me sinto a pior das pessoas. Sua frieza e desprezo faz com que eu adoça, sou obrigada a conviver com essa situação, até quando não sei. Vivo dia após dia, amanheço e anoiteço e os dias parecem os mesmos, não sei mais o que fazer e o que pensar; faço minhas orações, tenho muita fé. Fico na esperança de que dias melhores virão. Tá difícil! Choro muito, estou muito sensível, já não estou mais conseguindo disfarçar, fingir que está tudo bem quando na verdade não tá. (Lígia).

A carta de Lígia revela uma situação de sofrimento emocional que tem impactado na saúde psicológica. Percebe-se sinais de carência emocional quando fala de “frieza e desprezo”. A família que historicamente foi concebida como lugar de atenção e proteção, também reflete o desprezo, culminando em sofrimento emocional/psicológico.

O circuito da violência percorrido pelas mulheres vai do vazio de um relacionamento sem trocas, danos emocionais e psicológicos, a todas as demais formas de violência que já conhecemos. O vazio pontuado no relato de Lígia imprime solidão, sofrimento, obrigatoriedade de permanecer em uma relação fracassada e a fé que permite acreditar que algo de bom vai acontecer. Há de se pensar se a entrega à fé não tem conduzido mulheres a situações de mais violência, aceitando-as como destino.

Nos encontros cartográficos, relatos e cartas, as mulheres apresentaram a família como um espaço de vivência de dores. Esta rota crítica que inicia na infância foi desenhada nos encontros.

6.2 MENINA OU MULHER – VIVÊNCIAS DE DORES

Os estigmas que envolvem o nascimento de uma filha acontecem na confirmação gestacional. No “[...] nascimento: a menina é menos desejada. Anunciar “É um menino” é mais glorioso do que dizer: “É uma menina” (PERROT, 2013, p. 42). Quando nascem, as meninas são criadas para a perpetuação do cuidado dos irmãos, pais e/ou avós. Em muitos casos, principalmente considerando um recorte sociorracial nacional, as meninas são constituídas para este papel – perpetuar o lugar de cuidadoras. Se não, em sua casa ou na casa de outras mulheres. Desde muito cedo

as meninas são “domesticadas”, ficam “[...] um curto espaço de tempo na escola, [...] porque, desde meninas, seu ‘objetivo’ é ajudar nas tarefas domésticas” (TAVARES, 2010, p. 127), se preparar para o casamento. Ou quando não, “a menina passa a realizar as rotineiras obrigações domésticas numa casa que não é a sua [...] aonde muitas vezes vem a residir, cujos serviços podem ser remunerados sob a forma de gêneros alimentícios, repassados à mãe” (TAVARES, 2010, p. 129).

As filhas devem obediência, devem se comportar, devem calar, ser protegidas e defendidas pela figura masculina (pai, irmãos, primos, tios). Embora se discuta este modelo de educação familiar, centrado no controle dos homens, alguns grupos familiares conservam estes padrões.

Vou contar uma coisa que me envergonha. Quando criança meu pai esperava eu e minhas irmãs irem para o quarto para nos “buli”, ele me tocava nos seios quando ainda estava nascendo, tocava na minha vagina. Eu ficava quieta com medo, tinha muito medo dele, sempre foi um pai muito opressor sem dar carinho e atenção aos filhos. Foi então que na minha adolescência me entreguei ao meu namorado, que é o pai de minhas duas filhas, para sair de casa. Casei com 15 anos. Aí foi pior ainda, sem estabilidade nenhuma começou as cobranças dele: ciúmes e exigindo que eu fizesse comida para ele, lavasse as roupas e me forçava manter relações sexuais com ele. Só tinha 15 anos e aprendi naquela época que os homens que deveriam cuidar de mim: me maltrataram, foram me matando aos poucos. (Sheila).

O medo é um mecanismo capaz de traçar os primeiros caminhos de violência na vida das meninas e mulheres. Segundo a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) (BRASIL, 2021), são características do abuso sexual contra crianças: o abuso de poder no sentido de satisfação de desejos do agressor; a existência do “elo de confiança e responsabilidade”; a violência psicológica mediante coação; imposição do silêncio para que a vítima não revele o abuso. A vivência com medo e submissão inicia desde tenra idade. São muitos os casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, devendo ser considerados os casos que não são denunciados e ficam como segredo de família para o resto das vidas das crianças e de todos que direta ou indiretamente estão envolvidas como: vítimas, abusadores, testemunhas e/ou cúmplices do abuso.

De acordo com a SNDCA, no ano de 2018 foram registradas 116.947 denúncias no Disque 100 de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Tabela 5: Perfil das vítimas – Sexo/Faixa etária/Cor-Raça

| Sexo | % | TOTAL |
|---------------------|----------|----------------|
| Feminino | 48,16 | 56.327 |
| Masculino | 40,24 | 47.055 |
| Não informado | 11,60 | 13.565 |
| Total | | 116.947 |
| Faixa etária | | |
| Não Informado | 10,13 | 11.844 |
| Nascituro | 0,24 | 284 |
| Recém-nascido | 0,83 | 975 |
| 0 a 3 anos | 17,84 | 20.868 |
| 4 a 7 anos | 21,48 | 25.126 |
| 8 a 11 anos | 20,10 | 23.501 |
| 12 a 14 anos | 17,44 | 20.393 |
| 15 a 17 anos | 11,93 | 13.956 |
| Cor / Raça | | |
| Amarela | 0,74 | 863 |
| Branca | 29,50 | 34.501 |
| Indígena | 0,37 | 428 |
| Não informado | 29,27 | 34.229 |
| Parda | 32,21 | 37.664 |
| Preta | 7,92 | 9.262 |
| Total | | 116.947 |

Fonte: Adaptação de Balanço Geral Disque 100. Criança e Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019).

Os dados ratificam o padrão imposto pelo jugo do patriarcado, no qual as maiores vítimas são as meninas com um percentual significativo de 40,39% de vítimas entre a faixa etária de 0 a 11 anos de idade, demonstrando as artimanhas do mecanismo de silenciamento imposto às meninas e mulheres. Das vítimas, 40,13% são negras, demonstrando o patamar de vulnerabilidade em que as meninas e mulheres negras se encontram com relação à segurança, bem-estar, liberdade, autonomia e saúde mental porque a violação, o abuso sexual, a violência que atinge as mulheres desde tenra idade, perduram por toda a vida.

A seguir, apresento a primeira carta que recebi e, tal como as anteriores, remete à violência contra meninas onde os sentimentos de medo, insegurança, dúvidas são presentes. As informações coadunam com várias reflexões realizadas no processo cartográfico quando dialogávamos sobre o poder do pai, o silenciamento imposto às

mães, a formação das famílias e a submissão dos membros da família à figura de homens.

Ao relatar que minha mãe sofreu violência doméstica, que eu e minhas irmãs também estávamos neste contexto e que eu sofri uma tentativa de abuso sexual na infância, com um pseudo “tio” “acumunado” por um primo que o levou até o quarto onde eu dormia, algumas mulheres ao final do encontro, abraçavam-me e ao ouvido relatavam que também sofreram abuso na infância. O medo de falar é sentimento inato, não sabemos explicar. Minha mãe, pai, irmãs, marido, filha e filho, sobrinhas, nunca souberam disto. Eu nunca disse. Até agora. Se lerem estas páginas, ficarão sabendo. O silêncio, para mim, é uma tentativa de esquecer.

CARTA 1

Algumas pessoas me perguntam se eu sou feliz e eu sorrio, sorrio tão sinceramente quanto posso e quanto eu consigo. Sorrio por saber que a mesma pessoa que me faz a pergunta é a mesma que talvez não queira ouvir a resposta. Sorrio com dentes alinhados em perfeita postura, que até eu mesma sou capaz de acreditar naquele sorriso travesso seguido de um ‘Sim, eu sou feliz’. Pergunto-me se a mesma pessoa que me pergunta pudesse ver o que vejo e sentir o que sinto e se essa mesma pessoa fosse capaz de penetrar em minha mente e voltar aquele dia. Ah.... aquele dia, aquele maldito dia. Eu me chamo Rosa³⁴ e essa é a minha história. Não se assuste caso descubra que na verdade eu não sou feliz e meu sorriso talvez não seja tão alinhado assim.

Eu tinha cinco anos, estava na casa da minha avó. Lembro-me que eu era tão solitária e me apegava a coisas tão solitárias quanto eu. Era uma casa grande, construída pelo meu avô. Tinha muitos cômodos e poucos móveis e isso gerava um grande eco em cada corredor e lembro-me tão bem de me por no meio da sala e gritar um “Olá!” e a casa ironicamente responder de volta, seguida de vários “olá...olá...olá.” Então, naquele dia eu descobri que minha única amiga era a casa, era a única que me respondia no mesmo tom que eu emitia. Era tão diferente dos gritos que a minha mãe me dava ou do barulho do cinto cravando em minhas costas. Lembro-me bem do meu pai chegar aquele dia, ah... aquele maldito dia... Ele estava sorridente e feliz, parecia ter feito algo de produtivo porque ele raramente sorria e eu estava feliz por vê-lo sorrir, porque sempre que

³⁴Nome fictício.

ele sorria significava que eu não iria apanhar, e nem a mamãe. Então aquele dia seria feliz.

Eram 11:32 da manhã, lembro-me tão bem desse horário, pois foi quando tudo começou. A vovó me disse que iria na feira junto a mamãe e que eu me comportasse pois iria ficar com o papai e eu não podia estressá-lo. Eu balancei a cabeça e consenti, tão baixo que meu sussurro se misturou com a brisa que entrava pela janela. Então elas saíram, voltariam logo e tudo ficaria bem. Eu seria boazinha e tudo daria certo, mas não, não deu.

Eu vestia um lindo vestido rosa, tinha flores estampadas nele. Calçava um chinelo que mal dava no meu pequeno pé, porque tudo o que eu tinha já tinha sido de um outro alguém. Eu brincava com uma velha boneca de pano, tão surrada e suja, mas eu a amava tanto!! Então o papai me chamou e eu corri até ele, eu não queria irritá-lo. Os meus pés pequeninos batiam contra o chão o que me fez lembrar de quando a mamãe andava em cima daqueles saltos altos e bonitos.

O papai estava sorridente e me deu um abraço apertado, tão apertado que mal consegui respirar. Ele disse que me amava e que eu era a sua garotinha, disse que meu vestido era lindo e que eu estava me tornando uma linda mocinha. Às vezes eu tinha medo do papai, mas naquele dia ele parecia tão feliz... ele disse para eu ir ao meu quarto e tirei o vestido, era hora do meu banho. Então lá fui eu. Feliz, sorridente e com a boneca no colo. Os pezinhos frios correndo pelos corredores em seguida ao banheiro.

O papai estava lá e eu já estava sem roupa, então ele deu um sorriso largo e frouxo, um sorriso tão bonito e sincero. Eu entrei na banheira, eu disse ao papai que não queria tomar banho na banheira, era tão velha e suja e eu tinha medo de me afogar, mas o papai ignorou e disse que ficaria tudo bem. Então ele tirou a sua roupa e eu pensei: “A mamãe não faz isso. Por que o papai está fazendo?” Ele entrou na banheira e estava tão perto de mim que pude sentir o seu hálito de bebida. Eu abraçava forte a minha boneca e não queria mais tomar banho. Tentei levantar, mas o papai não deixou. Eu queria chorar, mas não conseguia. Eu rezei baixinho para que a vovó e a mamãe chegassem logo, mas elas não chegaram.

O papai passou a mão no meu pequeno corpo enquanto sorria e dizia que tudo bem e que ele só estava me dando banho, mas tinha algo errado, algo no seu sorriso me assustava; não era mais um sorriso bonito e feliz, eu estava assustada e só me dei conta disso quando o meu xixi se misturou a água fria daquela banheira suja. Papai disse que eu era tão linda e seria uma bela mulher. Então ele desceu a mão, tão baixo que senti meus pelos arrepiarem, não sabia

o que o papai estava fazendo, mas não parecia certo. Ele me acariciou e eu fechei os olhos, abracei tão forte a minha boneca que as minhas mãozinhas ficaram avermelhadas depois.

O papai pediu para que eu levantasse e ficasse em pé, respirei aliviada porque seria o momento do banho acabar, eu iria para o meu quarto esperar a mamãe e a vovó, mas não, o papai não me deixou ir. Eu lembro de olhá-lo dos pés a cabeça e aquele.... eu não sabia bem o nome, mas aquilo que o diferenciava das mocinhas. Estava tão alto, parecia duro, é....., duro. Eu não sabia o que significava aquilo, estava tão assustada... O papai me mandou deitar no tapete daquele chão sujo, daquele banheiro frio e eu disse baixinho que não queria. "Papai, estou com frio. Posso me vestir, por favor." E ele disse um curto e frio "Não, você não pode". Então naquele momento eu me permitir chorar, chorar feito a criança de cinco anos que eu era. O papai ficou irritado, me mandou calar a boca e em seguida me deu um tapa, tão forte que os meus pequenos ouvidos fizeram um curto eco e pensei que talvez aquilo fosse a casa me respondendo alguma coisa.

Eu estava no chão, da minha pequena boca descia um filete de sangue. A minha boneca ainda estava aos meus braços, tão presa a mim que eu não saberia se um dia ela sairia dali. O papai ajoelhou, me virou de barriga para baixo e lentamente colocou aquela coisa cujo nome eu não sabia, dentro de mim, foi quando a boneca caiu no chão, ao meu lado. Os seus olhos de botão me olhavam fixamente enquanto eu emitia um grito de dor, tão alto que a casa enfim me respondeu. O meu grito fez um eco repetitivo aos meus ouvidos e não gostei daquilo. O papai fazia barulhos estranhos, parecia gemidos, estava doendo tanto..... ele tampou a minha boca e a única coisa que eu pude fazer foi chorar silenciosamente enquanto aquela boneca largada ali ao meu lado me encarava.

Então ele terminou, vestiu-se e me virou. Saiu do banheiro e me deixou ali, sozinha e assustada. Quando consegui levantar tinha sangue no tapete, me perguntei de onde aquilo tinha vindo, então percebi que foi de mim. Peguei a boneca e a abracei tão forte quanto pude. Chorei, chorei e chorei até ver o sol sumindo pela pequena janela do banheiro e naquele chão frio, algum tempo depois a mamãe e a vovó chegaram. Eu escondi o tapete, não conseguia andar muito bem. Então elas abriram a porta e se depararam comigo no chão sentada com a minha boneca em mãos, a mamãe disse para que eu parasse de fazer birra e me mandou ir para o quarto, mas meu corpo doía tanto... Então eu fui, me deitei na cama e silencieei o acontecido. A mamãe já tinha sofrido demais e eu não queria irritá-la com mais alguma coisa. No silêncio do quarto e com a boneca

em mãos, prometi que nunca diria nada a ninguém e bem, eu nunca disse, até agora.

Hoje aos meus vinte anos, me pego lembrando disso e pergunto-me: “E se a minha boneca falasse? Irônico, não?” A única testemunha era uma boneca velha e suja. Hoje percebo o quão sou forte, mas ainda assim, não sou feliz. Ainda não tenho um emprego fixo, não tenho uma mãe próxima e tampouco me sinto realizada em algo. Quantas vezes pensei em puxar o gatilho, alinhar a corda no meu pescoço ou me permitir ter um sono profundo causado por variados tipos de remédios. Hoje percebo que o eco daquela casa velha ainda ecoa em mim, tão forte que todas as noites ainda consigo ouvir o mesmo som se repetindo tantas e tantas vezes.

Um “maldito dia” pode ser a culminância de uma sequência de dias de absoluta ausência de tudo que uma criança necessita para tornar-se saudável: segurança, saúde, atenção, cuidado. O relato apresenta dados importantes para refletirmos como a violação da mulher ocorre desde a mais tenra infância e como os significados na existência da mulher começam a ser desenhados a partir daí.

A criança com 5 anos já sentia solidão, mesmo não estando sozinha, o sentimento se dava pela ausência de um espaço e pessoas que lhe proporcionassem segurança. O ambiente movido pela violência pode promover o recolhimento da pessoa e a solidão se torna seu único refúgio. Rosa, em sua carta, reforça o que Lígia apresentou na carta anterior: a ausência como mecanismo de proteção ao sofrimento. No contexto vivido, estar sozinha pode ser a única forma de se sentir segura.

[...] análises descritivas dos dados revelaram que, em média, jovens abusados reportam com muito mais frequência o fato de terem poucos amigos, insônia e sentimento de solidão. Posteriormente, estimativas auferidas com uma metodologia de impactos causais confirmaram o quão nefastos são os efeitos da violência sexual sobre a saúde mental das vítimas. [...] Considerando as diferenças entre os gêneros, o impacto do abuso sexual sobre solidão e insônia é maior para mulheres. (FONTES; CONCEIÇÃO; MACHADO, 2017, p. 2921).

A forma como Rosa (nome fictício utilizado pela autora) relata os fatos tem um toque de infantil. Ao recobrar a memória, ela traz para perto de si os sentimentos da infância. Relembra detalhes, sons, luzes, o sussurro, o eco da casa vazia. Memória latente, confiança perdida, sabotada, medo sufocado. Sentimentos que atravessam a vida das mulheres desde a primeira infância até a vida adulta e o medo de expressá-

los. Vidas são geridas por esta lógica impetrada por padrões conservadores, machistas, sexistas.

[...] quatro aninhos quando comecei a sofrer violência sexual por um algoz que se tornaria meu padrasto. Naquela época eu era feliz em uma casa pobrezinha de barro com meus avós doentes, minha mãe e meus dois irmãos. Dois outros irmãos, minha mãe já tinha dado. Mamãe mandava eu levar comida para ele em uma obra de casas populares. Os abusos começaram lá, com uma mão dentro da calcinha e dedos introduzidos em minhas partes íntimas. Não sei o porquê de não falar nada naquela época, por este motivo ainda me culpo. [...] me tornei agressiva, briguenta, impossível de lidar, mas a culpa era sempre minha.

À noite, minha mãe cansada dormia e eu a seu lado, na mesma cama, sendo molestada. Aos 9 anos continua, ninguém sabe - sou inteligente, estudiosa, sonho em ser advogada não perco de ano mais, sou rebelde. Para completar, gosto de ajudar minha mãe, lavo roupa de ganho com ela, levo as trouxas na cabeça. Mas não tem dinheiro nem para o lanche.

Minha mãe faz trancinhas “popinhas” em mim. Todas as crianças e adultos zombam de mim, puxam minhas tranças, brigo na rua, os pais fazem queixas e ninguém pergunta a mim o porquê. Apanho, quero assistir televisão mas meus irmãos pequenos não deixam. [...] minha mãe me procurando me batia de corda de fio, de palmatória, me mordida, pisava no meu pescoço até eu colocar a língua para fora. No meio dos meus colegas eu era chamada de nega fedorenta, cabelo de bombрил. Claro, procurava me defender brigando. Ai eu não era uma boa menina, não prestava. Minha mãe falava mal de mim com as vizinhas, elas riam de mim. Minha mãe passava ferro quente no meu cabelo molhado.... menina... acho que vai ter um momento que vou parar e continuar depois, isso ainda me faz sofrer. Continuava a ser abusada e rebelde. Ai o infeliz do meu algoz disse a minha mãe que eu tinha um espírito mal me perturbando por este motivo passei anos odiando o candomblé. (Micheli).

Micheli tem a vida atravessada por eixos de opressão importantes: gênero, classe e raça que determinam a condição de vulnerabilidade em que se encontra. Ser uma menina, preta e vulnerável economicamente determina sua existência e as desigualdades sociais. As sensações, sentimentos e experiências de sofrimento que engendram diariamente a existência das mulheres pretas podem promover o *start* para a rebeldia, para a fuga e negação destas experiências de dor. A produção dos adoecimentos se perpetua em uma sociedade que tem como mecânica normativa a subjugação da mulher em suas especificidades de raça, sexualidade, etária e de classe.

Além dos abusos sofridos, Micheli aponta para a diversidade de abusadores em sua vida: padrasto, mãe, colegas. Sobre as características do provável autor da

violência sexual contra crianças, os dados extraídos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (BRASIL, 2018) apresentados pelo Boletim Epidemiológico de 2018 apontam que 81,6% são homens, 37% pertencentes ao núcleo familiar da vítima e 27,6% são amigos/conhecidos (BRASIL, 2018). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021) no Brasil, em 2019, ocorreu 1 estupro a cada 8 minutos, totalizando 66.123 vítimas de estupro. Destes, 57.9 % das vítimas com no máximo 13 anos e 85,7% eram meninas.

O contínuo de mazelas invisibilizadas ou omitidas/escondidas na esfera familiar é um fato explícito ao dialogar com mulheres, foram muitas as vivências de violência e abuso da infância à fase adulta, no trânsito público, nas instituições, pela ciência, pela mídia. São muitos os dissabores e engrenagens de sofrimento para as mulheres.

6.3 MULHERES PARA CAMA, MESA E BANHO – PRAZER, PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Há quem diga que “esposa e mãe” são categorias em desconstrução. Contudo, estes papéis podem ser imperativos para algumas mulheres e não existe problema nisto, a questão principal é como estas categorias analíticas são interpretadas por alguns homens e como algumas mulheres assumem estes papéis, que podem colocá-las em uma condição de subordinação. A entrega ao outro pode ser a “prova de amor” e “dedicação”, aclamada por instituições que controlam as relações: família e igreja. E se trouxermos o recorte de classe e de regionalidade, ter um homem é uma questão de sobrevivência, nada tem de romântico. “[...] refém da incerteza, das difíceis condições materiais e existenciais, a mulher elabora uma autoimagem de desamparo, desproteção e fragilidade, daí não pode prescindir da tutela masculina” (TAVARES, 2010, p. 134).

De tudo que já me aconteceu, a violência que mais me afetou não foi diretamente comigo, mas com minha mãe. Eu cresci vendo ela ser humilhada, tratada como uma coisa qualquer que só serve para limpar casa. Meu pai dizia isso, com todas as letras, que ela era inútil, que qualquer dia iria embora e deixar nós duas para ver como a gente iria se sustentar, que já estava velha e ninguém daria emprego a ela. Ele gritava e gesticulava tanto que eu ficava paralisada, me sentia impotente, como um animal. Ele chamava nós duas de ingratas, que ele trabalhava o dia todo para nos alimentar e ela não cumpria as “obrigações de esposa”. E eu sempre entrava nas discussões, tentando defender ela. Minha casa era uma guerra, acordava às seis

da manhã já com gritos, ele se alterando por coisas tolas do tipo “minha camisa não tá no lugar” ou “tenho mulher para fazer café e não ficar dormindo”. Inúmeras vezes ele disse “essa mulher não presta para nada”, e o que mais me doía é que ela acreditava. (Lilian).

Lilian compara a prática de poder, imposta pelo pai ao adestramento de um animal com o propósito da obediência. Em sua carta ecoa o relato de algumas outras mulheres na cartografia, quando relembram a história de suas mães. Embora vivamos tempos distintos de nossas mães, a familiaridade constitui nossas experiências de ser, estar e perceber o mundo. Nestas relações, a experiência de sofrimento, medo, angústia, opressão se reproduzem em nós, de uma geração para outra.

Sobre família, Basaglia (2010) a compreende como instituição de violência que sustenta a reprodução do capitalismo, do sexismo e racismo, dizendo como devem ser socializados os/as sujeitos/as. Ele reflete que a violência e a exclusão são justificadas a partir do plano da necessidade, como consequência da finalidade educativa.

Família, escola, fábrica, universidade e hospital são instituições baseadas em uma divisão nítida dos papéis, isto é, na divisão do trabalho: seja em servo e senhor, professor e aluno, empregador e trabalhador, médico e doente ou organizador e organizado. Isto significa que o que caracteriza as instituições é a clara divisão entre quem dispõe e quem não dispõe do poder, de onde se pode deduzir que a subdivisão dos papéis representa a relação de abuso e violência entre poder e não poder: a violência e a exclusão estão na base de qualquer relação que se instaure em nossa sociedade. (BASAGLIA, 2010. p. 93).

Relações familiares, portanto, são espectros férteis para o exercício do poder. Mesmo sob o signo da violência doméstica, algumas famílias reproduzem dogmas centrados em uma referência de poder (o pater – patriarca). “A análise dos últimos onze anos indica que, enquanto os homicídios de mulheres nas residências cresceram 10,6% entre 2009 e 2019, os assassinatos fora das residências apresentaram redução de 20,6% no mesmo período, indicando um provável crescimento da violência doméstica” (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 41). As ocorrências continuam aumentando enquanto temos situações como a apontada por Oliveira (2014) em sua pesquisa com homens autores de violência, que apresenta relato acerca da condição do patriarcado como vetor para manutenção da ordem estabelecida. O Contador³⁵ diz

³⁵ Nome fictício utilizado pela autora para identificar o entrevistado.

“Minha família é uma família patriarcal, não tenho vergonha de dizer isso porque me sinto orgulhoso do pai que tenho e da criação que ele me deu, e acredito que as coisas devem ser desta forma” (OLIVEIRA, 2014, p. 58).

Franca Basaglia (1987, p. 33) afirma que

La relación entre el disturbio psíquico — y su consiguiente codificación y sanción — y la rigidez de las reglas de comportamiento es más evidente e nel caso de la mujer que en el del hombre. Se trata la mayoría de las veces de reglas basadas en convenciones o prejuicios de orden moral, o de estereotipos de reglas que — apelando a una ley de la naturaleza tomada de manera grotescamente literal — sirven para mantenerla distancia y la diferencia entre la esfera de acción y de poder de la mujer y la del hombre.

Dessa forma, as mulheres continuam sendo potenciais alvos da violência: sexual, moral, física, simbólica, patrimonial, psicológica, o racismo, a violência obstétrica, a lesbofobia e tantas outras. Todas são determinantes no processo de adoecimento das mulheres, os estereótipos e normas centrados na estrutura do corpo (como natureza) e na inferiorização da condição feminina impulsionam sofrimento. A constituição do corpo feminino e ser mulher, ainda é a via de sofrimento por sermos estereotipicamente consideradas um corpo inferior.

Não podia sair sem ele, não podia ter amigos, queria me afastar da minha família. Por ser o primeiro namorado, sempre fiz as vontades dele, porque sempre o emocional soava mais alto. Depois de separada me descobri bissexual. Então ele começou a me chamar de “sapatão” e postar coisas ofensivas em redes sociais. Criou perfil fake. “Ninguém vai te amar como eu te amo” “Ninguém vai gostar de você com esse corpo” “Só eu te apoio”. Dizia que Deus me odiava. (Josana).

Foram recorrentes os relatos de ofensa masculina à orientação sexual das mulheres. O relato de Josana, como de outras mulheres que se assumiram bissexuais, demonstra que a orientação sexual foi utilizada como mecanismo de ofensa, depreciação e humilhação evidenciando masculinidades deletérias nas relações entre pessoas, passíveis da violência. Apesar de todos os movimentos e estratégias políticas criadas para o enfrentamento da violência, ao diminuir a potência nefasta de uma, outra tão logo vai se modelando e tornando-se visível como a

lesbofobia, bifobia, violência política, o *stalking*³⁶ (o patriarcado com suas artimanhas vai modelando de acordo com a necessidade de barrar a “fera louca” das mulheres.

O controle da sexualidade das mulheres, embora passados muitos séculos, continua sendo a principal expressão de dominação para os homens. Não à toa, meninas são vítimas de abuso e violência sexual ainda pequenas, mulheres são vítimas de estupro por conhecidos e desconhecidos. Homens insistem em demonstrar sua virilidade colocando músculos à mostra, reverberando a capacidade sexual com muitas parceiras, não sendo constrangido por expor performances sexuais em público nem à força. “Não se trata apenas de penetrar a maior quantidade possível de mulheres, mas de partilhar estas performances” (ZANELLO, 2018, p. 188).

Ele viciado em pornografia e tudo que via na tv queria fazer comigo e se eu me recusava, ele passava uma semana sem falar comigo....quando íamos a praia queria sexo ao ar livre, quando a praia era deserta, eu não queria porque tinha medo que alguém nos flagrasse, poderia ser criança... Enfim, ele se emburrava e o passeio perdia a graça porque ele me acusava de não querer esquentar a relação e não falava comigo durante o resto do dia. Me sentia mal e chorava ali mesmo... Tinha que disfarçar que estava bem porque as vezes estávamos com amigos, família e até filho pequeno. (Cíntia).

[...] passou um tempo depois ele voltou a me procurar e marcamos novamente e foi nesta noite em que estávamos nos “amando (isso digo porque era o que eu pensava a respeito dele), ele aproveitou da posição em que eu estava, de costas para ele e ele me penetrou em meu “Anos”, não sei se esta palavra está correta, mais foi no “trazeiro”, pronto falei, e logo que ele me machucou eu gritava pra que ele não continuasse, mas era em vão, ele não parou e eu me senti um lixo, uma mulher sem valor, sabia da violência que sofri mas meu medo foi levar isso adiante, e a vergonha me impedia de denunciá-lo. Não havia contado isto para ninguém, havia uma ferida na minha alma que até hoje estou tentando curá-la com o perdão ao agressor e o tempo com o esquecimento. (Tânia).

O tempo propicia o esquecimento? Questiono porque sei que não se esquece o que te afeta. Pode-se trabalhar terapeuticamente a convivência com o mal causado, porém esquecer não é o verbo do real. A violência é tatuada na memória e, portanto, eterniza-se. E quanto à dimensão da violência sexual é importante dizer que “o comportamento sexual ativo e o pênis em ereção se fizeram pilares para se pensar a

³⁶ Crime de perseguição (Lei 14.132, de 2021), que consiste, conforme Art. 147-A do Código Penal, em “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”.

virilidade no ocidente” (ZANELLO, 2018, p. 179). Sendo a heterossexualidade o padrão único e possível, atribuindo símbolos, comportamentos e formas de relacionamentos que interfere na relação sexual entre pessoas – o ato sexual anal forçado imprime a sensação de virilidade e poder aos homens.

Mulheres relataram que seus companheiros costumavam dizer: “A buceta pertence a mim”. Sendo quase unânime, acenarem positivamente com as cabeças e retorcerem a boca, no nítido sinal de desaprovação e que o fato ocorria da mesma forma com todas.

Era julho de 2017, e eu me sentia mal por sempre ser ofendida por ele. Ele sempre me chamava de burra e dizia que eu não sabia fazer nada na cozinha. À noite, as humilhações sexuais eram constantes e ele sempre me dizia que eu não sabia fazer um boquete e era muito pudica na cama. Por fim, eu já não aguentava mais viver assim e ele continuava a me ofender constantemente. No final, o respeito já tinha acabado e ele me ofendia na frente da minha família. Eu só chorava e por fim estava deprimida [...] mudei de casa. Entrei em depressão e engordei 10 quilos. Eu só queria viver pela comida. Até hoje guardo mágoas desse homem.

Depois de algumas coisas que aconteceram comigo, eu fiquei com alguns bloqueios sobre sexo, sabe. Eu sempre tinha aquela sensação que é muito ruim uma pessoa ter relação sexual comigo. E mesmo vivendo uma nova história agora fiquei com isso na minha cabeça, sabe, infelizmente. Fiquei com uns sentimentos ruins em mim. Principalmente em relação ao sexo. Eu fui muito humilhada, sabe... minha história terminou de um jeito muito ruim.

Ele falava pra mim que eu não conseguia fazer as coisas direito no sexo e eu tentava agradá-lo sabe e mesmo assim nada pra ele estava bom. E eu me sentia péssima com isso e ele sempre agia dessa forma. Ele dizia para mim que eu não sabia nem chupar um pau ... Eu não vou mentir pra você ... eu aguentei isso nem sei porquê. Acho que eu acreditava que existia uma luz no fim do túnel que o faria mudar. Eu me lembro disso todos os dias da minha vida.

E às vezes tenho vontade de ficar sozinha pra sempre. Me bate uma grande revolta. Eu coloquei na minha cabeça que ficar comigo é ruim sabe. Eu, infelizmente, fiquei assim

Fico com uma sensação ruim em mim: É uma coisa estranha. Eu sinto que me tornei um pouco amargurada sabe.

Hoje vivo uma outra história, mas fiquei com algumas amarguras em mim. Às vezes acho que o tempo vai me ajudar a esquecer. Resolvi que vou procurar ajuda com uma pessoa que me entenda melhor, uma terapia. Não podemos ter ódio das pessoas e sim perdoar o mal que as pessoas nos fazem (grifos meus). (Eliene).

A carta expõe um contexto de violência moral e sexual que coloca a mulher em situações de humilhações constantes e traumas que geram problemas de saúde física e mental. Zanello (2018) faz algumas reflexões acerca da saúde mental das mulheres, analisando os dispositivos de gênero que determinam o processo de adoecimento.

Sobre dispositivos, ela utiliza o conceito cunhado por Agamben (2009, p. 40) que define “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. E sobre o dispositivo amoroso, ela diz que “para as mulheres, o amor diz respeito à sua identidade, como uma experiência vital. O amor, em nossa cultura, se apresenta como a maior forma (e a mais invisível) de apropriação e desempoderamento das mulheres” (ZANELLO, 2018, p. 43).

Relações sexuais não consensuais, com dor, sofrimento, sem desejo e com indicativos de humilhação e constrangimento foram comuns em alguns relatos durante a cartografia, nas discussões as mulheres conseguiram identificar estes atos como violência relatando que a aceitação devia a padrões culturais impostos para o casamento.

No dispositivo amoroso, a “assunção de culpa” quando Eliene diz: “Eu coloquei na minha cabeça que ficar comigo é ruim, sabe...”, é constante e por isso mesmo a necessidade de perdoar os atos cometidos pelo agressor abdicando de sua história (minha história terminou de um jeito muito ruim) e ceder (existia uma luz no fim do túnel que o fazia melhor), em prol da relação.

O ethos do amor romântico³⁷ fundamenta estes comportamentos, as mulheres são educadas para exercitar a devoção, sacrifício em prol do outro, permitindo transformar o agressor em príncipe. A mulher é responsabilizada pela manutenção da relação amorosa e são seus os defeitos, as falhas, incompetência que desencadeiam a violência, o que isenta de culpa o autor da violência.

Das relações matrimoniais e/ou consensuais de união estável à maternidade, a opressão e subordinação das mulheres se perpetuam nos papéis “assumidos” no âmbito familiar – de esposa a mãe – em que violências se atravessam.

No padrão cultural imposto ao casamento, as obrigações maternas conjugais, funções relativas ao cuidado com a casa, o “mito do amor romântico”, do encontro do homem ideal capaz de proporcionar a felicidade e uma vida plena fazem parte do ideário de felicidade de algumas mulheres, delegando aos homens a responsabilidade de levar, de oferecer a felicidade e condicionam este sentimento à constituição de um par, de uma família.

³⁷ Ver, por exemplo, Costa (1999) e seus estudos sobre o amor romântico.

A crença do amor romântico reflete contos de histórias que se imagina final feliz. Cria-se uma falsa ideia de proteção dos homens tornando-se dependentes de ações impressas a estes (virilidade, força, inteligência). E por extensão, a mulher assume a proteção das/dos filhas/os, da casa, dos mais velhos – esta multiproteção é considerada como de menor valor em relação àquela que os homens “ofertam”. A sobrecarga de responsabilidades com outros, além da sua própria existência, leva mulheres a sucumbirem em adoecimentos diversos, do corpo, da alma e financeiramente.

6.4 MATERNIDADE – A VIOLÊNCIA POR TRÁS DO MÃE CENTRISMO

No mito do amor romântico, principal forma de colonização subjetiva, contamos com o dispositivo materno (ZANELLO, 2018). Ser mãe é padecer no paraíso? Não... não existe paraíso. Existe, a partir do que tornaram a maternidade, uma entrega sem limite de fronteiras, distância, condições econômicas e emocionais.

A concepção dada à maternidade insurge a negação infinita da mulher como pessoa, única, livre. Uma condição ainda latente na vida de muitas mulheres que as leva a acreditar que é um dever da mãe negar-se como pessoa, seus sentimentos, vontades, raivas, emoções e dores. O que nos fizeram pensar sobre a maternidade, levou-nos a acreditar que somos monstros quando deixamos de nos entregar (em corpo e alma) às/aos filhas/os. Filhas/os terão suas vidas construídas e nós, em vários momentos, deixamos de existir até que um novo ciclo determine a não existência de outra mulher para que passemos a existir como avós, com responsabilidades renovadas, do cuidado e amor redobrados por nossos netos.

Passamos do poder repressivo para o poder constitutivo, quando achamos as coisas como se fossem nossos desejos. Assim é o mito da maternidade. É preciso pensar como ele é construído histórica e socialmente, mas também como ele muda de uma sociedade e época para outra e, entre segmentos e classes sociais. Este caráter sacrificial é revestido de outros elementos em cada classe social, faixa etária etc.

Embora tenhamos conquistado uma nova forma de entender a maternidade como algo que se deseja e não que se obriga, ela por algum tempo dizimou a existência pessoal de muitas mulheres, não pelo amor que dedicava aos filhos mas pelas obrigações que foram impostas sobre a mulher – mãe. A maternidade para

algumas mulheres foi colocada, no campo simbólico, como a doação total de si, a abnegação da existência da mulher como pessoa para tornar-se mãe, o instrumento de reprodução da vida produtiva. A condição de mãe carrega um acúmulo de funções vinculadas à procriação, à maternagem, à reprodução da vida material dos membros de uma família na lógica capitalista ocidental (ZANELLO, 2018).

[...] na cultura ocidental, branca, de classe média, faz-se mister apontar o acúmulo de funções que o ideal de 'maternidade (vista como procriação e maternagem unidas, de forma 'natural') foi tendo. Nele, foram englobados – como desdobramento – o cuidar de forma geral e, também, as atividades domésticas, ambas relacionadas politicamente, a partir do século XVIII, ao âmbito privado. Segundo Geneviève Fraisse (1979), isso ocorreu porque para se criar e educar uma criança: eram necessárias a constituição de um 'lar' e a administração de todas as atividades relacionadas a sua manutenção e bom funcionamento – desde limpeza a cozinhar, arrumar etc. Ou seja, o papel de 'dona de casa' surgiu como desdobramento naturalizado da maternidade, como tarefa 'essencialmente' feminina. (ZANELLO, 2018, p. 145).

Para Badinter (1985), a maternidade tornou-se um papel gratificante pois estava impregnado de ideal. Ela aponta, de forma crítica, como a maternidade assumiu uma função nobre. “Evoca-se frequentemente [sic] a ‘vocação’ ou o ‘sacrifício’ materno. [...] A mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma ‘santa mulher’” (BADINTER, 1985, p. 223).

A cada êxito feminista se seguiu um retrocesso, a cada golpe feminino um contrgolpe social destinado a domar os impulsos centrífugos da liberação. O velho ideal do dever-ser-da-mulher não bate em retirada de modo tão fácil solapadamente retorna ou torna a se reproduzir tomando novas formas. (MERUANE, 2018, p. 9).

A vida das mulheres foi projetada sob os símbolos da maternidade, casamento, devoção espiritual e cuidado, capazes de moldar comportamentos e subjetividades. Escapar destas regras pode gerar um sentimento de medo, apresentado na forma de respeito. Medo do risco de subverter a ordem legitimada das relações parentais, mãecentristas e conjugais estabelecidas.

O não cumprimento dos determinantes do casamento, da maternidade, relações heteronormativas, filiação, capacidade profissional impõem sobre as mulheres um sentimento de culpa por não cumprirem as expectativas que são parte dos outros. A violência psicológica perpassa todos os tipos de violência, sendo capaz

de minar a autoestima, e à medida que a mulher é depreciada a figura masculina cresce, torna-se símbolo de perfeição. A maternidade imposta socialmente às mulheres como condição *sine qua non* para se perceberem como mulheres foi o que também submeteu algumas outras. “O dispositivo materno, assim como o amoroso, trata-se de uma construção cultural que se deu sobretudo desde o século XVIII: de um lado, pela separação entre um universo público e um privado” (ZANELLO, 2018, p. 61), da esfera pública à criação do discurso ideológico – o instinto natural da mulher e, no privado, a capacidade de cuidar tida como inerente.

Para as que se recusam a cumprir o papel da maternidade, da esposa zelosa, resta, de modo geral, o zelo pelos mais velhos. As filhas ou irmãs, em muitos casos, tornam-se as cuidadoras de seus pais e/ou avós, enquanto os filhos permanecem na condição de visitas e responsáveis pelo controle financeiro das despesas³⁸.

É importante apontar que este parâmetro pode ser um ideal para algumas mulheres, para outras não. Mesmo sendo ideal, a subjugação, opressão e subordinação não podem ser considerados como parâmetro para ninguém. E sobre os bens culturalmente construídos: delicadeza, doçura, obediência - foram imputados como naturais das mulheres para a garantia da manutenção das estruturas sociais: filhos, família, lar – por isso, fazer acreditar no mito do amor romântico, na resiliência da maternidade e na necessária submissão familiar como estatuto para a garantia do controle sobre a vida das mulheres. “Mesmo que a mulher não tenha filhos, será demandada culturalmente a ser cuidadora, a se doar pelos outros, nem que para isso abra mão de si mesma e de seus projetos” (ZANELLO, 2018, p. 61).

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes ‘ordenam’ amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. [...] Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e

³⁸Ver, por exemplo, Tavares (2019), em que a autora reflete sobre a assunção do papel tradicionalmente designado às mulheres de cuidadoras de enfermos e idosos da família, bem como isso interfere na dinâmica das relações familiares e trajetórias individuais dessas mulheres.

social, favorável à espécie e à sociedade. Alguns mais cínicos, verão nele, a longo prazo, um valor mercantil. (BADINTER, 1985, 145).

Uma mulher que não é mãe... o ditado popular diria que... não é mulher, pois a natureza por tempos criou esta noção de verdade. Projetos de vida, ainda hoje, são pensados a partir deste lugar do natural, da vagina, do útero. Zanello (2018, p. 177) diria que “os sentidos relacionados ao gênero [...] se enrijeceram e foram, em função da naturalização, compreendidos como sendo ‘naturais’”. E que por isto “[...] a maternidade é destino e de que cultivar o instinto materno não apenas protegeria as mulheres física e mentalmente de diversos males, como também seria sua realização completa, em termos de promessa de felicidade”.

No paradigma da felicidade para as mulheres, a tríade amor romântico, maternagem e violência se interconectam. Se assumimos culturalmente o extremo amor materno, ficamos socialmente responsáveis pela maternagem, um campo subjetivo da abdicação de si e entrega extremada, fatores determinantes para diversas formas de violência impressas sobre nós mulheres e mães. A extensão do sofrimento extravasa nossa existência adentrando a do outro “filho/a”. Embora não tenha cartas, muitos relatos sobre a maternidade foram feitos e a principal resposta dada pelas participantes da cartografia é que: a maternidade é a transposição de si para o outro.

O tipo de violência que surge atravessando este estado de ser foi a violência policial sobre filhos/as pretos/as, interconectado com as dores das mulheres e o racismo estrutural.

6.4.1 A violência policial para mulheres e mães de filhos “abatíveis”

Embora o termo “abatíveis” seja pesado e cruel, foi este o que Sara³⁹ utilizou quando os diálogos atingiram a pauta do racismo e da violência policial como prática racista e violenta contra as mulheres pretas, “[...] não durmo enquanto meu filho preto está pelas ruas, eles matam na nossa frente. Eu vi mães se jogarem no chão em cima do corpo dos filhos. Eles não sabem o que é isso” (Sara). Esse depoimento de Sara gerou segundos de silêncio enquanto ela enxugava as lágrimas que caíam de seus olhos. Enquanto isto, eu fiquei pensando que também não dormia até meu filho chegar

³⁹ Nome fictício.

em casa, até minha filha chegar ao destino em segurança, uma angústia toma conta da gente. Ao voltar ao grupo, depois desta breve reflexão, percebi algumas mulheres chorando, cabisbaixas, olhos lacrimejantes – não se trata de uma vivência única: o racismo nos atravessa em muitas dimensões.

Estudos apontam que um percentual significativo de mulheres teve seus filhos arrebatados pela política de morte que, segundo Achille Mbembe (2018), escolhe quem deve morrer e de que forma. Essa é “uma pesada herança das discriminações econômicas e raciais contra os afrodescendentes no Brasil, a letalidade violenta”. Em termos proporcionais, para cada homicídio de não negro no Brasil, 2,4 negros são assassinados, em média” (CERQUEIRA; MOURA, 2013, p. 3). Filhos que continuam sendo tombados, a partir da necropolítica estabelecida na sociedade contemporânea neoliberal que incide sobre a população negra, expropriando suas vidas, sua força de trabalho, seus corpos, sua saúde mental. Pereira (2019, p. 369) nomeia a necropolítica como o direito de matar sendo

[...] estreitamente relacionado às ‘relações de inimizade’, elegendo de forma ficcional grupos inimigos. Percebemos que esse mecanismo foi o primeiro a operar no governo bolsonarista que elegeu os povos indígenas para essa categoria, colocando-os como aqueles que impossibilitam o ‘progresso’. Os que devem viver e os que devem morrer são selecionados segundo grupos biológicos, apresentando o racismo como sua máxima expressão. No livro, existe uma constatação completa de guerra, que se dá através da fusão entre um estado racista, assassino e suicidário. A vida do outro – geralmente animalizado, historicamente destituído de humanidade – passa a encarnar o inimigo ficcional, gerando violência e morte como mecanismos de segurança, eliminando de forma impessoal esse que seria um atentado à existência dos demais.

A necropolítica é o arrebatamento das vidas dos corpos negros que são alvejados por balas perdidas, que são arrastados nas viaturas como uma caça abatida e que deve ser bravamente exposta. São muitos os determinantes que garantem a não saúde mental das pessoas pretas e, mais especificamente, das mulheres pretas que sofrem as dores das mortes de seus filhos, “abatidos” pelo Estado branco e patriarcal.

Embora esta discussão tenha se apresentado em um único encontro e não relatada em cartas, a troca naquele momento foi avassaladora. Falávamos de nossas vivências de dores sobre a maternidade e sobre a mão invisível do Estado racista que mata nossos filhos. E, portanto, não poderia ficar de fora do registro, mas também,

não cabe uma análise complementar. Ela deve caber como análise principal (o que me proponho em outro momento).

6.5 A POLÍTICA DA ESTÉTICA

A despeito de todos os dispositivos de controle e violência imputados às mulheres, alguns símbolos tendem a ratificar a condição de fragilidade e incapacidade delas como: bondade, doçura, cuidado, atenção. O imaginário social da mulher personificou a bondade na sua figura. A existência feminina foi municiada com elementos simbólicos discursivos que legitimam tais dimensões para satisfazer exigências culturais e sociais. Utilizando inclusive da sedução como via de autoafirmação para algumas e autossabotagem para outras.

Passava horas me arrumando do jeitinho que ele gostava: vestido curto, batom vermelho, uma sandália de salto e sempre muito cheirosa. Nosso relacionamento no começo era muito bom, quer dizer, para mim era. Mesmo sempre vivendo para agradá-lo, eu me sentia feliz em ser elogiada e saber que podia me arrumar para alguém.

Ele nunca tinha se mostrado ciumento e nosso relacionamento fluía tranquilamente no decorrer de mais ou menos um ano. Até que um dia, em um dos nossos encontros com amigos, houve nossa primeira briga. Um dos nossos amigos disse que eu estava muito bonita, e na frente dele, falou que se eu não tivesse "dono" não perderia chance. Foi o que precisava para começar a acontecer diversas brigas, onde, em todas, ele me culpava. Ora, pelo meu batom, ora pela minha roupa, ora pelo meu jeito. Eu sempre era a culpada e me sentia assim também.

Deixei de me arrumar como me arrumava para ele e o mesmo falava que estava muito feia para sair, me deixava em casa. Quando eu voltava a me arrumar, dizia que não ia sair com a "puta" que parecia ser. E nosso relacionamento foi minando, e eu me sentia culpada por tudo. [...] E então, cansada daquilo, com alguns quilos a menos, eu descobri por uma amiga que ele estava me traindo. Fiquei arrasada, quase entrei em depressão, pois era muito difícil a ideia de aceitar que ele não me amava. Ao todo, foram dois anos de sofrimento, emagreci, perdi toda minha autoestima, e quando ele não me quis mais nem para servir como sua posse, me deixou. Hoje eu vejo o quanto eu fui vítima, presa de uma ideia de amor que não era amor.

O instrumento da sedução pode alimentar o espectro da coisificação das mulheres, imputando uma condição minimalista de sujeita social e política, descrevendo-as na história apenas como arsenal sexual. Zanello (2018, p. 100-101) afirma que o jogo erótico (objetificação sexual) é aprendido bem cedo. "São essas as

representações que as mulheres têm como disponíveis para ela” (WOLF, 1991, p. 77, *apud* ZANELLO, 2018, p. 100). E os “homens aprendem a desejar, as mulheres a desejar e erotizar o desejo deles, utilizando o próprio corpo” (ZANELLO, 2018, p.101).

Neste movimento de troca que entendemos ser o necessário para nossa constituição, Bandeira e Siqueira apontam que a mulher

[...] se percebe enquanto uma subjetividade coletiva e não enquanto uma subjetividade sujeito, aí é que está a situação; quando ela se percebe enquanto subjetividade coletiva, ela se referencia com relação aos outros de uma forma. Esse modelo referencial, grupal, no caso do gênero, que nos interessa, assenta-se, primordialmente, na construção de uma representação por uma subjetividade coletiva. As mulheres, tanto por isso quanto pelo imaginário social na produção e na reprodução, os temas específicos que são o passivo e o ativo, em cima dessa dimensão de dualidade que é a construção imaginária social. [...] A norma não existe para o indivíduo isolado, é produzida exclusivamente pela pressão social; **é o recordar dos outros que nos impõe a síntese do nome eu.** (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1988, p.177) (grifos meus).

A construção social em torno do que foi projetado para a mulher, não por ela, mas por um desejo coletivo de delimitar a forma de ser, pensar, como se vestir, o que desejar imprimiu subjetivamente um referencial de mulher capaz de negar as individualidades e gerar danos subjetivos severos para as mulheres. A ordem patriarcal que persiste na representação coletiva é deletéria para a livre constituição da mulher sem utilizar-se de parâmetros sócio e culturalmente impostos.

O registro feito por Jéssica evidencia este mecanismo de negação de si. Tornar a verdade do outro sua verdade absoluta, culpar-se por não atender aos desejos e expectativas do outro causando sofrimento e danos psíquicos.

[...] comecei a reproduzir o que para ele era verdade, como minha verdade absoluta. Comecei principalmente a achar que eu não prestava para ele, que ele merecia alguém melhor que eu. A frase que eu mais ouvia era “preciso achar uma mulher que se respeite”. Eu o amava tanto que os vários defeitos dele muitas vezes passavam despercebidos, até porque ele nunca falou de maneira arrogante, era tudo com brincadeiras, risos e piadas. Ele dizia que eu era incapaz de fazer qualquer coisa bem feita, além de sexo. Na primeira oportunidade, ele me trocou por outra, passei por um período de muita tristeza, não queria fazer nada e me sentia incapaz de tudo, até na faculdade me prejudiquei. Ele arrumou uma desculpa “tentei te consertar, mas você não tem jeito”. Eu passei meses acreditando que a culpa era minha, que ele ainda estava só, que ele me amava e só não aceitava o meu jeito. Terminamos e precisei fazer terapia. Neste momento descobri que o homem que eu acreditava ser perfeito não

era. Que ele me traiu, me fez mal e, o pior, criou medos, mágoas e desgosto em mim. (Jéssica).

A mulher elabora estratégias de sobrevivência diárias e no decorrer de suas histórias desenvolvem “dispositivos” de tolerância e de fuga, como o silêncio. No entanto, o silenciamento é um comportamento gendrado que faz implodir psicologicamente. Se calar para não prejudicar o outro, cuidar dos outros e das relações tem a ver com a implosão psíquica que algumas mulheres sofrem.

Mulheres são capturadas de si, emudecidas e diversas são suas prisões e formas de silenciamento. “A prisão do sujeito consiste na impossibilidade de realizar seu desejo; é contradizer-se em seu próprio ser, de modo que a prisão de cada sujeito atende sua definição de poder [...]” (LAGARDE, 2005 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 100).

Apontamos para uma “desigualdade real de indivíduos concretos” (OLIVEIRA, 2017, p. 64) os papéis atribuídos a homens e mulheres, naturalizados em distintas épocas e perpetuam-se. As tecnologias de poder foram impressas sobre os corpos, a máquina da obediência. Corpos com identificações delimitadas histórica e culturalmente.

As mulheres aprenderam através do poder disciplinar que atravessa todas as instituições e o aparelho do Estado a aceitar a submissão, silenciando-se. O seu corpo gestado disciplinarmente, através de vigilância, da punição, da docilização e infantilização, do açoite, para atender a um objetivo e utilidade, servir, procriar, educar, cuidar e fazer gozar.

Minha infância foi muito complicada onde eu não sabia o que era ser feliz. Não sabia o que era ser criança, eu e meus irmãos presenciávamos diariamente agressões feitas por meu pai em minha mãe. Com o passar do tempo, as mágoas e raiva que sentia por meu pai só faziam aumentar, de uma maneira assustadora, onde não conseguia ao menos dirigir uma palavra. Me sinto uma pessoa frágil para relacionamentos, não consegui mudar o meu sentimento de ódio por meu pai. Ainda presencio momentos de brigas e discussões entre eles, onde minha mãe tem que se calar para não apanhar. (Sônia)

Relatos como estes e todos os anteriores, as vivências que construíram estas páginas são recentes na memória, de 2018. São relatos e experiências atuais e, portanto, o patriarcado e seus mecanismos ainda estão pairando pelo ar. O patriarcado e as discussões em torno da dimensão gênero devem persistir até termos a certeza de que nenhum passo para trás foi dado. Se tivermos uma só mulher

sofrendo violência pela sua condição feminina, continuaremos problematizando as relações patriarcais de gênero.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Completando o ciclo e para atualização dos dados, seguem algumas informações, em suas diversas páginas, da publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública com o título “Violência contra as mulheres em 2021” apontando que,

[...] Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável, de vítimas do gênero feminino.[...] Os dados mensais de feminicídios no Brasil entre 2019 e 2021 indicam que houve um aumento dos casos entre os meses de fevereiro e maio de 2020, quando houve maior restrição nas medidas de isolamento social. [...] Foram registrados 56.098 boletins de ocorrência de estupros, incluindo vulneráveis, apenas do gênero feminino. Isso significa dizer que, no ano passado, uma menina ou mulher foi vítima de estupro a cada 10 minutos, considerando apenas os casos que chegaram até as autoridades policiais. [...] Considerando o início da pandemia de covid-19 em março de 2020, e os dados disponíveis até dezembro de 2021, ao menos 100.398 meninas e mulheres registraram casos de estupro e estupro de vulnerável em delegacias de polícia de todo o país. (FBSP, 2022, p. 3 -12).

Por que adoecemos e como adoecemos, então? A resposta pode ser encontrada em relatos como os apresentados nesta cartografia. O esgotamento nervoso, emocional, os estigmas sociais, a impotência diante do esforço diário de sobrevivência econômica, social e emocional se acumulam com a conjuntura sociopolítica das sociedades massacradas por diversas violações de direito e pelos flagelos causados pelo patriarcado e suas consequências, como a violência contra meninas e mulheres.

O advento da pandemia ocasionado pelo COVID 19, aflorou algumas reflexões dentro de mim com relação à situação de conflito que muitas mulheres passam no seu dia a dia, porque permanecer em casa por mais tempo possibilitou perceber a dinâmica das coisas no ambiente doméstico, o estar próximo de filhas/os, marido, mães e pais, irmãs capturou com mais afinco as palavras, os gestos, a percepção da maneira de pensar destes outros.

No bojo do processo de reestruturação deste trabalho e tantas notícias sobre mulheres sendo vítimas, o aumento de casos de violência e os próprios resultados apresentados por nós, mulheres, neste processo cartográfico afirmam que a violência

contra as mulheres consiste em uma sistemática social que gera adoecimento por ser um campo germinado de fatores impulsionadores de sofrimento.

A saúde mental está indissociavelmente ligada ao inteiro bem-estar físico e social, considerando um conjunto de manifestações que podem ser decorrentes da mal-sucedida funcionalidade social; adoecer está relacionado à dimensão subjetiva da pessoa humana e a materialidade das relações.

Quando Foucault (2010, p. 132) apontou que “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”, ele vislumbrava o mecanismo do poder e controle sobre e dos corpos – certamente era de nós que ele falava, sem querer falar, porque os relatos postos nestas folhas dizem sobre isso, de como ainda há um forte controle e domínio sobre nossos corpos, nossas vidas. A recusa da docilidade e normalidade atribuída aos nossos corpos, que são livres, a inversão destes padrões cria pessoas duvidosas de si, adoecidas pela tristeza de não atingir o esperado pelos outros através destes mecanismos de culpabilização.

Existe um sofrimento vinculado ao processo de adoecimento. E o que funda, de certa forma, um adoecimento é inicialmente um sofrimento. A mente reage de forma desordenada ao dano social, familiar e comunitário. Os meios de recepção emocional, subjetiva para algumas pessoas, são insuficientes diante da carga de enfrentamentos diários que necessitam viver. Enfrentamentos ligados a trabalho ou sua ausência, relações, concepções de si para si e para com o outro, lazer, cultura, habitação, violência, vida e morte, entre muitos outros fatores, são determinantes para o processo de adoecer em mulheres, todos eles e o agravante da violência que permeia a vida de todas.

Os relatos aqui apresentados superaram o objetivo principal desta pesquisa que era a identificação da violência contra as mulheres como fator para o adoecimento destas, a partir dos seus próprios relatos. O que foi posto aqui, e que todos nós sabemos, mas de forma fragmentada, é que esta violência que nos atinge é um circuito crítico e ininterrupto de violações. As mulheres apresentaram memórias de violências e abusos desde a primeira infância. Situações que provocam, ainda hoje, tremores, choro – e nada foi resolvido.

Ainda jovens, somos sufocadas pelo despertar das afetividades, algumas com tendências heteronormativas; outras, não. Em ambas, o peso do patriarcado e das relações violentas se constata. O não poder ser, estar ou viver faz com que “cada mulher se torne a expressão do que também não pode ser [...]” (OLIVEIRA, 2017, p.

46). A negação é forma de elaborar condutas e percepções sobre o mundo, a vida, as relações e sobre si próprio.

No trânsito da juventude à maturidade, as negações no acesso ao trabalho, ao livre exercício de sua sexualidade, os tabus ligados à masturbação, aos limites sobre liberdade do corpo são fatores que podem interferir na constituição da pessoa, na forma como ela se relaciona com o mundo, com as pessoas e com ela própria. Quando da escolha por união estável com parceiros íntimos, muitas sucumbem aos vários tipos de violência doméstica, da moral à física, vivenciando formas psicológicas de destituição de sua autoestima. Além das perdas patrimoniais, das violações sexuais e o cerceamento de sua liberdade de existir e decidir.

Para atender à expectativa da manutenção da ordem familiar, muitas vezes colocada como esteio da família, a mulher tende a ocultar/esconder/ignorar seus medos, dores, angústias, tristezas, problemas e emoções. Até mesmo suas alegrias são sucumbidas no dia a dia por atividades que necessita executar e pela atenção que deve dispensar aos seus filhos, companheiros, pai e mãe, netos e quem mais depositar nesta mulher a centralidade da relação afetiva/cuidadora. Desta forma, se reduz a identidade feminina na maternidade/maternagem/cuidado.

As violências são postas, pesquisadas, discutidas como se fossem caixinhas de apropriação de grupos, políticas setorializadas, sem nenhuma conexão. Legislações promovidas por, majoritariamente, homens – que preceituam em causa própria. Não nos enganemos, apesar dos avanços alcançados, continuamos sucumbindo ao patriarcado. A violência política contra as mulheres é a nova estratégia do patriarcado para destituir nossas conquistas no campo político, cujos mecanismos vão do assédio sexual ao “*mansplaining*⁴⁰” e “*maninterrupting*⁴¹”.

Por isso, a luta deve ser perene, as mais novas devem segurar os bastões junto com as mais velhas até que estas possam descansar e, daí em diante, seguir levantando mais alto suas bandeiras.

É necessário enfatizar que vivemos violências em todos os ciclos de nossas vidas. As cartas dizem isto, os relatos apresentaram diferentes tipos de violência: o abuso sexual em crianças, a violência moral, sexual, psicológica, patrimonial, física,

⁴⁰ Quando um homem toma a palavra da mulher para explicar aquilo que ela está dizendo como se a mesma fosse incapaz de entender o que está falando.

⁴¹ Quando o homem interrompe a fala das mulheres. Popularmente chamado de “macho palestrinha”.

atos e omissões que atravessam a subjetividade das mulheres, causando sofrimentos contínuos que interferem na relação delas com o passado, o presente e o futuro. Interferem nas relações paternas e maternas, com filhas/os, matrimoniais, sociais, de trabalho e, mais importante, na relação consigo mesmas. O ciclo da violência não se restringe apenas ao seu *modus operandi* nas relações, mas demonstra um circuito existencial de violência na vida das meninas e mulheres. Um circuito crítico de vida.

A percepção das causalidades socioculturais que interferem na vida das mulheres é indelével. A conjuntura societária mundial, de como as relações humanas foram constituídas e como os poderes foram pretensiosamente distribuídos, em todas as formas relacionais, contribuíram e tornaram-se estruturantes para ratificar as relações de poder. O patriarcado (vetor da violência contra o ethos feminino) tem ceifado a vida de muitas mulheres, com a morte física, com o adoecimento, com o dano psíquico.

O sofrimento psíquico não gera necessariamente a total incapacidade das pessoas com relação aos atos civis; estes podem gerar o sofrimento. O assujeitamento e a coisificação tão presente no cotidiano das mulheres é ponto de inflexão para o sofrer. O cerceamento da liberdade, do bem querer e do exercício da sua individualidade pode acentuar a introspecção e tornar as mulheres propensas ao sofrimento.

Perceber como a vida das mulheres desprovidas dos mais básicos direitos humanos – saúde, moradia, paz, renda, liberdade, alimento - tem se amparado na experiência de mortificação: restrição de movimento livre – mulheres não podem transitar livremente, com segurança, pois seus corpos podem ser tomados e violados. O movimento é vigiado, a vida comunitária passou a ser suplantada pelas obrigações diárias e sobre as sombras das autoridades que, por vezes, impediram o pleno exercício da autonomia feminina.

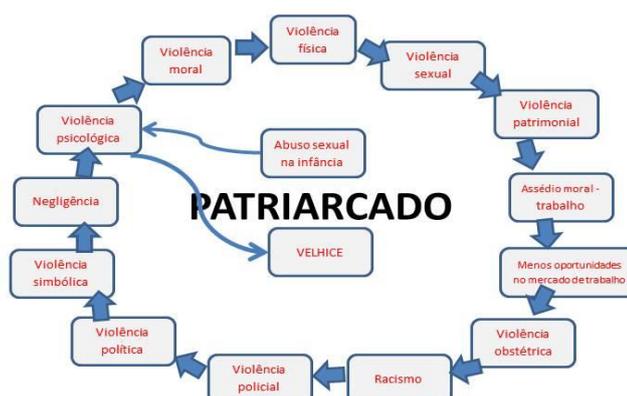
A relação abjetal imposta a estas tem refletido nos seus corpos. Aprende-se a pedir permissão para estar, ir, ser, ter. Trajetórias pedintes. Tornam-se sujeitas subalternas, o que Spivak (2010, p. 25) aponta como “[...] efeito do discurso dominante”. Muitas vezes, assim como no campo teórico, no cotidiano da vida material “[...] a mulher não é visto como uma consciência representativa” (SPIVAK, 2010, p. 39).

O circuito de vida das mulheres, de forma geral, permeia zonas de conflito e, ao mesmo tempo, busca por uma rota de fuga do domínio dos homens, da racialização

das relações, dos meios e sistemas normativos como os costumes, o direito, a religião e algumas estruturas atuantes do controle social e familiar como a escola, o trabalho, a medicina, a prática de jogos psicológicos que ratificam o lugar do afeto e do sentimento de culpa. Alguns campos simbólicos são capazes de promover estas zonas de conflito, como também, as rotas de fuga. Estas são possíveis, mas o adoecimento, a depressão podem ser essa rota de fuga. E daí? Para quem importa se a fuga for por este caminho? Não tenho respostas, provooco para que possamos seguir registrando o que nos faz mal, as nossas experiências de morte.

Figura 9: Circuito crítico da violência na vida das mulheres

CIRCUITO CRÍTICO – PATRIARCADO E A VIDA DAS MULHERES



Fonte: Criação própria. (2022)

Embora estudiosa das relações de gênero e tendo atuado por dois anos com mulheres em situação de violência doméstica e familiar, trabalhar o tema que está presente em minha trajetória a partir da experiência desta cartografia, permitiu uma catarse e a reelaboração de alguns sofrimentos íntimos, que ficaram silenciados em mim. Ouvir e/ou ler relatos que atingiam minha memória fez perceber que nada ficou resolvido, a forma como lidamos com os sofrimentos reprimidos é o que diverge em nós, algumas reprimem, escondem e silenciam, enquanto outras adoecem, matam projetos de vida e expectativas relacionais. Para mim, utilizar a minha experiência como vetor de expressão de outras mulheres foi a forma que encontrei para dar sentido às vivências de violência que permearam minha vida.

São muitos os avanços e conquistas das mulheres no campo dos direitos, do exercício da liberdade e sexualidade, contudo, diante das artimanhas do patriarcado na tentativa de regular os corpos femininos como objeto de consumo, é necessário estarmos atentas para que não reproduzamos e deixemos outras reproduzirem uma sistemática que naturalize papéis e comportamentos ditos de homens e de mulheres.

Considerando o grupo participante desta cartografia, sujeitas que cursam Serviço Social, importa dizer que se tratando de mulheres que atuarão diretamente no enfrentamento de diversas manifestações da questão social, uma delas a violência contra as mulheres, o processo formativo transversalizado na discussão histórica-teórica e metodológica das relações de gênero, étnico raciais e do patriarcado é fundante para que estas profissionais tenham capacidade de incidir assertivamente nas demandas da população à qual estarão a serviço. Lembrando que, nestas linhas, são elas trazendo registros sobre o sofrimento em que se encontram e, ao fazê-lo, recusam-se a mantê-los ocultos, forçando-nos e à sociedade a encararem as múltiplas faces da violência e opressão de gênero em que o patriarcado nos enreda. Enfim, recusam-se ao silêncio e à invisibilidade.

POR TUDO ISTO, ELAS ESCREVERAM!

Meus pais brigavam constantemente, meu pai mulherengo sempre batia em minha mãe quando ela questionava algumas atitudes dele ou quando não fazia o que ele queria. Em nossa casa, não podíamos ter amizade de meninos e apanhávamos por tudo, éramos espancadas com surras de pau, mangueira e até fio.

Uma certa vez, eu lembro bem que deveria ter uns 4 anos a 5, infelizmente coisas ruins nunca saem de nossas lembranças, eu não tomava banho sozinha e minha mãe estava trabalhando e não sei porque minhas irmãs mais velhas não estavam em casa para me dar banho (sou a 3^o. filha, a do meio), acho que estavam na escola, lembro que meu pai foi me dar banho, ele me levou no banheiro e tirou minha roupa, abriu o chuveiro e começou a passar o sabão em mim, primeiro passou na minha barriga e depois na minha cocota.

Eu não entendia o que estava acontecendo, ele então começou a passar os dedos e enfiar o dedo em mim e depois a beijar a cocota e passar a língua. Logo depois me tirou do chuveiro e levou para cama, me deitou e tornou a fazer tudo novamente, sei que alguém chegou e ele me vestiu e mandou eu dormir.... Depois

disso eu não lembro se voltou a acontecer, pois lembro somente que aos 7 anos fui mandada embora para o interior para morar com meus avôs, eu era feliz mas sentia falta de minhas irmãs e de meus pais.

Quando fiz 13 anos pedi a minha mãe para morar com ela novamente, foi quando meu inferno começou. Já com corpo de mocinha e sem lembrar do ocorrido em minha infância, em uma determinada tarde eu estava sentada no chão da sala de casa e meu pai deitou no meu colo enquanto conversávamos, aí ele baixou minha blusa e abocanhou meus seios...senti raiva, nojo e sai para o banheiro falando que estava apertada. Em questão de segundos, isso ... mas não tinha ninguém em casa. Fiquei com medo de dizer a minha e ela brigar comigo ou me mandar embora novamente, foi aí que lembrei das coisas que já haviam acontecido.

Ele percebeu que fiquei estranha, mas não falou nada, continuava os maus-tratos. Um dia minhas irmãs foram para o curso e fiquei sozinha com minha irmã caçula , ele estava em casa e pra minha infelicidade eu saia depois pra escola...ele entrou no quarto e deitou na minha cama , senti vontade de sair correndo quando senti ele deitando, mas aí fingi não tá acordada pensando que ele ia sair dali, mas me enganei...Ele me abraçou e começou a tortura, suas mãos nojentas me apalparam e se perdia por dentro de minha calcinha e eu com medo dele e de minha irmãzinha acordar porque ela estava na cama ao lado.

Quando senti que ele ia tentar coisa pior, levantei rápido da cama e disse que ia tomar banho para ir à escola, só peguei minha farda e corri ao banheiro. Quando entrei no banheiro, fiquei encostada na porta e vesti a roupa sem ao menos jogar água enquanto ele batia na porta pedindo que eu abrisse a porta para ele me dar a toalha. Falei a ele que não precisava e sai do banheiro direto pra escola.

Ao chegar na escola, sentei com um amigo que eu gostava muito e desabei a chorar, ele sem entender e eu sem conseguir falar o que era, chorei por um longo tempo e logo depois desabafei com ele sobre o que estava acontecendo, foi aí que outro menino escutou nossa conversa e me disse que eu não era mais virgem e que queria namorar comigo... Juro que não tinha malícia alguma até aquele fatídico dia, pois foi ali mesmo na escola que me entreguei a esse menino sem ao menos o conhecer

Na minha cabeça, eu não era mais moça e que se fosse para ficar sendo de meu pai que eu ia ser de outra pessoa. Quando aquele rapaz me penetrou. que sentí

muita dor e sangrei, falei a ele que ele tinha me machucado e ele em risos disse que eu era boba e que eu ainda era virgem e que queria namorar comigo sério.

Fiquei ainda mais angustiada, com raiva, medo, tristeza uma mistura de sentimentos...Tinha perdido minha virgindade sem ao menos saber o que estava acontecendo. Tudo que eu precisava era de minha mãe, que nesse momento estava no interior na casa de meus avôs. Mas desta vez não deixei passar, esperei o melhor momento e falei a minha irmã mais velha que eu tinha um orgulho dela por ser sempre corajosa porque era a única que o enfrentava quando ele batia em mainha, mesmo sendo pequena. Minha irmã falou que quando mainha chegasse de viagem ia conversar com ela, e isso aconteceu...para piorar a minha desgraça.

Minha mãe primeiro disse que me levaria ao médico, fez escândalo dentro de casa mas ninguém acreditava que um homem como ele que tratava todos ao seu redor com atenção seria capaz de tamanha monstruosidade...

Minha mãe seguia casada e não tomara nenhuma atitude. Me senti um lixo...

Alguns meses depois, ela tomou ciência que ele teria um filho fora do casamento e foi aí que ela o mandou embora de casa...antes de sair, ele me pediu perdão e caiu no mundo...

Alguns meses se passaram e como começamos a passar dificuldades, minha mãe começou a jogar na minha cara que estávamos passando por aquela situação devido às minhas mentiras, que eu teria inventado tudo que falei só para separar ela dele e que eu seria responsável por tudo que estava acontecendo de ruim.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANITUA, G. I. **História dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.
- BADINTER, E. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BANDEIRA, L. M.; SIQUEIRA, D. E. A. Construção do Tempo Feminino. Possibilidade do Extraordinário. **Caderno do CCHLA**, João Pessoa, v. 1, n.1, p. 1-15, 1988.
- BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. *In: STEVENS, C. et al.* (Orgs.). **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.
- BARBON, J. Um terço das mulheres assassinadas no Brasil morre apenas por ser mulher. **Folha de São Paulo**, Rio de Janeiro, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/um-terco-das-mulheres-mortas-no-brasil-morre-apenas-por-ser-mulher.shtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L.* (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.
- BASAGLIA, F. **Mujer, locura y sociedad**. Ciudad del Mexico. Borrarr libros; Universidad autónoma de Puebla. 1987.
- BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- BOND, L. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 01 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-femicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- BONTEMPO, V. L. Achille Mbembe: a noção de necropolítica. **Revista Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, jul./dez. 2020. Disponível em:

<https://doi.org/10.5752/P.2177-6342.2020v11n22p558-572>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Secretaria de Vigilância em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, v. 49, n. 27, jun. 2018.

BRASIL. **Código Penal**. Brasília, DF: Senado Federal; Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. *In*: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Coleção de Leis do Brasil 1890**. Brasília, DF: Edições Câmara, 1989. Fasc.X, p. 2664.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Crianças e adolescentes: Balanço do Disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas**. Brasília: MMFDH, 14 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/criancas-e-adolescentes-balanco-do-disque-100-aponta-mais-de-76-mil-vitimas>. Acesso em: 21 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação–Sinan: normas e rotinas**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2018 (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**. – N. 1. Brasília, DF: Senado Federal; Observatório da Mulher Contra a Violência, 2019.

BRASIL. Pesquisa: 26 conjuntos de dados encontrados para "violência". **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União – CGU, 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/01/TCU-e-g%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Cartilha Maio Laranja. Produção de conteúdo por Maria Leolina Couto Cunha. Brasília: SNDCA/MMFDH, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Mapa da Violência contra a Mulher 2018**. Brasília: Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 03, n. 02, p. 544-552, dez. 1995. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X1995000200020&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 24 maio 2021.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Est. Avan.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CEDAW. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as mulheres. Participação do Brasil na 29.^a Sessão do Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher: CEDAW. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. (Série Documentos). 2004. p. 105-120. Disponível em <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/2integra-publ-29-cedaw.pdf>. Acesso em 04 jun. 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, R. L. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Nota Técnica nº. 10. Brasília: Ipea, nov. 2013.

COLLINS, P. H. Black Feminist Epistemology. In: COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2. ed. Tradução livre por: Cynthia Hamlin/UFPE e Márcia Macêdo/UFBA. London: Harper Collins Academic, 2000, p. 251-271.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **CFM apoia MS em decisão sobre o termo violência obstétrica**. Nota à Imprensa e à População. Brasília: CFM, 09 maio 2019. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/noticias/cfm-apoia-ms-em-decisao-sobre-o-termo-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº. 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis à pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 maio 2016, Seção 1, p. 44-46.

COSTA, J. F. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COSTA, I. R. S.; NASCIMENTO, A. M. S.; PRADO, E. R. Perfil da/o discente em serviço social do centro universitário Dom Pedro II: uma reflexão acerca dos desafios da formação profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16. **Anais...** v. 16, n. 1, 2019.

COSTA, N. O. *et al.* Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de

desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, p.73-86, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5654/acta.v0i0.3820>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Est. Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 1. Sem. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. Tradução de: Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Cap. 1, p. 94.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H. *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. Tradução: Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173–178.

DIMEN, M. Poder, sexualidade e intimidade. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S. (Orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1997.

DONEDA, P. C. D. Mulheres, religião e poder: ensaios feministas. **Mandrágora**, São Paulo, v.24. n. 2, p. 81-95, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v24n2p85-91>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008.

FELIX, I. A. Um fazer teológico enraizado na experiência. **Mandrágora**, São Paulo, v.20. n. 20, p. 73-83, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2176-0985/mandragora.v20n20p73-83>. Acesso em: 22 out. 2021.

FERREIRA, D. H. B.; OLIVEIRA, J. M. S. A heteronormatividade no candomblé: uma realidade e um debate necessário. **Emphasis**, Salvador, v. 2, n. 15, p. 3-22, 2018.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de Poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rev. Adm. Pública**, v. 44, n. 2, mar.-abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122010000200008>. Acesso em: 22 out. 2021.

FONTES, L. F. C.; CONCEIÇÃO, O. C.; MACHADO, S. Violência sexual na adolescência, perfil da vítima e impactos sobre a saúde mental. **Ciênc. saúde colet.**, Rio de Janeiro, 2017, v. 22, n. 9, p. 2919-2928, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11042017>. Acesso em: 22 out. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. Ano 15. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a** Vitimização de mulheres no Brasil. 3. ed. São Paulo: FBSP; DataFolha, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/infografico-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3-3.pdf>. Acesso: 23 out. 2021.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France. Pronunciamento em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1975.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: O Uso dos Prazeres. v. II. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>. Acesso em: 23 jun. 2021.

HARAWAY, D. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7 -41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 23 jun. 2021.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Rev. Est. Feministas**, Florianópolis, n. 7, p. 7-31, 1997. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, v. 136, set.-dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.188>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 22 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. Rio de Janeiro: IBGE, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao.html>. Acesso em: 25 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades: gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html. Acesso em: 21 jun. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 21 set. 2021.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 32-51.

KATZ, L. *et al.* Quem tem medo da violência obstétrica?. **Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife, v. 20, n. 2, p. 623-626, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042020000200017>. Acesso em: 17 maio 2021.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. *In*: HOLLANDA, H. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LEAL, M. C. *et al.* A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. **Cad Saude Pública**, Rio de Janeiro, 33 (Suppl 1), p. 1-17, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. Acesso em: 22 out. 2021.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, F. Vidas pretas, processos de subjetivação e sofrimento psíquico: sobre viveres, feminismo, interseccionalidades e mulheres negras. *In*: PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 70-85.

LIMA E SILVA, B. **Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política**. 2019. 116 f. Orientador: Prof. Dr. Juarez Rocha Guimarães. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

LÓPEZ, M. V. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 19, n. 2, p. 42-55, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2367>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LORDE, A. **Irmã outsider ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. **Cad. Ibero-americano de Direito Sanitário**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 97-119, jan./mar., 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585/718>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. 2. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MERUANE, L. **Contra os filhos**. São Paulo: Todavia, 2018.

OLIVEIRA, C. B. **A mulher em situação de cárcere: uma análise à luz da criminologia feminista no papel social da mulher condicionado pelo patriarcado**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

OLIVEIRA, J. M. S. **“Então foi por isto que fui preso?”: Histórias de violência doméstica**. Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santana Tavares. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30491>. Acesso em: 12 maio 2020.

OLIVEIRA, J. M. S. de; SANTOS, C. L. V. Por amor a Cristo - quando a fé aprisiona. **Revista Feminismos**, v. 4, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30202>. Acesso em: 6 jun. 2019.

OLIVEIRA, J. M. S.; TAVARES, M. S. Epistemologia e Serviço Social – encontros e desencontros de mulheres na produção científica. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN’S WORLDS CONGRESS, 13. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503885783_ARQUIVO_textofinaldofazendogenero.revisado.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EDUFBA, 2013.

PAIVA, L. P. C.; RASERA, E. F. O uso das cartas terapêuticas na prática clínica. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 193-207, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652012000100013>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. Apresentação. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 7-16.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

PEREIRA, J. M. A teoria da necropolítica e a colonialidade no Brasil contemporâneo. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 367-371, set./dez. 2019.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2013.

PERROT, M. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, M. I. S.; SOIHET, R (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 13-28.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18; 1989. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846. Acesso em: 30 abr. 2021.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, RS, n. 38, p. 45-49, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

QUINAFELEX, R. **Multiplicidade, rizoma e mil platôs**. *In*: REFRAÇÕES (Podcast), s.l., 27 mar. 2017. Disponível em: <http://refracoes.com/multiplicidade-rizoma-e-mil-platos/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

RABINOW, P. **Antropologia da Razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Damara, 1983.

ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, ago. 2009.

ROJAS, J. E. A. O indivisível e o divisível na história oral. *In*: MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999. p. 87-94.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo**. *In*: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, M. (Eds.). *Mulher brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: UNICEF, 1994. p. 151.

SAFFIOTI, H. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Estudos e Ensaios**, FLASCO - Brasil, jun. 2009.

SAGOT, M. **La ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países**. San José: Organización Panamericana de la Salud (OPAS); Programa Mujer, Salud y Desarrollo, 2000.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. *In*: Seminário Internacional Trilhas do Empoderamento de Mulheres, 1., Salvador, Bahia, 5-10 jun. 2006. **Anais...** Salvador: NEIM/UFBA, 2006. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

SARDENBERG, C. M. B. Gênero, Religião e (des)empoderamento de mulheres: o caso de plataforma, Bahia. *In*: ROSADO, M. J. **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p. 179-191.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA. 2016.

SCOTT, J. Experiência. *In*: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Tradução de Ana Cecília Adoli Lima. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 13 set. 2021.

SILVA, C. I. F. **A notificação compulsória de violência e os desafios dos serviços da atenção básica**. Orientadora: Profa. Dra. Marcia Santana Tavares. 2022. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SILVA, H. F. **Definições sobre a branquitude**. São Paulo: Portal Geledés, 10 set. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/definicoes-sobre-branquitude/>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. "Escrivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v17n39/v17n39a02.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

SOUZA, S. D.; OSHIRO, C. P. Mulheres evangélicas e violência doméstica: o que o poder público e a igreja têm a ver com isso? **Revista Caminhos**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 203-219, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/6730>. Acesso em: 04 maio 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se "Tornaram Negras". **Psicol. ciênc. prof.**, v. 39, p. 1/e184764-13, jan.-mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003184764>. Acesso em: 07 maio 2021.

TAVARES, M. S. Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE. **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 121-145, jan.-mar. 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100007>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TAVARES, M. S. Feminismo, gênero e serviço social: uma conexão possível e necessária. *In*: TAVARES, M. S.; DELGADO, J. (Orgs). **Diálogos transversais no Serviço Social**: sobre rupturas e continuidades. Salvador: EDUFBA, 2019a.

TAVARES, M. S. Linhas cruzadas: confidências entre mulheres sobre gênero, envelhecimento e cuidado. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 7, n.1, p. 71-80, jan.–abr. 2019b. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/35752/21196>. Acesso em: 07 maio 2021.

TAVARES, M. S. Roda de conversa entre mulheres: denúncias sobre a Lei Maria da Penha e descrença na justiça. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 547-559, maio-ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p547>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TAVARES, N. O.; OLIVEIRA, L. V.; LAGES, S. R. C. A percepção dos psicólogos sobre o racismo institucional na saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, dez. 2013.

TEDESCHI, L. A. O fazer histórico e a invisibilidade da mulher. **OP SIS**, Goiânia, v. 7, n. 9, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/o.v7i9.9347>. Acesso em: 23 jun. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TC 005.335/2018-3 GRUPO II – CLASSE V – Plenário TC 005.335/2018-3. Ministra Ana Arraes. Natureza: Relatório de Auditoria. Unidades: Ministério da Educação, Ministério da Justiça (extinto), Ministério da Saúde, Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (extinto), Ministério do Trabalho e Secretaria de Governo da Presidência da República. **BTCU Deliberações dos Colegiados do TCU e dos Relatores**, Brasília, DF, ano 51, n. 5, p. 1-55, 08 nov. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/01/TCU-e-g%C3%AAAnero.pdf>. Acesso em: 24 jun., 2020.

VELASCO, C. *et al.* Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia. **G1**, São Paulo, 16 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

VIANNA, J.; BRODBECK, P. Juíza cita raça ao condenar réu negro por organização criminosa. **G1**, Rio de Janeiro, 12 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu->

negro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-razao-da-sua-raca.ghtml.
Acesso em: 24 abr. 2021.

VILHENA, V. C. Resultados de uma pesquisa: uma análise da violência doméstica entre mulheres evangélicas. *In*: FAZENDO GÊNERO, 9.: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 23 a 26 ago. 2010. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em:
http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1280156603_ARQUIVO_ValeriaCristinaVilhena.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

WALBY, S. Theorising Patriarchy. **Sociology**, London, v. 23, n. 2, p. 213-234, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038589023002004>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.